

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DO CONHE-
CIMENTO NAS ORGANIZAÇÕES**

AZINETE BENTO DE FREITAS

**PRÁTICAS DE GESTÃO DO CONHECIMENTO NO
CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA PARA JOVENS E
ADULTOS DO SISTEMA PRISIONAL DE MARINGÁ -
PARANÁ**

**MARINGÁ
2020**

AZINETE BENTO DE FREITAS

**PRÁTICAS DE GESTÃO DO CONHECIMENTO NO
CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA PARA JOVENS E
ADULTOS DO SISTEMA PRISIONAL DE MARINGÁ -
PARANÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Gestão do Conhecimento nas Organizações do Centro Universitário de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão do Conhecimento nas Organizações.

Linha de pesquisa: Educação e Conhecimento.

Orientador: Prof. Dr. José Aparecido Pereira.

Coorientador: Prof. Dr. Arthur Gualberto Bacelar da Cruz Urpia.

MARINGÁ
2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F866p Freitas, Azinete Bento de.
Práticas de Gestão do Conhecimento no contexto da Educação Básica para Jovens e Adultos do Sistema Prisional de Maringá, Paraná / Azinete Bento de Freitas.
Maringá-PR: UniCesumar, 2020.
110 f. ; il. color; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. José Aparecido Pereira.

Coorientação: Prof. Dr. Arthur Gualberto Bacelar da Cruz Urpia.

Dissertação (mestrado) – UNICESUMAR - Centro Universitário de Maringá, Programa de Pós-Graduação em Gestão do Conhecimento nas Organizações, 2019.

1. Práticas de gestão do conhecimento. 2. Educação de Jovens e Adultos. 3. Educação no sistema prisional do Paraná. 4. Educação de grupos atípicos. 5. I. Título.

CDD – 374

Leila Nascimento – Bibliotecária – CRB 9/1722
Biblioteca Central UniCesumar

Ficha catalográfica elaborada de acordo com os dados fornecidos pelo (a) autor(a).

AZINETE BENTO DE FREITAS

Práticas de gestão do conhecimento no contexto da Educação Básica para Jovens e Adultos do Sistema Prisional de Maringá - Paraná

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão do Conhecimento nas Organizações do Centro Universitário de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão do Conhecimento nas Organizações.

Linha de pesquisa: Educação e Conhecimento pela

Banca Examinadora composta pelos membros:

Prof. Dr. José Aparecido Pereira (Presidente)
Centro Universitário de Maringá (UNICESUMAR)

Membro Interno: Prof. Dr. Luiz Tatto
Centro Universitário de Maringá (UNICESUMAR)

Membro Externo: Profa. Dra. Elisa Yoshie Ichikawa
Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Membro Suplente: Profa. Dra. Regiane da Silva Macuch
Centro Universitário de Maringá (UNICESUMAR)

Aprovado em: 26 de fevereiro de 2020

AGRADECIMENTOS

À proteção Divina por seu zelo e por me fazer crer na aprendizagem e na possibilidade em ultrapassar desafios.

Ao Centro Universitário de Maringá, UNICESUMAR pelo trabalho que realiza e por oportunizar a formação continuada.

Ao meu orientador, professor Dr. José Aparecido Pereira, que com seus conhecimentos, instruiu-me de maneira sistemática em todas as etapas desse estudo.

Ao meu coorientador professor Arthur G. B. C. Urpia pelas intervenções, orientações e apoio para prosseguir com o desafio de aprender sempre.

Aos professores da banca de qualificação e defesa pela disponibilidade em apreciar essa produção acadêmico-científica.

Aos meus familiares, ao Sr. Paulo Alves de Freitas (in memória) que sempre me disse que o conhecimento é um bem precioso e minha mãe, Ana Bento de Freitas, pelo apoio e compreensão durante as longas jornadas de estudos.

À Geovanna Castilho de Freitas, minha sobrinha, pelo apoio emocional e contribuições de bases tecnológicas.

Às minhas parceiras de profissão e de estudos Márcia Hiroko Kawamoto, Vilma Aparecida Merotti pela amizade e em especial, a minha irmã Aldenisia Bento de Freitas Giovanni pelo exemplo de garra, força e perseverança.

Aos profissionais da educação do Centro Estadual de Educação Básica Professora Tomires Moreira de Carvalho, pela contribuição para com a pesquisa e, principalmente, pelos incentivos nos momentos em que eu fraquejava e até suscitava em desistir do curso.

Agradeço de coração, a todos os professores e dirigentes e a equipe da Secretaria do Programa de Mestrado em Gestão do Conhecimento nas Organizações/Linha de pesquisa Educação e Conhecimento por, atenciosamente, nos orientar quanto aos processos e prazos e condução do conhecimento.

RESUMO

FREITAS, Azinete Bento de. **Práticas de Gestão do Conhecimento no contexto da Educação Básica para Jovens e Adultos do sistema prisional de Maringá - Paraná.** 2020.116 f. Dissertação (Mestrado em Gestão do Conhecimento) – UniCesumar, 2020.

Essa dissertação aborda as práticas de gestão do conhecimento – GC- que na atualidade são consideradas como recurso operacional de aprendizagem imprescindível às organizações. Cada vez mais as práticas de gestão do conhecimento contribuem para com o processo de socializar informações, combinar, internalizar e disseminar o conhecimento por toda a organização. Nesse sentido, esse estudo tem como objetivo geral identificar quais as práticas de gestão do conhecimento que permeiam o contexto da Educação Básica para Jovens e Adultos em uma organização pública inserida no sistema prisional da cidade de Maringá- Paraná. Os objetivos específicos são: descrever as práticas de gestão do conhecimento nas organizações; apresentar as práticas de gestão do conhecimento relacionadas à dimensão que envolve pessoas, processos e sistemas; abordar o perfil da população prisional no Brasil e no Estado do Paraná; contextualizar a Educação Básica para Jovens e Adultos no Brasil e no Estado do Paraná e analisar as práticas de gestão do conhecimento utilizadas pelos profissionais da educação que atuam no sistema prisional da cidade de Maringá. Compreende-se a importância de se ampliar o campo de aplicação das práticas de gestão do conhecimento nas organizações. Para isso, esse estudo realiza uma revisão da literatura, com estudo de caso e entrevista semiestruturada junto aos profissionais da educação que atuam no CEEBJA Tomires da Penitenciária Estadual de Maringá. Nesse campo educacional, o emprego das práticas de gestão do conhecimento encontra-se em processo de estruturação e aprendizagem. Os resultados indicam que os profissionais utilizam as práticas de gestão do conhecimento, no entanto as práticas relativas à dimensão de base tecnológica inovadora são pouco utilizadas por eles na organização. Isso sugere investigação dessa lacuna.

Palavras-chave: Educação de grupos atípicos. Educação de Jovens e Adultos. Educação no Sistema Prisional do Paraná. Práticas de gestão do conhecimento.

RESUMO

FREITAS, Azinete Bento de. **Practices of Knowledge Management within Basic Education for young people and adults in the prison system in Maringá, Brazil.** 2020. 116 f. Master's Dissertation in Knowledge Management – Unicesumar, 2020.

Practices of Knowledge Management (KM), currently an operational resource of learning essential to organizations, are discussed. KMs constantly contribute towards the socialization of information, internalizing and disseminating knowledge throughout the organization. The main aim of current analysis is to identify which practices of knowledge management permeate the context of Basic Education for Young People and Adults within a public organization in the prison system in Maringá PR Brazil. Specific aims include description of knowledge management related to stances involving people, processes and systems; addressing the profile of prison population in Brazil and in the state of Paraná; contextualization of Basic Education for Young People and Adults in Brazil and in the state of Paraná and analysis of practices of knowledge management used by education professionals that work in the prison system of Maringá. There is a need to widen the field of application of KM practices of KMs in organizations. Current study also provides a review of the literature, with a case study and a semi-structured interview with education professionals at CEEBJA of the State Prison of Maringá. The utilization of KM within the education field lies within the process of structuring and learning. Results show that, although professionals use KM practices, those related to innovative technology are only scantily employed within the organization. In-depth studies should be undertaken to investigate the gap.

Keywords: Atypical group education. Education for Young People and Adults. Education within the Prison System of Paraná. Practice of Knowledge Management.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Mapa do atendimento da EJA no sistema prisional paranaense.....	52
----------	---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Escolaridade das pessoas privadas de liberdade no Brasil.....	43
-----------	---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	As dimensões das práticas de Gestão do Conhecimento.....	28
Quadro 2	Atividades educacionais no sistema prisional - DEPEN/PR- out. 2019.....	49
Quadro 3	Atendimento educacional no CEEBJA Tomires de Maringá – PR.....	56
Quadro 4	Demonstrativo das práticas de gestão do conhecimento com foco em pessoas como exponencial.....	80

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Número de conclusões de cursos no CEEBJA Tomires de Maringa – PR 57

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BSC	<i>Balanced Scorecard</i>
CEEBJA	Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos
CF	Constituição Federal
CNE	Conselho Nacional de Educação
CRM	<i>Costumer Relationship Managemen</i>
DEPEN	Departamento Penitenciário do Paraná Escola Penitenciária
DSS	<i>Decision Support Systemlanced Scorecard</i>
EAD	Educação a Distância
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ERP	<i>Enterprise Resource Planning</i>
GC	Gestão do Conhecimento
GED	Gestão eletrônica de documentos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INFOPEM	Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias
KPI	<i>Key Performance Indicators</i>
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LEP	Lei de Execução Penal
MJ	Ministério da Justiça
NRE	Núcleo Regional de Educação
PEESP	Plano Estadual de Educação do Sistema Prisional
PEM	Penitenciária Estadual de Maringá
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua
PNE	Plano Nacional de Educação
PPGGCO	Programa de Pós-Graduação em Gestão do Conhecimentonas Orga- nizações/Linha de pesquisa Educação e Conhecimento
QFEB	Quadro de Funcionários da Educação Básica
QPM	Quadro Próprio do Magistério
SEED	Secretaria Estadual de Educação
TI	Tecnologia da informação
TIC	Tecnologia da informação e comunicação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 OBJETIVOS	17
1.1.1 Objetivo geral	17
1.1.2 Objetivos específicos	17
1.2 JUSTIFICATIVA	18
1.3 A ADERÊNCIA AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DO CONHECIMENTO NAS ORGANIZAÇÕES - LINHA DE PESQUISA EDUCAÇÃO E CONHECIMENTO.....	20
1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	20
2 REFERENCIAL TEÓRICO	22
2.1 GESTÃO DO CONHECIMENTO NAS ORGANIZAÇÕES	22
2.2 PRÁTICAS DE GESTÃO DO CONHECIMENTO NA CONTEMPORANEIDADE	23
2.2.1 Práticas de gestão do conhecimento relacionadas aos recursos humanos	29
2.2.2 Práticas de gestão do conhecimento relacionadas aos processos	31
2.2.3 Práticas de gestão do conhecimento relacionadas à tecnologia e inovação	36
3 O PERFIL DA POPULAÇÃO PRISIONAL NO BRASIL E NO ESTADO DO PARANÁ	39
3.1 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA- NO BRASIL E NO CONTEXTO DO SISTEMA PRISIONAL DO ESTADO DO PARANÁ	42
3.2 O CONTEXTO EDUCACIONAL DO CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA PARA JOVENS E ADULTOS DO SISTEMA PRISIONAL DE MARINGÁ- PR.....	50
4 METODOLOGIA	58
4.1 COLETA E ANÁLISE DOS DADOS JUNTO A COMUNIDADE ESCOLAR.....	58
4.2 COLETA E ANÁLISE DE DADOS	60
5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS SOBRE PRÁTICAS DE GESTÃO DO CONHECIMENTO EM UMA ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL DE MARINGÁ - PR	61
5.1 DESCRIÇÃO GERAL DAS PERGUNTAS DA ENTREVISTA E ANÁLISE DAS RESPOSTAS OBTIDAS	62
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
REFERÊNCIAS	86
APÊNDICES	94
APÊNDICE A - INSTRUMENTO DE COLETA	95
ANEXOS	96

ANEXO A - DOCUMENTO DO DEPEN/PR	97
ANEXO B – DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO LOCAL	100
ANEXO C - TERMO DE PROTEÇÃO DE RISCO	101
ANEXO D - OFÍCIO PARA O ENCAMINHAMENTO DO PROJETO DE PESQUISA À COORDENACAO DO CEP	102
ANEXO E- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE	103
ANEXOS DE I A VII - DOCUMENTOS DO NRE – Maringá – SEED - Paraná.....	109

1 INTRODUÇÃO

Em todas as áreas das ciências, quando bem gerenciado o conhecimento agrega valor a bens e serviços (CHIAVENATO, 2014). Organizações, empresas privadas e organizações públicas buscam meios de validar o conhecimento produzido e torná-lo ilimitado e insubstituível. Na educação, ele é reutilizado de maneira interdisciplinar como o resultado da ação coletiva das pessoas engajadas em formar o homem.

Compreende-se que as práticas de gestão do conhecimento podem constituir-se em uma ferramenta organizacional dos processos no âmbito educacional das organizações, pois elas comportam meios para elaboração, estruturação e transformação da informação em conhecimento. Defende-se que o ambiente escolar é constituído de estrutura organizacional e operacional, de alunos e profissionais envolvidos com o processo de elaboração de aprendizagens e processos de efetivação do conhecimento.

No ambiente escolar as pessoas realizam ações que, por meio da aquisição do conhecimento, impulsionam a transformação intelectual, social e cultural. A dinâmica do trabalho escolar requer um constante pensar e repensar sobre suas práticas, um ambiente propício a instrumentalizar práticas de gestão do conhecimento. Os gestores aprendem que gerir pessoas, processos e sistemas facilitam o trabalho e tornam as organizações mais ágeis, menos burocráticas, mais flexíveis e proativas. Torres *et al.* (2016) estudam os processos de gestão do conhecimento que influenciam na inovação organizacional. Para as pesquisadoras, as organizações que quiserem se destacar dentre as demais, necessitam investir nas práticas de gestão do conhecimento.

Segundo Machado (2017), a gestão do conhecimento ainda é pouco compreendida ou disseminada na área educacional. Somente na última década (2010) é que vem acontecendo, gradativamente, um aumento do interesse em fazer a transposição dos saberes da gestão do conhecimento para a gestão educacional. Sabe-se que a escola está inserida socialmente e o produto que ela produz - o conhecimento científico e cultural - é aplicado na sociedade, é re-dimensionado e volta a influenciar o fazer e o refazer didático e pedagógico dos profissionais da educação.

Na realidade brasileira, a concepção de gestão do conhecimento na contemporaneidade adentrou o universo educacional a partir da década de 90 com a Reforma do Estado. A educação adotou o modelo gerencial e foi reestruturada mediante a elaboração de Planos Educacionais e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394/96. Os estados reorga-

nizaram seus sistemas educacionais para atender todos os níveis educacionais, dentre eles, a Educação Básica com a Educação de Jovens e Adultos – EJA, ofertada em diferentes espaços.

O Decreto Presidencial n. 7626/2011 instituiu o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional (PEESP), que visava ampliar as matrículas e qualificar a educação nas prisões, com o objetivo de garantir educação enquanto direito fundamental de todos os brasileiros. Desde então, a oferta vem sendo ampliada mediante diferentes modalidades educacionais. Uma dessas é a Educação de Jovens e Adultos no espaço prisional. Entende-se que as pessoas em privação de liberdade possuem habilidades, competências e saberes que podem ser reinterpretados de maneira positiva para sua vida. Sabe-se que o conhecimento é um fator que promove o diferencial tanto para o indivíduo, quanto para os diversos setores produtivos da sociedade.

Essa pesquisa busca abordar especificamente as práticas de gestão do conhecimento relacionadas ao contexto educacional de jovens e adultos do sistema prisional da cidade de Maringá-Paraná. Observa-se que, mediante a escolarização, milhares de pessoas podem exercer melhor a cidadania, dentre eles, as pessoas que temporariamente passam por privação da liberdade. Isso porque o conhecimento é um bem intangível que agrega valor para todo aquele que o possui.

Entende-se que a perspectiva educacional da Educação de Jovens e Adultos tem caráter formativo, visa educar para a autonomia, emancipar o homem e transformar sua realidade. A pessoa em privação de liberdade tem na educação na prisão, a possibilidade de reinscrever sua trajetória de vida e planejar o futuro. Os professores e toda a equipe de profissionais que atuam nesse espaço planejam o trabalho de modo que o conhecimento seja disseminado e contribua com a formação daquele que cumpre uma determinada sentença judicial. A ação educativa no contexto do sistema prisional possui, ao mesmo tempo, o caráter formativo e o caráter coersitivo evidenciados nos mecanismos das práticas do cotidiano prisional. A escolarização se desenvolve observando critérios de segurança, de movimentação e de controle estabelecidos e determinados nos Cadernos de Tratamento Penal, documento que possui um conjunto de práticas de gestão e de procedimentos administrativos específicos para a realização do trabalho nas unidades penais do Estado do Paraná (PARANÁ, 2011).

As práticas organizacionais e operacionais da Educação Básica para Jovens e Adultos no sistema prisional estão pautadas no direito à educação e na inclusão social, pois, a Educação de Jovens e Adultos tem a característica de atender pessoas que, historicamente, são/estão marcadas pela exclusão e pelo descrédito social. (JULIÃO, 2016). No Brasil, conforme demonstram os dados contidos no Relatório – 2016-22-11 organizados no

Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN, 2017) ao referenciar os níveis de escolaridade das pessoas privadas de liberdade, mais de 60% da população encarcerada sequer concluiu o ensino fundamental. Cada unidade da Federação busca atender aos fundamentos legais que vêm sendo estruturados nos últimos quinze anos com a intenção de estabelecer políticas comuns no âmbito educacional e na perspectiva de modificar os índices (negativos) do analfabetismo no país.

O contingente de pessoas em situação de privação de liberdade no Paraná é significativo: mais de vinte mil. Dados do Departamento Nacional do Ministério da Justiça (BRASIL, 2016) indicam que a Educação de Jovens e Adultos atende, no Paraná, aproximadamente dez mil alunos por meio da educação prisional ou em atividade educacional complementar de formação para o mundo do trabalho, população formada basicamente por jovens, pobres, negros, homens e com baixo nível de escolaridade. Nesse contexto, entende-se como Vieira (2014) que o processo educacional nas prisões pode ser impulsionado pelas práticas de gestão do conhecimento, estratégia amplamente utilizada para criar, transferir e estruturar conhecimento.

Rodrigues e Oliveira (2017) corroboram com essa ideia ao abordar a educação nas prisões. Segundo as autoras, a educação tem um caráter formativo e, nas prisões, para a pessoa em privação de liberdade, ganha o significado de ruptura de uma situação vivida. Ela é a janela para uma nova realidade, a esperança de mudança, de ruptura com o mundo caótico das prisões. Nesse sentido, essa dissertação busca identificar quais as práticas de gestão do conhecimento que permeiam o contexto da Educação Básica para Jovens e Adultos, do sistema prisional da cidade de Maringá - Paraná.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo geral

Identificar quais as práticas de gestão do conhecimento que permeiam o contexto da Educação Básica para Jovens e Adultos, do sistema prisional de Maringá- Paraná.

1.1.2 Objetivos específicos

1. Descrever as práticas de gestão do conhecimento nas organizações na

contemporaneidade.

2. Apresentar as práticas de gestão do conhecimento relacionadas à dimensão que envolve pessoas, processos e sistemas.
3. Abordar o perfil da população do sistema prisional no Brasil e no Estado do Paraná.
4. Contextualizar a Educação Básica para Jovens e Adultos do sistema prisional no Brasil e no Estado do Paraná.
5. Analisar as práticas de gestão do conhecimento relacionadas ao contexto da Educação Básica para Jovens e Adultos do sistema prisional de Maringá - Paraná.

1.2 JUSTIFICATIVA

Defende-se que o conhecimento deve estar ao alcance de todos, inclusive às pessoas privadas temporariamente da liberdade. A pesquisa se justifica porque traz para a esfera da reflexão um problema que, de modo geral, afeta a sociedade: o sujeito adulto que cumpre uma sentença penal e deve ser reinserido ao convívio social. Para isso, a prisão deve contribuir positivamente numa perspectiva corretivo-educativa. O tempo ocioso dessa pessoa deve ser aproveitado em seu benefício, em sua formação preparando-o para quando deixar a prisão. Nesse sentido, a educação que ela recebe deve ser planejada sistemática e estrategicamente e sua situação de vulnerabilidade social deve ser suplantada.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios revelou que, no Brasil, ainda existem cerca de 11,8 milhões de analfabetos, o que corresponde a 7,2% da população de quinze anos ou mais, conforme os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FERREIRA, 2017). O mais preocupante é que essa taxa indica que o Brasil não conseguiu alcançar uma das metas intermediárias estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (PNE) em relação à alfabetização da população com quinze anos ou mais. Nos presídios do país, a população que sequer concluiu o Ensino Fundamental chega a mais de 60%.

Julião (2016), ao refletir sobre a educação no contexto da prisão, descreve os mais recentes instrumentos que legitimam a educação em ambientes prisionais no Brasil e coloca a necessidade de se repensar sobre as ações educativas, considerando que o aluno da Educação de Jovens e Adultos em privação de liberdade tem direito assegurado à educação enquanto cidadão. O autor argumenta ser necessária uma intervenção educacional que privilegie e ajude o sujeito a desenvolver potencialidades e competências; que favoreça a mobilidade social dos internos e que não os deixe paralisados diante dos obstáculos que encontrarão ao longo da

vida. Nessa perspectiva a educação é percebida como um meio de ressignificar a vida, de projetar o futuro e de formar-se permanentemente para a convivência social. É nesse sentido que o emprego de práticas de gestão do conhecimento pode contribuir com o desenvolvimento de ações que considerem a diversidade e a especificidade do atendimento escolar no espaço prisional.

Como a ação educativa no contexto organizacional do sistema prisional é complexa e dinâmica é importante que a academia acompanhe também as transformações relacionadas ao contexto educacional, analisando e compreendendo-os criticamente, além de ampliar o leque de mediações dessa área às novas determinações já elaboradas e estabelecidas em documentos oficiais que exigem aprendizagens contínuas. A identificação de práticas de gestão do conhecimento no contexto da educação prisional subsidia os gestores na reestruturação do trabalho e nas tomadas de decisões. A investigação ajuda a evidenciar as forças e fragilidades da organização e, a construir novas práticas mais condizentes com o contexto investigado e com o momento histórico por ela vivenciado. A oferta de Educação Básica para Jovens e Adultos, nesse espaço, significa que a sociedade espera algo positivo daquelas pessoas ao final do cumprimento da pena. Nesse sentido, a gestão do conhecimento e o emprego de práticas relacionadas aos processos organizacionais e operacionais de aprendizagem é uma estratégia de estruturação organizacional quanto a pessoas, processos e sistemas.

Defende-se a investigação das práticas de gestão do conhecimento que permeiam o contexto educacional como relevante no desenvolvimento das ações educativas na prisão. Em especial, a oferta educacional considerada parte integrante do denominado “*tratamento penal*”, que acontece em unidades do sistema prisional na cidade de Maringá, no Estado do Paraná destinada àquelas pessoas que não tiveram acesso ou continuidade dos estudos no Ensino Fundamental e Ensino Médio na idade mais propícia (BRASIL, 2006). A educação no sistema prisional envolve procedimentos dialéticos de elaboração e estruturação de práticas de gestão do conhecimento para execução didática, pedagógica e administrativa dos processos de ensino e de aprendizagem. No contexto educacional, o ambiente escolar é dinâmico e permeado por relações interpessoais que se estabelecem por meio de processos organizacionais e operacionais que são perpassados por embates, análises, reflexões e contradições (RODRIGUES; OLIVEIRA, 2017).

Autores como Nonaka e Takeuchi (1997), Davenport e Prusak (1998) e Dalkir (2005) explicam que a organização da gestão do trabalho possibilita sistematizar o conhecimento produzido e sua inovação mediante ferramentas como a tecnologia, visando melhorar a operacionalização dos processos organizacionais, na perspectiva de transformar a

organização. Estudos referentes às práticas de gestão do conhecimento no contexto educacional do sistema prisional fazem-se necessários, considerando que o marco legal sobre a educação de jovens e adultos, no sistema prisional, passa por um processo de revisão. Portanto, o fundamental é que todos os participantes da ação educativa no contexto do sistema prisional tenham clareza sobre como funciona o contexto do sistema prisional, seus limites e suas possibilidades de atuação, percebam como acontecem às interações, como flui a comunicação da informação, quais os processos de mediação dela, quais as ações que devem ser evitadas e quais os procedimentos que podem ser potencializados.

A próxima etapa expõe a aderência do tema ao Programa de Pós- Graduação em Gestão do Conhecimento nas Organizações - Linha de pesquisa Educação e Conhecimento e a estrutura dessa produção dissertativa que visa investigar quais as práticas da gestão do conhecimento que permeiam o contexto da Educação Básica para Jovens e Adultos do sistema prisional de Maringá- Paraná.

1.3 A ADERÊNCIA AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DO CONHECIMENTO NAS ORGANIZAÇÕES - LINHA DE PESQUISA EDUCAÇÃO E CONHECIMENTO

O tema “Práticas de gestão do conhecimento no contexto da Educação Básica para Jovens e Adultos do Sistema Prisional de Maringá - Paraná” tem estreita relação com o Programa de mestrado em Gestão do Conhecimento nas Organizações uma vez que a Linha de pesquisa Educação e Conhecimento propõe abordar as contribuições, os diálogos e as reflexões desses campos do saber.

1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

A relevância acadêmica e científica da pesquisa está em disseminar sistematicamente os saberes sobre as práticas de gestão do conhecimento relacionadas aos processos organizacionais da aprendizagem nas organizações. Principalmente, organizações escolares do setor público que necessitam responder às demandas sociais como o analfabetismo da população jovem e adulta, o abandono da escolarização, o aumento de jovens na criminalidade e outros. A gestão do conhecimento instrumentaliza o agente público a agir conscientemente para garantir dignidade a todos os brasileiros.

Essa produção dissertativa está estruturada em seis capítulos. O primeiro capítulo é

constituído pela introdução ao tema, o problema da pesquisa, os objetivos gerais e específicos, a justificativa, a relevância da pesquisa e a aderência ao Programa de Pós Graduação em Gestão e Conhecimento nas Organizações – Linha de pesquisa: Educação e Conhecimento.

O segundo capítulo, descreve a fundamentação teórica sobre as práticas de gestão do conhecimento nas organizações na contemporaneidade. Apresenta as práticas de gestão do conhecimento relacionadas à dimensão que envolve pessoas, processos e sistemas. O terceiro capítulo aborda o perfil da população prisional no Brasil e no Estado do Paraná. Contextualiza a Educação de Jovens e Adultos EJA- no Brasil e no sistema prisional do Estado do Paraná e apresenta o Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos CEEBJA Tomires, ambiente da realização da investigação desse estudo. No quarto capítulo é apresentada a metodologia utilizada na realização da pesquisa em suas diversas etapas como construção do referencial teórico da pesquisa, a coleta e a análise dos dados levantados junto à comunidade escolar do sistema prisional da cidade de Maringá - Paraná por meio de entrevista semiestruturada,

O quinto capítulo expõe uma descrição geral das perguntas de pesquisa, tecendo análises das respostas obtidas por meio da investigação, a partir dos fundamentos teóricos referentes às práticas de gestão do conhecimento na contemporaneidade relacionadas à dimensão que envolve pessoas, processos e sistemas, no contexto educacional do Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos do sistema prisional da cidade de Maringá - Paraná.

Para finalizar, essa produção dissertativa apresenta no sexto capítulo as considerações finais, bem como aponta algumas sugestões para estudos futuros que possam complementar essa investigação sobre as práticas de gestão do conhecimento em uma organização do setor público. Ou ainda sugere outros estudos com base em referenciais estatísticos que possam mensurar as práticas de gestão do conhecimento no contexto educacional do sistema prisional do Estado do Paraná.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo apresenta uma revisão da literatura que descreve as concepções sobre as práticas de gestão do conhecimento nas organizações na contemporaneidade e apresenta as práticas de gestão do conhecimento relacionadas à dimensão que envolve pessoas, processos e sistemas. Procedimentos que contribuem com as aprendizagens, os avanços organizacionais e operacionais das organizações públicas ou privadas.

2.1 GESTÃO DO CONHECIMENTO NAS ORGANIZAÇÕES

O século XXI vivencia a era do conhecimento vinculado ao universo da informação, momento em que o homem se relaciona socialmente mediado por ferramentas tecnológicas de ponta, pela globalização da informação e pela utilização de práticas de gestão do conhecimento que viabilizam o êxito e a manutenção das organizações. Os setores privado e público passaram a atuar sob os princípios da eficácia, da eficiência e da efetividade em todas as áreas para que a sociedade seja bem atendida. Nesse contexto, o conhecimento é visto como um grande recurso operacional (DAVENPORT; PRUSAK, 1998).

Em todos os campos, há um crescente interesse em compreender o valor do capital intelectual no sucesso daquilo que se empreende e a importância de bem gerenciá-lo, para manter-se competitivo. Nesse âmbito, as práticas de gestão do conhecimento que norteiam os processos que envolvem o trabalho humano e o conhecimento acumulado passam a se configurar como fator que propicia mudança, inovação e competitividade. Organizações como hospitais, escolas, órgãos públicos, pequenos empreendedores e organizações não governamentais apostam no desenvolvimento do conhecimento das equipes participantes de suas organizações e na transformação dos processos organizacionais para se estabelecerem.

Assim, a gestão do conhecimento, nas últimas três décadas, é compreendida, no âmbito das organizações, como um importante instrumento de eficácia organizacional, de transferência de informação e um desafio para a administração do conhecimento (TORRES *et al.*, 2016). Sobre a gestão do conhecimento incide o gerenciamento ativo dos processos organizacionais e do patrimônio intelectual das organizações, seja na configuração do conhecimento explícito ou na configuração do conhecimento tácito possuído e/ou desenvolvido por apenas uma pessoa ou por uma comunidade. Contudo, uma organização, por si mesma, não produz e nem pode criar o conhecimento sem a iniciativa do indivíduo e a

interação que ocorre dentro do grupo.

Ao problematizar as relações humanas, os processos produtivos e os sistemas de comunicação, a gestão do conhecimento, que se organiza em dimensões, transforma a cultura organizacional tornando-a mais eficaz. A dimensão relacionada às pessoas confere potencialidade, conhecimento, habilidade e experiência individual em uma organização para realização de tarefa. A dimensão que envolve processos abrange ações planejadas e organizadas, realizadas com a finalidade de produzir produto ou serviço com a intencionalidade de agregar valor. Os processos utilizam os recursos da organização para gerar resultados concretos e representam uma fonte de inovação e renovação.

A dimensão que envolve sistemas comporta uma combinação que apoia pessoas, procedimentos, dados/informações e componentes de tecnologias da informação - TICs, (meios, informática, bases e comunicações). Quando relacionada a uma organização escolar, por exemplo, ela engloba processos organizacionais e operacionais com suportes e repositórios de registros de documentos, históricos dos estudantes, das organizações e do próprio sistema, as legislações e resoluções (LAURINDO, 2013). O suporte recolhe, armazena e distribui informação de modo que essa possa ser preservada e reutilizada gerando novos processos.

No contexto da gestão do conhecimento na contemporaneidade aliado ao mundo globalizado capitalista é imperativo adquirir aprendizagens, transformar continuamente o conhecimento existente em novo conhecimento adaptando-o às necessidades da sociedade atual. A próxima seção descreve sobre as práticas da gestão do conhecimento na contemporaneidade.

2.2 PRÁTICAS DE GESTÃO DO CONHECIMENTO NA CONTEMPORANEIDADE

Reitera-se que, no século XXI, as organizações passaram a construir e disseminar uma cultura que valoriza os colaboradores pelo que eles produzem como pessoas, pelo que criam, por aquilo que conseguem reinventar e inovar frente às organizações concorrentes. O capital cognitivo e emocional aliado à experiência prática quando, cotidianamente posto a serviço da organização, colocam nas em destaque, impulsionam a competitividade, oportunizam crescimento e ações proativas nos mais variados setores de produção. Por sua vez, as organizações, cada uma com sua singularidade, tomam como suporte os direcionamentos relacionados às práticas de gestão do conhecimento para traduzirem intencionalidades, sejam

elas organizações dos setores públicos ou privados.

Há uma vertente de pensadores que afirma ser o conhecimento algo privativo do homem, um bem intangível, com uma gama imensa de possibilidades de gerenciamentos em seus processos organizacionais que implicam utilidade, uso e reuso do conhecimento no interior da estrutura organizacional. Prusak (2001) delinea gestão do conhecimento como uma combinação de concepções novas e tradicionais que constitui uma resposta concreta à globalização, à disseminação dos computadores como recursos mediadores e à visão da organização com base no conhecimento.

[...] Surgiu um novo paradigma de estratégia empresarial, que chamamos de “abordagem baseada em recursos” para ajudar as empresas a competirem de forma mais eficaz no contexto de constante mudança e globalização da década de 90. Em contraste com a abordagem estrutural, que discutimos na ciência da estratégia, a nova abordagem vê competências, capacidades, habilidades e ativos estratégicos como a fonte de vantagem competitiva sustentável para a empresa (NONAKA; TAKEUCHI, 1997, p. 54).

Portanto, ao se falar em gestão do conhecimento é importante explicitar que a extração, a transformação e a disseminação do conhecimento na organização exigem aprendizagem constante dos colaboradores e o foco na missão e na visão da organização. Nesse sentido, a cultura organizacional é realimentada e o conhecimento tácito ou explícito é transferido para novas situações (NONAKA; TAKEUCHI, 1997, 2008).

Quanto mais as pessoas aprendem e partilham o conhecimento adquirido, mais a organização enriquece sua cultura e amplia o espaço competitivo. Por isso, para Dalkir (2005), a gestão do conhecimento é.

A coordenação deliberada e sistemática de pessoas, tecnologias, processos e estrutura da empresa na busca da criação de valor através do recurso do conhecimento e inovação. Essa coordenação é realizada através da criação, compartilhamento e aplicação do conhecimento por meio de alimentação de valiosas lições aprendidas e das melhores práticas dentro da memória corporativa, fomentando continuamente a aprendizagem organizacional (DALKIR, 2005, p. 3).

Assim, a gestão do conhecimento é compreendida como Educação corporativa que envolve pessoas e deve nortear as práticas, os processos e os recursos dos sistemas organizacionais e operacionais no interior das organizações. Na compreensão de Meister (1999), a meta operacional da Educação corporativa é estabelecer um controle rígido sobre o processo de aprendizagem, vinculando e ajustando os programas de aprendizagem às metas estratégicas da organização. Nesse sentido, Educação corporativa, no contexto de uma organização educacional corresponde a “um conjunto de práticas educativas planejadas para promover oportunidades de desenvolvimento dos profissionais, com a intencionalidade de ajudá-los a

atuar de forma mais efetiva e eficazmente na sua vida institucional” (MUNDIM, 2002, p. 63).

Para Eboli (2004), a finalidade central da Educação corporativa é promover o desenvolvimento e a operacionalização de competências organizacionais e humanas consideradas críticas para a viabilização e execução das estratégias de apropriação do conhecimento organizacional. Com base nesse modelo, o desenvolvimento de competências deve ocorrer de forma sistemática, estratégica e contínua. Silva *et al.* (2017) comentam que Educação corporativa envolve aquisição, compartilhamento, retenção e aplicação do conhecimento nas organizações. Entende-se que as organizações como escolas, prisões, universidades e outros são ambientes que funcionam buscando a eficiência, a eficácia e a efetividade. Nos moldes particulares de uma organização do setor público, precisam compreender que também estão imersas nesse universo de complexidade e globalização. A habilidade de inovar sobre processos existentes é uma competência que as organizações necessitam desenvolver para obterem destaque em sua área de atuação. Os novos e os antigos agentes desenvolvem níveis de pertencimento e envolvimento com o trabalho e, nesse processo, criam novas formas de aprender e de ensinar. O modelo de espiral do conhecimento proposto por Nonaka e Takeuchi (1997) considera que o conhecimento tácito é transformado em explícito via sujeito que o apreende na sociedade e no ambiente da organização.

[...] o conhecimento tácito é altamente pessoal e difícil de formalizar, o que dificulta sua transmissão e compartilhamento com outros. O conhecimento tácito está profundamente enraizado nas ações e experiências de um indivíduo, bem como em suas emoções, valores ou ideais. Já o conhecimento explícito pode ser expresso em palavras e números, e facilmente comunicado e compartilhado sob a forma de dados brutos, fórmulas científicas, procedimentos codificados ou princípios universais (NONAKA; TAKEUCHI, 1997, p. 7).

É crescente o número de organizações que descobrem a importância de transformar continuamente o conhecimento existente em novo conhecimento, adaptado às necessidades da sociedade atual. Por isso, a gestão do conhecimento é singular para cada organização, em virtude da complexidade, do tipo e do tamanho de cada empresa ou organização. Quanto maior a empresa, mais colaboradores ela terá, mais processos tende a desenvolver e mais complexa será a sua gestão para manter a competitividade ou a efetividade. Desse modo, a rápida mudança de cenário implica em atualizações contínuas das pessoas, dos processos e sistemas.

A transformação do conhecimento existente em novo conhecimento depende do grau de maturidade das organizações, do tamanho delas, do engajamento dos colaboradores e da capacidade de inovar utilizando os talentos de cada pessoa em favor da organização (VIEIRA,

2014). A gestão assertiva implica compreender os cenários existentes e a habilidade para lidar com eles mediante a atualização contínua de pessoas, processos e sistemas. Uma vez que o conhecimento foi capturado e codificado, ele precisa ser compartilhado e disseminado por toda a organização.

A gestão dos processos organizacionais e operacionais facilita a reutilização do ativo elaborado pela organização. Uma adequada gestão do conhecimento evita desperdício de tempo e resulta em ganhos, uma vez que.

90% das informações acessíveis de uma empresa são usadas apenas uma vez. A quantidade de tempo gasto em retrabalhar ou em recriação de informação porque não foi encontrado ou, pior, ir em frente e tomar decisões com base em informações incompletas estão a aumentar a um ritmo alarmante. O estudo da IDC estima que uma organização com 1000 trabalhadores do conhecimento perde um mínimo de US \$ 6 milhões por ano em tempo gasto apenas à procura de informações. O custo de refazer a informação porque não foi encontrados custos que a organização mais US \$ 12 milhões por ano (DALIKIR, 2005, p. 110).

Portanto, o mapeamento dos pontos críticos da organização com sistematização dos processos e criação de grupos interessados em gerenciar os pontos críticos percebidos e a aplicação de prática com foco nas soluções dos problemas diagnosticados e na disseminação das lições apreendidas resulta em melhorar a efetividade. O aprendizado resulta em bens e serviços que facilitam o acesso às informações, a realização de tarefas e o desempenho dos profissionais que atuam na organização. E assim, aquilo que está subentendido nas ações e na mente dos profissionais (conhecimento conceitual) passa por um processo de combinação (conhecimento sistêmico) e toda a organização se mobiliza para atingir uma meta: internalizar os processos (conhecimento operacional) e os socializar (conhecimento partilhado). O conhecimento é compreendido enquanto,

Conteúdo de valor agregado do pensamento humano, obtido pela percepção e manipulação das informações. Nas organizações, encontra-se não só em documentos, em manuais ou na mente das pessoas que nelas trabalham, mas também nas rotinas, nos processos, nas normas e práticas organizacionais (LACOMBE, 2004).

As práticas de gestão do conhecimento consistem essencialmente no processo de extrair, transformar e difundir o conhecimento por toda a organização de forma que ele possa ser compartilhado e, portanto, reutilizado. Ou seja, a função das práticas de gestão do conhecimento é tornar útil à informação compartilhada. Nesse estudo, a palavra prática significa a troca de informações entre as pessoas, as equipes de trabalho, a organização e construção de materiais, a elaboração de pareceres ou relatórios, a participação em reuniões e capacitações, ação de armazenamento das informações em bases de dados, sua utilização e o

seu reuso, dentre outros. Enfim, significa o emprego de práticas de gestão do conhecimento na execução do trabalho cotidiano do exercício didático e pedagógico da ação educativa. As práticas implicam na estruturação e gestão do conhecimento necessário à organização. Segundo Batista *et al.* (2005) e Alarcon (2015) elas podem ser classificadas em categorias ou dimensões que envolvem pessoas, processos e sistemas:

- a) As práticas de gestão de pessoas ou de gestão dos recursos humanos, propriamente dito, são assim denominadas visto que são as pessoas que viabilizam a transferência, a disseminação e o compartilhamento de dados e implicam em pessoas como o agente principal;
- b) As práticas de gestão dos processos organizacionais operam funcionando como facilitadores de geração, retenção, organização e disseminação do conhecimento organizacional e processos que necessitam de pessoas para a operacionalização;
- c) As práticas de gestão do conhecimento que envolve a dimensão de base tecnológica e inovação compreendendo a tecnologia funcional que serve de suporte à gestão organizacional. Nessas práticas, o objeto principal são as formas de automação da gestão de informação, aplicativos e instrumentos de Tecnologia de Informação (TI) para captura, difusão e colaboração. Todavia, o fator essencial de execução certamente será as pessoas.

Batista (2005, 2006) sistematizou as práticas de gestão do conhecimento em três categorias: as relativas à gestão de pessoas, as vinculadas à gestão dos processos e as que têm vínculo com as tecnologias e inovações. Nesse sentido, o pesquisador elaborou uma tabela que ilustra algumas das práticas básicas mais recorrentes em cada caso, aplicáveis, sobretudo às organizações do setor público.

Quadro 1 - As dimensões das práticas de Gestão do Conhecimento

Práticas relacionadas à gestão de recursos humanos	Práticas relacionadas a processos facilitadores da gestão do conhecimento	Práticas relacionadas à base tecnológica e funcional de suporte à gestão do conhecimento
Fóruns (presenciais e virtuais) / Lista de discussão.	Melhores Práticas (<i>Best Practices</i>)	Ferramentas de colaboração como portais, intranets e extranet.
Comunidades de prática ou deConhecimento.	<i>Benchmarking</i> interno e externo.	Sistemas de <i>workflow</i> .
Educação corporativa.	Memória organizacional/Lições Aprendidas /Banco de Conhecimento.	Key Performance Indicators (KPI)
Narrativas.	Sistemas de inteligência Organizacional	Gestão Eletrônica de Documentos (GED)
<i>Mentoring e Coaching</i>	Mapeamento ou auditoria do Conhecimento.	Customer Relationship Management (CRM)
Universidade corporativa.	Sistema de gestão por Competências.	Balanced Scorecard (BSC)
	Banco de competências Organizacionais.	Decision Support Sytem (DSS)
	Banco de competências individuais.	Enterprise Resource Planning (ERP)
	Gestão do capital intelectual ou Gestão dos ativos intangíveis	

Fonte: Adaptado de Batista *et al.* (2005).

A partir do quadro é possível observar que a gestão de pessoas é, na contemporaneidade, um dos elementos responsáveis pela criação e transferência de informação que resulta em conhecimento. Assim, o ser humano é o principal diferencial em toda organização que almeja ser reconhecida e validada pelo mercado econômico pelo seu grau de criatividade e de efetividade. Pereira (2010) ressalta que a atuação das pessoas sempre foi importante no que tange ao aperfeiçoamento e resultados proativos. Ele destaca que atualmente esse valor é mais nítido e reconhecido, pois as organizações estão conscientes de que sem as pessoas não há inovação. Sobre a gênese do conhecimento, Pereira (2018) explica que o conhecimento é tão antigo quanto o homem e o acompanha desde o seu surgimento no mundo por ser uma atividade inerente, constitutiva e própria dos seres humanos e se justifica em função das inúmeras necessidades que a sua existência (humana) lhe impõe.

Em estudos, pesquisadores como Batista *et al.* (2005) e Alarcon (2015) apontam a gestão de conhecimento como fator preponderante dentro das organizações, afirmam que o conhecimento organizacional é gerenciado, retido, organizado e compartilhado por meio de práticas de gestão.

Segundo Paim *et al.* (2009) os colaboradores e gestores podem pensar a organização, sistematizar seu agir e aprender com a experiência existente. Para os autores, os processos organizacionais podem ser compreendidos mediante diversas práticas de gestão do conhecimento, tais como as Melhores Práticas (*Best Practices*), o *Benchmarking* interno e externo, a Memória organizacional, os Sistemas de inteligência organizacional, o Mapeamento ou Auditoria do conhecimento, a Gestão de competências, o Banco de competências organizacionais, Banco de competências individuais e a Gestão do capital intelectual. Processos esses que serão apresentados a seguir.

2.2.1 Práticas de gestão do conhecimento relacionadas aos recursos humanos

Batista *et al.* (2005) ao abordarem a gestão de pessoas como algo importante para o êxito das organizações, mencionam que a capacitação humana pode ocorrer por meio de Fóruns (presenciais ou não) e mediante Listas de discussão. Isso significa que para aprender, o indivíduo pode estar face a face com o outro ou separado espacialmente. O importante é que os Fóruns possibilitem aperfeiçoamento pessoal e se configurem enquanto: “[...] espaços para discutir, homogeneizar e compartilhar informações, ideias e experiências que contribuirão para o desenvolvimento de competências e para o aperfeiçoamento de processos e atividades da organização” (BATISTA *et al.*, 2005, p. 12).

De outra maneira, a gestão de pessoas ocorre por meio de Comunidades de práticas ou Comunidades de conhecimento, isto é, grupos de especialistas mobilizados por um tema ou interesse comum que organizam as práticas que deram certo e as disseminam dentro e fora da organização. Pelo caráter interdisciplinar e informal desses grupos, sua contribuição se torna mais ampla, propiciando que modelos sejam replicados e que as lições aprendidas cheguem a outras organizações. Nesse contexto, as organizações vivenciam um processo de realimentação do conhecimento existente e a reflexão sobre a criação de novas práticas.

Por sua vez, a Educação corporativa é outro meio de atualização das pessoas na organização. Nela existe a preocupação em uniformizar práticas entre todos os colaboradores de uma organização e um dos meios mais utilizados é pela Educação à Distância EAD. Os colaboradores podem, continuamente, passar por um processo de aprendizagem de tarefas, rotinas e outros.

Pereira (2010) informa que, hoje em dia, o referencial para a Educação corporativa passou a ser o recurso humano e intelectual que, ao contrário das máquinas, não são

fabricados em série e são passíveis de um tratamento diferenciado. No entanto, da mesma forma que o valor e a importância das pessoas crescem para as organizações, cada vez mais as organizações encontram dificuldades para contar com mão de obra qualificada e capaz de manter a eficiência e a competitividade da organização em longo prazo.

Para Batista *et al.* (2005) as organizações têm, na prática denominada de Universidade corporativa, outro meio de gerir o conhecimento das pessoas, transformando-o em meio para inovar e empreender cada vez mais. Por meio dela ocorre a formalização de processos organizacionais direcionados a desenvolver nos colaboradores comportamentos e técnicas requeridas pelas diferentes áreas que compõem uma organização. Urpia *et al.* (2016) esclarece que no âmbito da organização escolar, a Educação corporativa propicia a formação continuada dos profissionais.

Tem-se que a Educação corporativa e a Universidade corporativa remetem a organização e operacionalização de aprendizagens de uma organização de ensino, voltadas para a promoção da disseminação e compartilhamento da informação e do conhecimento com o objetivo de incentivar e proporcionar a formação daqueles que usufruírem desse espaço (URPIA *et al.*, 2016, p. 84).

Assim, mediante a Universidade corporativa o gestor desenvolve uma política de formação continuada com a oferta de palestras, cursos, espaços de discussão, programas de educação formal e outros que atendam às necessidades pessoais e profissionais das pessoas que fazem a organização. “[...] Programas de educação continuada, palestras e cursos técnicos visam desenvolver tanto comportamentos, quanto atitudes e conhecimentos mais amplos, como as habilidades técnicas mais específicas” (BATISTA *et al.*, 2005, p.15).

Compreende-se, com Batista *et al.* (2005), que a Universidade corporativa, a Comunidade de práticas, os Fóruns, as Narrativas, o *Mentoring* e a *Coaching* são procedimentos de gestão de pessoas que tem se firmado como exemplos práticos de sucesso nas organizações e que ainda existe muito a se explorar nesse campo. Nessa perspectiva, para Paim *et al.* (2009) a gestão de pessoas é um dos alicerces da gestão do conhecimento nas organizações públicas ou privadas. A ideia de Universidade corporativa implica em processos de aprendizagens constantes, representa o engajamento e o compromisso de todos para o êxito da organização.

Outra contribuição à pesquisa é a de Maximiano (2012) e Chiavenato (2014) com os conceitos e princípios da administração pública. Os autores referem-se à importância da aprendizagem colaborativa, do planejamento estratégico e do compartilhamento de boas práticas gerenciais que respondam à incerteza, a flexibilidade e a complexidade do universo globalizado em constante transformação.

Batista *et al.* (2005) apontam as Narrativas como relatos de experiências organizacionais vivenciadas por um ou mais indivíduos. Elas se constituem numa técnica de atualizar eventos que aconteceram e, que têm contribuições ao presente da organização. Nesse sentido o autor afirma que

[...] as Narrativas são técnicas utilizadas em ambientes de gestão do conhecimento para descrever assuntos complicados, expor situações e/ou comunicar lições aprendidas, ou ainda interpretar mudanças culturais. São relatos retrospectivos de pessoal envolvido nos eventos ocorridos (BATISTA *et al.*, 2005, p. 14).

Segundo os autores, outras duas formas de fazer a gestão de pessoas dentro de uma organização são as práticas de *Mentoring* e a *Coaching*. No primeiro formato de gestão de desempenho existe uma pessoa, o mentor, que ao participar do grupo de aprendizagem se destaca como uma referência para os demais membros. É sua função observar o grupo, analisar o desempenho individual e coletivo dos participantes, dar sugestões que impactem positivamente o grupo no alcance de uma meta. A *expertise* do mentor deve possibilitar a modelagem das competências (individuais e coletivas) desejadas para o alcance dos resultados.

Na ação do *coach*, por sua vez, não está implicada a sua participação na execução das atividades. A atividade desse profissional está em apoiar o grupo, fazendo-o conhecer suas fraquezas e possibilidades, ajudando-o a planejar o que fazer sem destoar das diretrizes da organização. O *coach* é alguém de fora da organização que contribui com seu conhecimento sobre as pessoas para o alinhamento dos colaboradores à estratégia organizacional e operacional da organização. A etapa a seguir faz uma abordagem sobre as práticas de gestão do conhecimento relacionadas aos processos, elemento indispensável à produção, retenção, disseminação, compartilhamento e aplicação do conhecimento nas organizações.

2.2.2 Práticas de gestão do conhecimento relacionadas aos processos

A gestão dos processos inclui práticas de gestão do conhecimento que explicam o funcionamento da organização: como ela gera conhecimento em cada setor e como esse conhecimento adquirido é replicado dentro da organização servindo como suporte para novos processos e a operacionalização dos processos como uma grande rede de saberes integrado para formatar um todo coeso e coerente. Desse modo, as organizações de um mesmo ramo podem construir processos diversos de gestão do conhecimento em conformidade com o contexto no qual estão inseridas (PAIM *et al.* 2009). Compreende-se, assim, que gerenciar

processos é enxergar a organização de dentro para fora. É realizar a dinâmica de se afastar do cotidiano e repensá-lo, criticamente, com base em novos conhecimentos. É aprimorar o olhar sobre aquilo que se realiza rotineiramente a fim de efetivar uma prática mais elaborada e uma visão holística da organização.

Batista (2006) considera que práticas de gestão do conhecimento como *Benchmarking*, as Melhores práticas, a Memória organizacional, a Inteligência organizacional, a Prática de Gestão do Capital intelectual e outras, contribuem como suporte operacional do conhecimento na organização. Dessa maneira, as práticas que envolvem a dimensão relacionada aos processos, elas servem.

Para acelerar a geração de novos conhecimentos que agreguem valor aos serviços prestados à sociedade por meio de uma maior colaboração entre servidores e acesso mais fácil a fontes de informação e aprendizado. Servem para melhorar o processo decisório. Colaboram para reduzir custos e retrabalho (não “reinventar a roda”) e eliminar atividades que agreguem pouco valor aos serviços (BATISTA, 2006, p.9).

Neste sentido, as práticas de gestão do conhecimento são direcionadas à produção, retenção, disseminação, compartilhamento e aplicação do conhecimento nas organizações Alacon (2015). Ainda, conforme Batista *et al.* (2005), as Melhores Práticas (*Best Practices*) são documentadas por meio de bancos de dados, manuais, regimentos ou diretrizes. Cada organização tem uma forma de validar a realização de uma tarefa, de legitimar uma solução pensada por seus colaboradores para um problema identificado. As práticas *Best Practices* dão respostas ao problema existente e servem como uma referência do que fazer. Elas são uma espécie de guia para os novos colaboradores que têm nos manuais um suporte para resolver uma demanda de forma detalhada e explicada.

Desse modo, o compartilhamento daquilo que a organização faz bem feito auxilia outras organizações a construírem a sua cultura, a remodelarem suas estratégias de ação, a repensarem o que dá certo e o que precisa ser revisto. Ele faz com que a organização tenha um ganho de tempo no alcance de suas metas e a maior flexibilidade nas ações. Para os novos colaboradores, o compartilhamento do conhecimento significa a criação de uma base de valor para empreender o fortalecimento ou a revisão daquilo que conhecem e a possibilidade de agregar o novo ao conhecimento existente, ampliando os horizontes da organização.

Uma das práticas apontadas por Batista *et al.* (2005) é a *Benchmarking* que consiste em garimpar aprendizagens dentro ou fora da organização com a finalidade de atuação assertiva o que evita o retrabalho e minimiza erros. O *Benchmarking* interno e externo é “[...] a prática relacionada à busca sistemática das melhores referências para comparação a processos, produtos e serviços da organização” (BATISTA *et al.*, 2005, p. 18). Desse modo, o

gestor reconhece e compara o trabalho das organizações extraindo dessa experiência lições de sucesso para o próprio negócio. Ele tem se mostrado como uma estratégia eficaz para ganhar tempo e inovar: “[...] as ações de *Benchmarking* possuem fins de comparar organizações em termos de práticas e de desempenho, para que sejam verificados quais conhecimentos podem ser replicados com base nesses fatores” (MACHADO, 2017, p. 46).

Por sua vez, a prática Memória organizacional objetiva capturar, divulgar e reutilizar o fluxo de informações com base no processo histórico da organização, registrando as experiências e os conhecimentos gerados pelos profissionais. Ela está baseada no registro dos conhecimentos tácitos e os converte em conhecimentos explícitos por intermédio de documentos resultantes da Memória organizacional. Nesse sentido.

As lições aprendidas são relatos de experiências em que se registra o que aconteceu, o que se esperava que acontecesse, a análise das causas das diferenças e o que foi aprendido durante o processo. A gestão de conteúdo mantém atualizadas as informações, as ideias, as experiências, as lições aprendidas e as melhores práticas documentadas na base dos conhecimentos (BATISTA *et al.*, 2005, p. 19).

Dessa forma, o conhecimento se torna parte do patrimônio da organização, podendo ser partilhado, recriado e reutilizado. Os aspectos apresentados por Batista *et al.* (2005) podem ser instituídos dentro da organização, através de reuniões, e-mails, transações, sistemas de relatórios, conferências, entre outras formas. Eles servem para apoiar a tomada de decisão em várias tarefas e em diferentes ambientes (NILAKANTA; MILLER; ZHU, 2006). Assim, a Memória organizacional, as Lições aprendidas e o Banco de conhecimentos contribuem com a guarda do conhecimento relevante de uma organização.

Já o sistema de Inteligência organizacional é responsável pelas transformações dos dados gerados na organização em documentos, em inteligência organizacional ferramenta capaz de subsidiar o gestor nas tomadas de decisões. Mediante os Sistemas de inteligência, o gestor tem à mão todas as informações relevantes de que necessita em qualquer tempo e lugar (BATISTA *et al.*, 2005).

Outra maneira de gerenciar processos organizacionais é criar fluxogramas de tarefas, elaborar mapas e árvore do conhecimento (MACHADO, 2017). Isso pode ser feito pela ferramenta Mapeamento ou Auditoria do conhecimento que dá visibilidade e objetividade às ações em cada área da organização.

[...] O Mapeamento do conhecimento consiste na codificação por meio de taxonomias ou de mapas de conhecimento, que permitem identificar os ativos de conhecimento tácito/cognitivos (quem sabe, o que sabe e onde está localizado) e/ou explícitos (como o conhecimento flui da fonte ao destinatário e registros de conhecimentos organizacionais, classificados em: processos, produtos, serviços,

relacionamento com os clientes e etc.) (MACHADO, 2017, p. 42-43).

A gestão de competência é outro meio de modelar processos organizacionais.

[...] Competência engloba o conhecimento real, a habilidade, a experiência, os julgamentos de valor e uso das redes sociais de comunicação. É o elo entre conhecimento, estratégia e operacionalização. Não pode ser copiada com exatidão, é transferida pela prática (SANTOS, 2001, p. 34).

Através dela, o gestor consegue explicitar as competências requeridas por cada setor da empresa, avaliar se elas estão sendo desenvolvidas no ambiente da organização, verificar a necessidade de elaborar mapas das áreas, de rever competências relacionadas a cada serviço e outros (BATISTA *et al.*, 2005). Segundo os autores, as organizações podem criar Bancos de competências organizacionais: repositórios de materiais para consulta, fontes e a indicação de especialistas que auxiliem os colaboradores a melhorar seu desempenho laboral. Nesse sentido,

[...] as competências organizacionais e operacionais podem ser encontradas nos grupos de trabalho, departamentos da organização e relacionamento entre equipes da organização e devem ser descritas no Banco de Competências Organizacionais como fonte de busca rápida (MACHADO, 2017, p. 45).

Compreende-se que o potencial humano no Banco de competências dos processos valoriza o potencial das organizações e reiteram o valor do capital intangível dos colaboradores. Silveira *et al.* (2017) e Sinara e Sinvaes (2017) apontam para a importância da intangibilidade na manutenção de organizações competitivas, por isso, o capital humano é visto como uma força nas organizações do século XXI.

Sinara e Sinvaes (2017) definem o capital intelectual como o valor gerado pela criatividade humana nas organizações. Os recursos humanos com seu potencial e com o seu ativo intangível possibilitam às organizações se diferenciarem das demais, pois as pessoas colocam sua individualidade a serviço do êxito organizacional, aprendem a partilhar o conhecimento, a colocar seus talentos em razão do cumprimento da missão da organização na qual atuam e se conscientizam que sozinhas não conseguem dar conta da complexidade organizacional.

Já, Silveira *et al.* (2017), salientam que as empresas, cada vez mais, realizam investimento em capital intangível.

Os ativos intangíveis são destacados no cenário atual como aliados na busca da competitividade organizacional, no entanto, as empresas precisam identificá-los para utilizá-los estrategicamente. Diante do fato, constata-se a necessidade das organizações de recorrerem a abordagens sistemáticas de gerenciamento dos intangíveis (SILVEIRA *et al.*, 2017, p. 10).

Na busca pela competitividade, um dos meios de identificar os recursos intangíveis é criar o Banco de competências individuais que pode ser definido da seguinte maneira “[...] um repositório de informações sobre a capacidade técnica, científica, artística e cultural das pessoas. A forma mais simples é uma lista on-line do pessoal, contendo perfil da experiência e áreas de especialidade de cada usuário” (BATISTA *et al.*, 2005, p. 21).

Ele é também conhecido como Banco de talentos e pode ser organizado a partir de informações como perfil profissional, conhecimento tácito, competências organizacionais e assim por diante. Seguindo essa perspectiva, Torres *et al.* (2016) apontam que os principais processos de gestão do conhecimento que influenciam na inovação dentro das organizações se relacionam com a transformação da cultura organizacional. A resistência ao novo, o medo de perder o *status quo*, o desconhecimento de novos processos produtivos pode impactar negativamente na transformação do conhecimento. É importante que haja o intercâmbio entre o conhecimento existente e aquele novo que requer mais esforços para a estruturação. No cotidiano de uma organização,

[...] a prática pode incluir Mapeamento dos ativos organizacionais intangíveis; Gestão do capital humano; Gestão do capital do cliente; e política de propriedade intelectual os ativos intangíveis são recursos disponíveis no ambiente institucional, de difícil qualificação e mensuração, mas que contribuem para os seus processos produtivos e sociais. (BATISTA *et al.*, 2005, p. 22).

Entende-se com Batista *et al.* (2005) e Paim *et al.* (2009) que as organizações expressam a gestão do conhecimento nas práticas que realizam em suas rotinas. Elas trabalham com dados e informações transformando-os em conhecimento, em fonte de mudança. As pessoas, que fazem as organizações, têm um capital humano capaz de contribuir na criação do conhecimento relevante para o seu sucesso (MACHADO, 2017). Quando motivadas e capacitadas adequadamente são capazes de colocar mãos e mentes a serviço da organização. Nesse sentido.

[...] O conceito de capital intelectual refere-se tanto aos conhecimentos tácitos, traduzidos em termos de capacidade, habilidade e experiência dos stakeholders, quanto ao conhecimento formal e explícito que os integrantes de uma organização detêm, agregam a esta e estão disponíveis no ambiente institucional (MACHADO, 2017, p.48).

Esse processo é dinâmico e coletivo levando a organização a reter e organizar os conhecimentos que lhes confere a identidade organizacional. Nesse sentido, cada colaborador é um valor insubstituível na organização por aquilo que pode realizar por ela. A seguir, o propósito da próxima seção é fazer uma abordagem sobre as práticas de gestão do

conhecimento relacionadas à tecnologia e inovação.

2.2.3 Práticas de gestão do conhecimento relacionadas à tecnologia e inovação

As práticas de gestão do conhecimento vinculadas à tecnologia são aquelas que dão suporte à comunicação e a disseminação da informação na organização mediante a utilização de *softwares*, mídias digitais, plataformas, portais e outras ferramentas de Tecnologia da Informação (TI). Essa área é fundamental para as organizações que almejam construir uma base de dados sistematizada que possibilite o acesso, o uso e o reuso do conhecimento produzido ao longo do percurso da sua história.

Outra prática de gestão de conhecimento que pode ser utilizada para facilitar a comunicação e a gestão dos processos organizacionais está presente na área tecnológica (VIEIRA, 2014). O emprego dessas ferramentas tecnológicas inovadoras é cada vez mais requisitado pelas organizações de sucesso e, necessário à transformação do ambiente organizacional em ambientes operacionais de aprendizagem. Nessa perspectiva, os portais intranets e extranets, os sistemas de *workflow*, a gestão de conteúdo e a Gestão Eletrônica de Documentos GED são imprescindíveis para garantir a captura e guarda segura do conhecimento gerado pelos colaboradores. Os portais intranets e extranets configuram “[...] portais ou outros sistemas informatizados que capturam e difundem conhecimento e experiência entre trabalhadores/departamentos” (BATISTA *et al.*, 2005, p. 24). Compreende-se, assim, que os portais são espaços interativos de aprendizagem que podem atender a uma variedade de objetivos, tais como, ambiente de trabalho, repositório de materiais, rede de conhecimento e outros. São espaços *web* de fácil utilização e de privacidade.

Por sua vez, os sistemas de *workflow* podem ser conceituados como:

[...] práticas ligadas ao controle da qualidade da informação apoiado pela automação do fluxo ou trâmite de documentos. Workflow é o termo utilizado para descrever a automação de sistemas e processos de controle interno, implantada para simplificar e agilizar os negócios (BATISTA *et al.*, 2005, p. 24).

Mediante os sistemas de *workflow*, o gestor controla e revisa documentos, requisita pagamentos, realiza estatísticas sobre o desempenho dos colaboradores, dentre outros. Para Vieira (2014), a automação de sistemas torna a organização mais ágil e simplifica os processos.

Outra estratégia de gerenciar o conhecimento é fazer a gestão de conteúdo da organização selecionando, capturando, classificando, indexando, registrando e depurando as

informações relevantes. Tipicamente, isso envolve pesquisa contínua dos conteúdos dispostos em instrumentos, como bases de dados, árvores de conhecimento, redes humanas etc., (BATISTA *et al.*, 2005, p. 25).

A utilização de aplicativos informatizados para controlar os documentos da criação à destinação final é conhecida como GED - Gestão Eletrônica de Documentos. Sua finalidade é conhecer e controlar a emissão de documentos a fim de não perder informações importantes sobre a organização. Para Batista *et al.* (2005) existem outras metodologias de apoio ao uso das tecnologias nas organizações, tais como “ [...] *Customer Relationship Management* (CRM); o *Balanced Scorecard* (BSC); - *Decision Support System* (DSS); - *Enterprise Resource Planning* (ERP); e - *Key Performance Indicators* (KPI)” (BATISTA *et al.*, 2005, p. 26).

Percebe-se, pelo o exposto até aqui, a importância de gerenciar o conhecimento produzido nas organizações, de modo a retê-lo e torná-lo útil para o desempenho da organização. Strauhs (2012), sobre o uso do suporte tecnológico inovador, afirma que o componente tecnológico possibilita.

Criar um ambiente organizacional de compartilhamento no qual as experiências, conhecimentos e novas ferramentas são aproveitados significa saber agir e interagir com esse novo cenário digital. O risco maior é ignorá-lo. Qualquer nova prática ou estratégia implantada, principalmente se não faz parte da cultura vigente, necessita de um período para as pessoas se adaptarem. Pode ser preciso estabelecer parâmetros de participação, conscientizando os profissionais sobre alguns fatores, como ética, respeito e bom-senso no uso das ferramentas e participação nas redes (STRAUHS, 2012, p. 47).

Portanto, o emprego adequado do suporte tecnológico requer exercício e aprendizagem, envolve saber agir no universo digital e pode se traduzir em instrumento de gestão do processo operacional de aprendizagem dentro da organização. São formas de comunicação fundamentais na atualidade, principalmente no setor público que desenvolve um trabalho voltado para o compromisso social. Batista *et al.* (2005) reiteram que uma prática de gestão do conhecimento é conhecida pela sua regularidade, por determinada padronização do trabalho e pela intenção de gerenciar bem a organização. E, como cada organização é única, cabe ao gestor e sua equipe de trabalho aprender quais as que melhor atendem ao sucesso da organização, a depender de seu ramo de atuação, seu porte e seu capital humano.

Paim *et al.* (2009) enfatizam os impactos positivos das práticas de gestão do conhecimento nas organizações quando elas melhoram a comunicação com o cliente, aumentam as vendas, redescobrem os valores da organização, fortalecem a missão organizacional, fidelizam clientes e colaboradores comprometidos com o sucesso do negócio.

A grande finalidade de desenvolver práticas de gestão do conhecimento é vencer em sua área de atuação. Tornar a organização a referência para o mercado que, implícita ou explicitamente, refere um legado para outras organizações.

Batista *et al.* (2005) destaca como relevante a avaliação da gestão do conhecimento no setor público com foco no desempenho organizacional e na melhoria da gestão dos serviços prestados. Em relação a isso, o autor afirma que.

É importante que se construa um modelo de gestão do conhecimento específico para a administração pública que estabeleça a relação entre gestão do conhecimento e resultados organizacionais para que seja possível avaliar seu impacto sobre a melhoria de processos, produtos e serviços prestados à população... Concluímos que os modelos construídos para o setor privado não são adequados para o setor público. Por isso, entendemos como necessário construir um modelo genérico, holístico, com foco em resultados e específico de gestão do conhecimento adequado à administração pública brasileira (BATISTA *et al.*, 2005, p. 20).

Voltando à tecnologia, percebe-se que ela possibilita máquinas e novos processos produtivos (ativos tangíveis). Dessa forma, a marca, o cliente, a aprendizagem em equipe, as redes e patentes, o relacionamento com consumidores, o *Knowkow* passam a ganhar visibilidade em termos de importância para o avanço das organizações, sai do patamar marginal, para o patamar central no desempenho do empreendimento.

Na educação, o agir das pessoas, os processos realizados e as tecnologias utilizadas por elas são meios de construir e efetivar um modelo de organização escolar. Dessa maneira, os educadores, os funcionários, os técnicos e os gestores inovam a prática do fazer didático pedagógico e administrativo, descobre sua missão, seu potencial criativo e têm a possibilidade de aprender sobre seu ambiente interno e de utilizarem esse conhecimento para aprimorar a gestão do conhecimento por toda a organização.

O objetivo do próximo capítulo consiste em abordar o perfil da população prisional no Brasil e no Estado do Paraná. Apresentar a Modalidade de Educação para Jovens e Adultos EJA prisional e o contexto educacional do Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos - Professora Tomires Moreira de Carvalho, uma organização pública inserida no sistema prisional da cidade de Maringá-Paraná.

3 O PERFIL DA POPULAÇÃO PRISIONAL NO BRASIL E NO ESTADO DO PARANÁ

O perfil da população prisional no Brasil reporta as desigualdades sociais atreladas às condições de vida adversas em que se encontra essa população. Os dados reunidos no Relatório – 2016-22-11 indicam que são jovens, negros, pobres provenientes, na maioria das vezes, da periferia das cidades, das favelas e bairros mais distantes dos benefícios culturais e sociais. Na Revista Nexo, Carmo (2017) no texto: A pobreza Brasileira tem Cor, comenta que todos os estereótipos que envolvem pobreza, criminalidade e falta de instrução são ligados à população negra. Os dados contidos no Sistema Integrado de Informações Penitenciárias mostram que os negros compõem 60% da população carcerária do país. A cor da pele é um elemento que, historicamente, marginaliza o cidadão brasileiro, ao homem negro de menor renda mais trabalho braçal e menos acesso a educação e ao trabalho formal, menor mobilidade social e usufruto dos meios de produção. Os dados sobre o perfil das pessoas em privação de liberdade, inseridas no sistema prisional do Brasil foram organizados e apresentados pelo sistema de Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN, 2017). Naquele ano, estavam reclusas 726.354 pessoas no sistema prisional. Um expressivo contingente de pessoas que ficam na invisibilidade da estratificação social do país.

Percebe-se que os efeitos nefastos dos condicionantes econômicos, políticos e sociais empurram milhares de pessoas menos favorecidas socialmente e economicamente às prisões e lá, passam por processos de estigma social. Na concepção de Onofre (2014), a segregação e a marginalização da população encarcerada no Estado do Paraná revelam que.

A população carcerária apresenta características semelhantes às da população brasileira, constituída em sua maior parte de pobres e de pessoas pouco escolarizadas. Os presos fazem parte da população dos empobrecidos, produzidos por modelos econômicos excludentes, privados de seus direitos fundamentais de vida. Ideologicamente, como os pobres, aqueles são jogados em um conflito entre as necessidades básicas vitais e os centros de poder e decisão que as negam. São com certeza, produtos da segregação e do desajuste social, da miséria e das drogas, do egoísmo e da perda de valores humanitários. Por sua condição de preso, seu lugar na pirâmide social é reduzido à categoria de marginais, bandidos, duplamente excluídos, massacrados, odiados. O estigma e a segregação que lhe são imputados atingem, por extensão, toda a sua família: pais, esposas, companheiras e filhos (ONOFRE, 2014, p. 25).

Nesse sentido, com base nos dados do INFOPEN (2017) nota-se que a idade que prevalece para a população carcerária brasileira é a situada entre dezoito e vinte e quatro anos de idade (30%), depois temos entre vinte e cinco e vinte e nove anos (25%), entre trinta e

trinta e quatro anos (19%), entre trinta e cinco e quarenta e cinco anos (19%), de quarenta e seis a sessenta anos (7%) e de sessenta e um a setenta anos (1%) e com mais de setenta anos (1%). Os dados revelam que a população jovem, entre dezoito e vinte e nove anos (BRASIL, 1990), prepondera sobre as demais: 55% dos presos são jovens.

Os dados paranaenses não destoam dos dados nacionais, pois 54 % dos encarcerados no Estado do Paraná são jovens com idades entre dezoito a vinte e nove anos (INFOPEN, 2017). Em relação à escolaridade, os presos brasileiros analfabetos somam 4%, os alfabetizados sem cursos regulares (6%), os com ensino fundamental incompleto (51%), os com ensino fundamental completo (14%), ensino médio incompleto (9%), ensino médio completo (5%), ensino superior incompleto (1%), ensino superior completo (0%). Os dados indicam que a maioria dessa população não tem o ensino fundamental completo.

[...]17, 75% da população prisional brasileira ainda não acessou o ensino médio, tendo concluído, no máximo, o ensino fundamental. Entre a população que se encontra no ensino médio, tendo concluído ou não esta etapa da educação formal, temos 24% da população privada de liberdade (INFOPEN, 2017, p. 34).

O Paraná tem situação semelhante à de outros estados da Federação. No entanto, o Estado do Paraná mantém como meta a reinserção social com gerenciamento de práticas elaboradas com a objetividade de reinserir a pessoa privada de liberdade à sociedade. O Paraná conta com um programa de escolarização, que contempla ensino fundamental e médio. As unidades prisionais são atendidas pelos Centros Estaduais de Educação Básica de Jovens e Adultos. A modalidade de ensino adotada nas escolas do sistema penitenciário do Paraná é a Educação de Jovens e Adultos, que, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBN nº. 9394/96, no artigo 37, “... será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”.

Conforme estabelecido pela Lei de Execução Penal, o acesso à assistência educacional é um direito garantido à pessoa privada de liberdade e deve ser oferecido pelo Estado na forma de instrução escolar e formação profissional, visando à reintegração da população prisional à sociedade (INFOPEN, 2017, p. 53).

Percebe-se que o perfil dos sujeitos presos no Brasil, e dentre eles, os do Estado do Paraná exige ações educacionais que atinjam a maioria das pessoas. A Lei de Execução Penal (LEP) de 1984 não é aplicada em sua totalidade quanto ao direito à assistência educacional, a saúde e assistência jurídica para todas as pessoas que se encontram em privação de liberdade. Ainda sobre a educação, o número de pessoas atendidas por unidade da Federação indica que

os estados que melhor respondem pela assistência educacional são os estados do Tocantins (20%), Espírito Santo (23%), Bahia (20%) e Paraná (19%).

O Estado do Paraná tinha em 2016, 5.723 presos cursando atividades de ensino e, 2316 realizando atividades complementares. Isso significa que 416 (7%) cursavam a Alfabetização, 3036 faziam o Ensino Fundamental (53%), 922 (16%) estavam matriculadas no Ensino Médio e 42 (1%) no Ensino Superior.

As atividades educacionais complementares incluem a remição pela leitura, pelo estudo, pelo esporte e atividades culturais. As pessoas em privação de liberdade que participavam do Programa Remição pela Leitura eram 2.266 (98%) e 50 (2%) realizavam atividades culturais. No Programa Remição pela Leitura em 2016, o Paraná ocupava a quinta posição em número de pessoas assistidas (BRASIL, 2017).

Garutti e Lara (2018) ao relatarem sobre como procede à prática da remição da pena pela literatura na Penitenciária de Maringá, explicam que a atividade da prática de leitura requer interação entre texto e contexto, construindo pretexto/intencionalidade. Segundo os autores, essas três categorias são decisórias para o domínio da leitura e construção de um novo texto concebido enquanto prática social que resulta em fonte de informação, formação, difusão da cultura e ganhos na aprendizagem. E, assim, os autores avaliam que.

Conforme a Lei nº 12.433, de 29/06/ 2011, o Programa de remição pela leitura é um meio de viabilizar a remição da pena através de estudo que [...] tem-se por intenção formar leitores capazes de participar na e pela sociedade de forma mais autônoma como um cidadão. [...] Se ler se constitui como prática social, então é preciso ir além do saber ler, pois é fundamental saber utilizar o que se lê e o que se escreve como meio de interação na sociedade. Ler se faz por interações multidisciplinares. (GARUTTI; LARA, 2018, p. 28).

Uma questão que os autores destacam é que a prática sistemática de leitura se condiciona ao processo de inclusão social. Portanto, o ordenamento legal é instrumento fundamental para o estabelecimento de metas e de práticas direcionadas para a efetivação de proposta de trabalho como esse do Programa de Remição pela Leitura e demais intervenções assistenciais às pessoas custodiadas pelo Estado. No entanto, o aparato legal não significa a efetivação total das garantias constitucionais da pessoa em privação de liberdade.

Na atualidade, o sistema prisional paranaense enfrenta, como as demais unidades federativas, o déficit funcional em todas as áreas: de defensores a agentes penitenciários, de psicólogos a assistentes sociais. Existem questões que são de ordem operacional e estrutural e as penitenciárias buscam meios para gerenciar as dificuldades e minimizá-las. Como nos exemplos práticos do Programa de Remição pela Leitura e a escolarização desenvolvida no contexto educacional do Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos CEEBJA

do sistema prisional do Estado do Paraná

Outra questão preocupante diz respeito ao analfabetismo de grande número de brasileiros, o que limita a possibilidade de leitura básica e traz implicações aos diversos setores da sociedade. Em registro, o documento Referencial Curricular do Estado do Paraná: Princípios, Direitos e Orientações para o Ensino Fundamental (PARANÁ, 2018) chama a atenção para essa questão macro sobre as desigualdades de oportunidades de aprendizagens, de acesso e permanência da pessoa na escola. O documento ressalta que

No país destaca-se ainda, a existência de condições desiguais de oferta da educação aos estudantes, o que se configuram em violações de direitos constitucionais, reforçando as desigualdades socioeconômicas, étnico-raciais e regionais. [...] No decorrer da história do Brasil as desigualdades educacionais de acesso à escola, à permanência dos estudantes e ao seu aprendizado foram naturalizadas, principalmente ao se tratar dos grupos definidos por raça / etnia, sexo e em condição socioeconômica desfavorável (PARANÁ, 2018, p. 15).

Faz se necessário romper com a ideologização que naturaliza a não escolarização e posse da leitura básica, a não aprendizagem e o aumento da população jovem e adulta que transita pelo mundo letrado e que convive sem acesso a efetivação da leitura e do letramento formal, no Brasil. Ao entender a educação enquanto processo formativo, o país busca sistematizar e formalizar a modalidade de Educação para Jovens e Adultos - EJA que será contextualizada a seguir.

3.1 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA- NO BRASIL E NO CONTEXTO DO SISTEMA PRISIONAL DO ESTADO DO PARANÁ

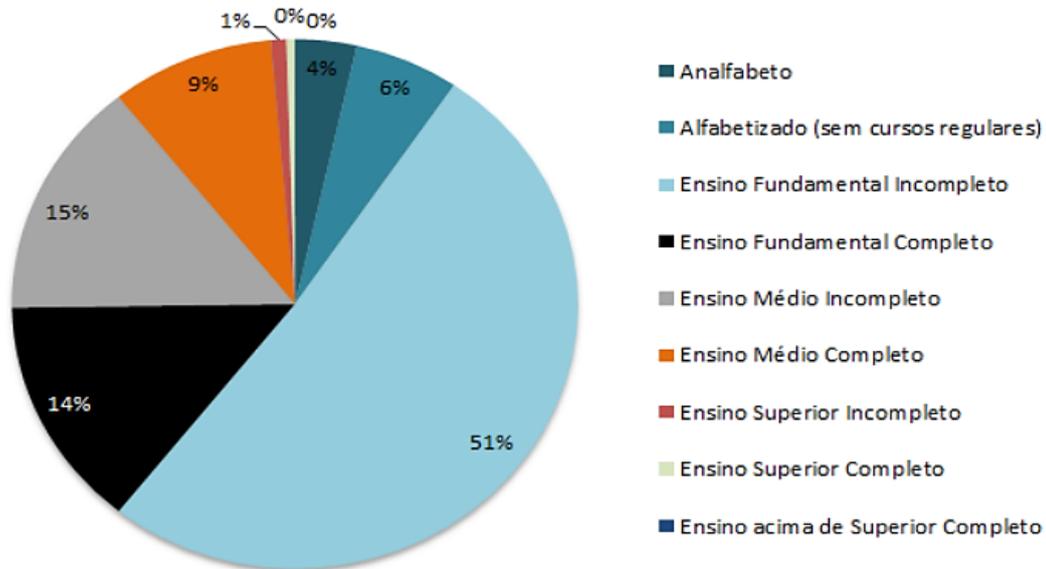
Conforme os dados apresentados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNDA) existem cerca de 11,8 milhões de analfabetos, no país (FERREIRA, 2017). Número que coincide com os dados apontados no Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN, 2017) referentes ao contexto do sistema prisional brasileiro.

Os dados utilizados para estudos são oriundos do INFOPEN, um sistema do Ministério da Justiça e Segurança Pública que fornecem dado-estatísticas do sistema prisional brasileiro. Busca manter atualizadas as informações estatísticas da população carcerária [...] Para o cálculo das taxas de aprisionamento com recorte etário e por cor/ etnia, foram utilizados os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua de 2017 (INFOPEN, 2017, p. 7).

Os dados apresentados no gráfico a seguir, organizados pelo sistema de Levantamento de Informações Penitenciárias (INFOPEN, 2017), referentes aos níveis de escolaridade das pessoas em privação de liberdade confirmam o percentual de pessoas com níveis de escolari-

dades defasadas ou que não foram alfabetizadas na idade mais propícia, no país.

Gráfico 1- Escolaridade das pessoas privadas de liberdade no Brasil



Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN, 2017).

A população que não concluiu o Ensino Fundamental chega a mais de 60% nos presídios do país. A Educação de Jovens e Adultos – EJA- é uma etapa de educação prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 93994/96 (BRASIL, 1996) para atender a parcela da população que não concluiu os estudos na idade certa, pessoas acima dos dezessete anos de idade. Ela tem a finalidade de formar para a ação e atuação cidadã. Desse modo, o objetivo principal da Educação para Jovens e Adultos é mediar o conhecimento acumulado historicamente para que o aprendiz possa refletir e acessá-lo para melhorar sua vida. Desse modo, os conteúdos da Educação de Jovens e Adultos são voltados às demandas dos educandos.

A EJA - modalidade educacional que atende à educandos tem como finalidade e objetivos e o compromisso com a formação humana e com acesso à cultura geral, de modo que os educandos venham participar politicamente e produtivamente das relações sociais, com comportamento ético e compromisso político, através do desenvolvimento da autonomia intelectual e moral (PARANÁ, 2005, p. 12).

Historicamente, a Educação de Jovens e Adultos EJA foi sistematizada e organizada para diminuir os índices de analfabetismo no Brasil. Com a abertura política nos anos de 1980, o país expandiu a escolarização e, após 1990 os jovens e adultos privados de liberdade

começaram a ser atendidos por essa modalidade de ensino. O direito à educação, conquistado na Constituição Federal - CF- 1988, passou a se efetivar nos presídios brasileiros, ainda, que em condições precárias. Os entes Federativos e a União começaram a pensar uma política educativa para essa parcela da população. Nesse contexto, a Educação Básica para Jovens e Adultos tem como meta a qualidade na aprendizagem, considerando o educando como um sujeito sócio-histórico-cultural com diferentes experiências de vida e que se afastou da escola em algum momento da vida por fatores sociais, econômicos, políticos e culturais. Por isso, a Educação de Jovens e Adultos pode ser compreendida como uma modalidade educacional que visa formar para a autonomia da pessoa.

A compreensão de que o direito à educação é inerente ao ser humano e garantido constitucionalmente fez com que o país investisse em educação. Os níveis de escolarização melhoraram e mais brasileiros foram alfabetizados. Sabe-se que ainda existem muitos problemas como evasão escolar, analfabetismo funcional, falta de estrutura física e humana nas escolas, dentre outros. Pelo conceito usado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, analfabetas são pessoas que não sabem ler e escrever um bilhete simples.

Villas Bôas (2017) sobre os resultados do módulo de Educação da Pesquisa Anual por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-Contínua) comenta que muitas regiões do país têm alto índice de analfabetos, como por exemplo, o Norte e o Nordeste onde a taxa de indivíduos com idade entre quinze anos ou mais é de 19, 4%, geralmente jovens negros ou pardos. Para fazer o enfrentamento a esse problema, o Brasil utiliza várias ações como a oferta de matrículas na Modalidade Educacional para Jovens e Adultos. Dentre o público a ser atendido, encontram-se as pessoas privadas de liberdade no sistema prisional em todas as unidades da Federação.

Silva (2001) afirma que o Brasil não efetivou ainda uma política de governo para escolarizar jovens e adultos, mas utiliza programas pontuais que têm auxiliado na melhora dos índices educacionais brasileiros. No que diz respeito à educação nas prisões, as ações são recentes e ainda não estão bem sistematizadas de modo a formatar uma política de educação prisional. Como a realidade brasileira é plural, é difícil a captação e organização dos dados, mesmo porque o sistema prisional é complexo e o financiamento é desigual entre os estados da Federação.

Mello (2015) ao realizar estudos sobre o sistema prisional brasileiro, aponta que existem falhas de toda ordem: falta de profissionais, gestões ineficazes, estrutura física ultrapassada, superlotação, morosidade da justiça em julgar, dentre outros. Para o autor, somente nos últimos vinte anos é que as autoridades, os especialistas e a sociedade civil vêm

criando um banco de dados sobre a realidade prisional do país e sugerindo uma reorganização do sistema, mais humano e menos controlador.

Parte-se da premissa que, embora a função primeira da prisão seja a regulação social, ela não deve se omitir ao fato de que a criminalidade é um problema social resultante das desigualdades de oportunidades e de acesso aos bens culturais. Assim, a pessoa em privação de liberdade deve cumprir sua pena para se redimir socialmente, mas a sua estadia na prisão não pode torná-la pior do que quando entrou. A desumanização e as más condições nas prisões devem ser geridas e equacionadas o melhor possível. Nessa perspectiva, o Brasil tem uma ampla legislação e busca efetivá-la.

Pesquisadores como Julião (2016), Boiago e Noma (2013) mencionam que a educação nas prisões é uma tentativa de melhorar a condição do detento, de prepará-lo para o retorno à sociedade e é uma garantia constitucional. Tanto é assim, que o Departamento Penitenciário Nacional (BRASIL, 2014) propôs uma política para o Sistema Prisional sob quatro eixos: penas alternativas, reduzir o déficit de vagas, humanizar as prisões e modernizar o sistema prisional. Cada um desses propósitos tem estratégias de ação e metas a serem atingidas.

Nesse contexto, a prisão é concebida como um espaço a ser evitado mediante ações que evitem o encarceramento e a superpopulação desumana dos presídios. Isso porque, foi diagnosticado que as injustiças sociais estão se exacerbando e mais pessoas são levadas à criminalidade. Sobre esse aspecto pode-se dizer que.

A superlotação carcerária afronta a condição humana dos detentos, aumenta a insegurança penitenciária, o abuso sexual, o consumo de drogas, diminui as chances de reinserção social do sentenciado, além de contrariar as condições mínimas de exigências dos organismos internacionais. O que fazer com os sentenciados e como corrigi-los sempre assombrou a sociedade. Punição, vigilância, correção. Eis o aparato para -tratar o sentenciado. Conhecer a prisão é, portanto, compreender uma parte significativa dos sistemas normativos da sociedade (MAIA, 2009, p. 10).

Com esse entendimento, as prisões em funcionamento não atendem a demanda existente, o que provoca o estrangulamento do sistema: as cadeias passam a guardar presos, as prisões a atender acima do seu limite, a violência é potencializada no ambiente restrito das prisões e a saúde do preso é deteriorada. Para os organizadores do Sistema de Informação Penitenciário Nacional (PARANÁ, 2014), as condições alimentares, de saúde, educação, assistência social e justiça ficam prejudicadas. A inexistência de vagas induz a contenção da pessoa e não a sua ressocialização: ela é posta no sistema prisional sem condições, muitas vezes, de se mover no interior da unidade. Há que se fazer todo um exercício de logística para alojar a população carcerária que é diversa, heterogênea e complexa.

No Estado do Paraná há um esforço logístico constante para administrar essa realidade. O Relatório do INFOPEN (2014) indica que a maioria das pessoas em privação de liberdade, não concluiu o processo de escolarização básica, ficando mais suscetível a buscar na criminalidade uma fonte de renda e mobilidade social. No ano de 2014, o país já ocupava a posição de 4ª nação com maior população carcerária no mundo, sendo ultrapassada somente pelos Estados Unidos da América, pela China e pela Rússia. Nessas nações, investia-se em diminuir o número de presos, situação inversa do que acontecia no Brasil que, desde 2000 já apresentava uma taxa anual de 7% de aumento da população presa. Em 2016 eram 353,6 presos a cada 100 mil habitantes. Os dados do INFOPEN 2016 indicam que.

Em Junho de 2016, existiam 726.712 pessoas privadas de liberdade no Brasil, sendo 689.510 pessoas que estão em estabelecimentos administrados pelas Secretarias Estaduais de Administração Prisional e Justiça, o sistema penitenciário estadual; 36.765 pessoas custodiadas em carceragens de delegacias ou outros espaços de custódia administrados pelas Secretarias de Segurança Pública; e 437 pessoas que se encontram nas unidades do Sistema Penitenciário Federal, administradas pelo Departamento Penitenciário Federal (INFOPEN, 2017, p. 8).

Segundo os dados organizados pelo Levantamento de Informação Penitenciário Nacional (BRASIL, 2014), é preciso interromper a taxa de aprisionamento se o país deseja homens livres. A expectativa era de que, em 2022, se não houvesse a contenção desse fenômeno, chegaríamos a um milhão de presos. Para 2075, projetava-se que uma em cada dez pessoas estaria privada de liberdade. Sobre a população carcerária do Paraná, sabe-se que em 2016 era de 48.449 presos, suplantada por São Paulo e Minas Gerais, as primeiras em número de presos no Brasil. Havia 9.230 homens privados de liberdade em carceragens de delegacias e 39.219 no Sistema Prisional. Existia um déficit nacional de vagas na ordem de 359.058 (INFOPEN, 2017).

Para os organizadores do Relatório INFOPEN (2014, 2016) o aumento da população prisional liga-se às desigualdades sociais, estruturais e econômicas da nação. O Sistema não toca profundamente os elementos promotores das desigualdades sociais. São focadas causas superficiais tais como a culpabilidade do indivíduo, a falta de oportunidade, dentre outros. Desse modo, as organizações prisionais crescem em todo o território nacional em números de aprisionamento. Para atender essa crescente demanda o Estado do Paraná já construiu: sete Casas de Custódia para homens, locais onde as pessoas aguardam o momento de serem julgadas e sentenciadas; duas penitenciárias industriais para os homens; dezesseis penitenciárias para pessoas que foram condenadas ao regime fechado; seis centros de regime semiaberto bem como, três organizações prisionais para o cumprimento de medida de segurança nas

quais ficam os presos em progressão de pena que trabalham durante o dia e retornam para a prisão no final do período. Ainda estão em funcionamento, cinquenta e cinco cadeias públicas (BRASIL, 2016).

Carvalho (2010), ao escrever sobre o difícil desenvolvimento da educação escolar no sistema carcerário brasileiro, em um dos estudos sobre políticas públicas educacionais da Educação Básica para Jovens e Adultos aplicadas às unidades prisionais paranaenses, alerta para o seguinte:

Não basta pensar somente na oferta da educação para estes jovens e adultos; é necessário, também, buscar uma modalidade de ensino que atenda aos anseios dessa população e que tenha em sua base, a concepção clara de democratização, ao facilitar o acesso, a permanência e o sucesso deste estudante na escola e na sociedade. Todas essas proposições implicam mudanças na rotina das escolas, na organização das turmas, calendário escolar, na elaboração dos horários. Destacamos a necessidade de uma proposta de educação, na qual seja abandonada a pedagogia do fracasso, da reprovação, da evasão, em favor de uma pedagogia de sucesso, de permanência do aluno na escola, de prazer pelo estudo, de aprovação. Isso significa a proposta de uma educação escolar de qualidade (CARVALHEIRO, 2010, p. 7).

Seguindo essas provocações sobre o sentido do encarceramento e o trabalho que deve ser desenvolvido em razão do tratamento penal condizente com a ressocialização, o sistema prisional paranaense formalizou a educação básica para jovens e adultos, enquanto uma das práticas assistenciais vinculadas ao tratamento penal. Ela está amparada no Artigo 5.º da Resolução N.º 2/2010 do Conselho Nacional da Educação CNE/CEB que incentiva Educação a Distância - EAD para população nos espaços prisionais. O documento esclarece que a principal função da escola na Educação Básica é a democratização da cultura por meio do saber.

Art. 5º Os Estados, o Distrito Federal e a União, levando em consideração as especificidades da educação básica em espaços de privação de liberdade, deverão incentivar a promoção de novas estratégias pedagógicas, produção de materiais didáticos e a adequação de novas metodologias e tecnologias educacionais, assim como de programas educativos na modalidade Educação a Distância (EAD), a serem empregados no âmbito das escolas do sistema prisional (BRASIL, 2010).

Em 2011, após estudos, debates e reflexões foram elaborados os Cadernos de Tratamento Penal do Departamento Penitenciário do Paraná - Escola Penitenciária contendo delineamentos das práticas de tratamento penal e demais diretivas para as unidades penais do Estado. Nesses cadernos, a comunidade escolar do sistema prisional compreende os alunos e demais profissionais que atuam direta ou indiretamente para com a assistência educacional e que contribuem com o denominado Tratamento Penal garantido na Lei de Execução Penal. Em conformidade com essa Lei, cada organização do sistema prisional deve organizar uma

Comissão Técnica de Classificação CTC responsável pelo encaminhamento das assistências à pessoa custodiada pelo Estado, inclusive a assistência educacional. Essa comissão segue orientações contidas nos cadernos supracitados que definem o tratamento penal e a assistência individualizada.

Instituída pelo artigo 6º da LEP, a Comissão Técnica de Classificação (CTC) é a responsável pela elaboração do programa para a individualização da pena e indicação do tratamento penal adequado a cada preso. Para tanto, deve contar com uma equipe multidisciplinar composta, no mínimo, por psiquiatra, psicólogo e assistente social. Embora não haja previsão legal, a fim de dar uma maior abrangência a essa Comissão, profissionais de pedagogia, terapia ocupacional e setor de segurança, também participam das reuniões. Todos os participantes da CTC, bem como seus suplentes, são designados para compô-la através de portaria específica do Departamento Penitenciário (PARANÁ, 2011, p. 25).

O documento define o encaminhamento padrão de inserção da pessoa ao ambiente educacional e demais espaços de assistência, o denominado, tratamento penal. Os dados são registrados em prontuário individual e servem para

Proceder à chamada classificação do preso, os membros da Comissão Técnica de Classificação devem, além de examiná-lo diretamente, obter o maior número de informações possíveis ao seu respeito. As informações contidas no prontuário devem estar sempre às mãos, e outras poderão ser obtidas através de entrevistas com pessoas da família ou da comunidade e/ou através de solicitações de dados e informações das escolas pelas quais o condenado eventualmente tenha passado (PARANÁ, 2011, p. 25).

De posse dos dados contidos nos prontuários as organizações como o Ministério da Justiça, o Departamento Penitenciário Nacional, a Secretaria de Segurança do Paraná SESP, em parceria com a Secretaria de Estado e de Educação SEED, cada uma em sua instância define, determina e organiza as práticas que conduzem ao denominado Tratamento Penal que define as assistências, como a educacional.

A Constituição Federal de 1988, em seus Artigos 205 a 214 garante educação como um direito social inalienável, aspecto reiterado no Paraná como.

Instrumento imprescindível para reconhecer a si próprio como sujeito ativo na transformação de seu grupo e do seu meio social. Nessa perspectiva, assegura o acesso à educação como o Direito Humano universal, social inalienável, que possui relação com outros direitos, especialmente os direitos civis e políticos e de caráter subjetivo, sobre os quais a educação é decisiva, uma vez que possibilita o acesso a outros direitos [...] humanos (PARANÁ, 2018, p. 11).

Assim, entende-se que a finalidade da ação educativa é a formação crítica da consciência e a apreensão crítica da realidade para a transformação cultural. Desse modo, o aluno deve ser instruído em todos os ambientes educativos para compreender o seu entorno e

transformá-lo, compreendendo as contradições próprias do contexto e as condições sociais que desvelam a realidade. Na realidade do país existe uma população significativa de adultos que não concluíram ainda todas as etapas da educação básica na idade mais propícia. O Paraná segue com o compromisso de oportunizar aos seus custodiados o acesso a diferentes atividades educacionais, como mostra o quadro a seguir.

Quadro 2 - Atividades educacionais no sistema prisional - DEPEN/PR- out. 2019

Atividades Educacionais	Total de Atendimentos	% de Atendimentos
Remição/ Leitura	3012	14,07%
Ensino Fundamental	3657	17,08%
Ensino Médio	1335	6,24%
Cursos Téc. Externos	3	0,01%
Ensino Superior	60	0,28%
Pós-Graduação	02	0,009%
Qual. Profissional	225	1,05%
Proj. Pedagógicos	479	2,24%
Total	8773	40,97%

Fonte: Organizado pela autora-DEPEN/PR (BRASIL, 2019).

Com o exposto nesse quadro, 40,97% das pessoas assistidas no sistema prisional paranaense participaram de atividades educacionais no mês de outubro de dois mil e dezenove. Nota-se um trabalho que exige dos profissionais uma compreensão ampla das dinâmicas que propõe o uso de práticas de gestão do conhecimento na dimensão que envolve pessoas, processos e sistemas para subsidiar as ações no cotidiano do sistema prisional em seus processos organizacionais e operacionais de execução e continuidade do exercício de escolarização para o maior número possível de pessoas. Quiçá para todos os que ainda não completaram todas as etapas da educação básica contemplada na Constituição Federal de 1988, enquanto direito fundamental e inalienável.

No sistema prisional paranaense, para atender aos organismos nacionais e internacionais, a educação assume também a função de contribuir com a ressocialização da pessoa que, temporariamente, encontra-se em privação de liberdade. A seção a seguir tem como foco apresentar o contexto educacional do Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos, CEEBJA do sistema prisional da cidade de Maringá- Paraná.

3.2 O CONTEXTO EDUCACIONAL DO CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA PARA JOVENS E ADULTOS DO SISTEMA PRISIONAL DE MARINGÁ-PR

No Paraná, para as pessoas privadas de liberdade, existe a oferta de escolarização na modalidade de Educação Básica para Jovens e Adultos. A Educação de Jovens e Adultos EJA é uma instância da modalidade de ensino da educação básica que oferta instrução formal respaldada pela legislação brasileira. No sistema prisional paranaense, ela é parte da assistência que nos Cadernos de Segurança compõe o denominado: Tratamento Penal.

O Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos CEEBJA, no Estado do Paraná, oferta escolarização formal conforme regimento específico para essa modalidade de ensino. Ele instrui, avalia e certifica o aluno como informa o Processo número 2 553/13. Parecer 02/14 do Conselho Estadual de Educação, a Câmara da Educação Infantil e do Ensino Fundamental e a Câmara do Ensino Médio e da Educação Profissional técnica de Nível Médio.

Essa modalidade de ensino vem ao encontro da necessidade e da diversidade do perfil dos educandos encarcerados, no que se refere à faixa etária, ao nível de escolarização, à situação socioeconômica e cultural e, sobretudo, a sua posterior inserção no mercado de trabalho. Nesse sentido, a EJA tem como proposta articular essa modalidade com as diversidades do contexto social e cultural da população em privação de liberdade. A formação dos sujeitos na modalidade EJA, fundamentada no princípio da aprendizagem ao longo da vida, deve comprometer-se com a aquisição de conhecimentos, o desenvolvimento de capacidades, habilidades, competências e valores necessários ao exercício e ampliação de seus direitos e controle de seus destinos, possibilitando o alcance da equidade e da inclusão social, para a redução da pobreza e a construção de sociedades justas, solidárias e sustentáveis (PARANÁ, 2014, p. 3)

Segundo Carreira e Carneiro (2009), a oferta de Educação Básica no sistema prisional do estado do Paraná segue leis nacionais e internacionais. No ordenamento jurídico que assegura o direito à educação de jovens e adultos em privação de liberdade destacam-se a Lei de Execução Penal (BRASIL, 1984), a Constituição Federal da República (BRASIL, 1988), a Constituição do Estado do Paraná (PARANÁ, 1989), o Estatuto Penitenciário do Estado do Paraná (PARANÁ, 1995), o Plano Estadual de Educação no Sistema Prisional do Paraná (PARANÁ, 2012) e as práticas de Tratamento Penal nas Unidades Penais do Paraná (PARANÁ, 2016). Essas e outras legislações regulamentam e possibilitam a oferta da Educação Básica para Jovens e Adultos, no sistema.

[...] As orientações presentes nos documentos internacionais incorporadas aos documentos do Brasil estão de acordo com o estabelece o ideário neoliberal de adequação da educação aos ditames do capital global. No caso das políticas para educação prisional é notável a intensa repetição de que essa educação deve preparar o recluso para sua reinserção tanto na sociedade, como principalmente ao mundo do trabalho

(BOIAGO; NOMA, 2013, p. 5).

No contexto das prisões, a escolarização pode ser definida como uma estratégia de cidadania, uma vez que a pessoa, ao optar por estudar enquanto cumpre sua sentença penal, ganha dias de remição da pena. Para cada doze horas estudadas, o preso tem um dia diminuído na pena. É importante enfatizar que a educação nas prisões tem características peculiares.

Segundo Boiago e Noma (2013), a pessoa em privação de liberdade tem cerceada a liberdade, possui somente materiais que a equipe de segurança permite a utilização. No sistema prisional, o primeiro quesito a obedecer é o da segurança tanto da equipe de trabalho, quanto dos agentes penitenciários e da pessoa que está sob a custódia do Estado. Por razões de segurança, as adaptações são planejadas e as determinações são rigorosamente seguidas. Somente assim, a escolarização acontece. Existem unidades prisionais nas quais celas são transformadas em salas de aula. As unidades foram construídas sem projetar espaços para atendimento escolar. Em outras, as salas de aula comportam um número reduzido de alunos e o que é um direito passa a transfigurar quase como privilégio.

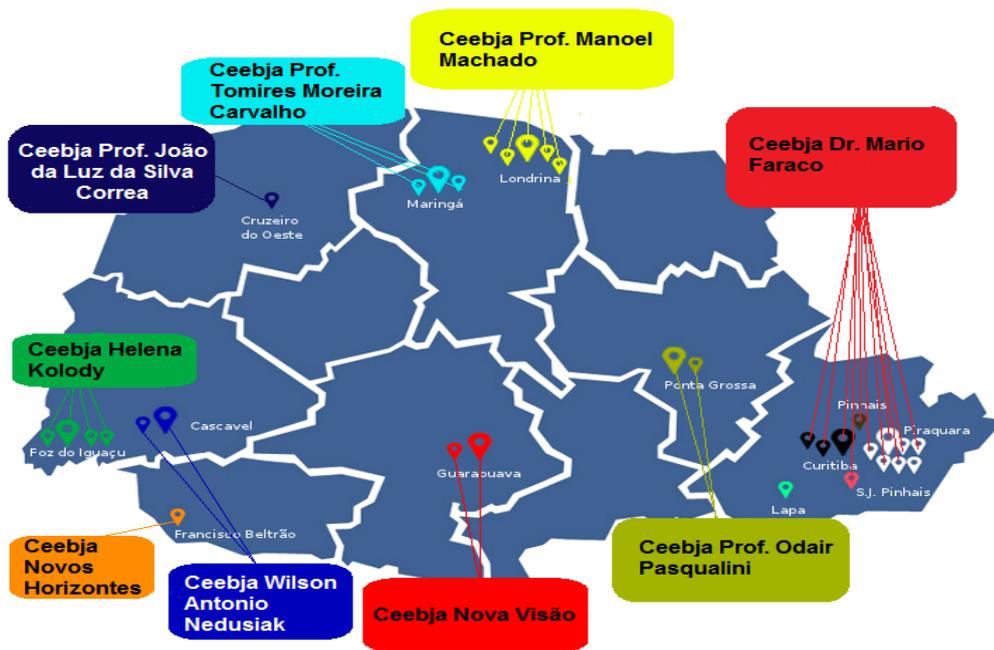
Nesse contexto, o Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos - Professora Tomires Moreira de Carvalho oferta escolarização para o nível de Ensino Fundamental na Fase I que compreende os estudos dos anos iniciais (desde a Alfabetização até ao quinto ano de estudos), no nível do Ensino Fundamental Fase II (do sexto ao nono ano de escolarização) e para o nível do Ensino Médio (que compreende a etapa final da Educação Básica). Também desenvolve a assistência educacional no âmbito das três unidades do sistema prisional da cidade de Maringá, na Penitenciária Estadual de Maringá PEM, na Colônia Penal Industrial de Maringá CPIM e na Casa de Custódia de Maringá CCM, cada um desses espaços comportam singularidades que precisam ser observadas e obedecidas por todos profissionais que o acessam.

A escola está em funcionamento no sistema prisional de Maringá, desde maio de 1996, com a administração geral localizada na Penitenciária Estadual de Maringá- PEM, uma unidade de regime fechado. Também há oferta educacional na Casa de Custódia de Maringá- CCM, unidade de regime fechado onde ficam as pessoas presas que aguardam por julgamento e a dosimetria da pena e na Colônia Penal Industrial de Maringá- CPIM, uma unidade de regime semiaberto onde a pessoa pode deixar a prisão para trabalhar e retornar para a unidade no final do período. Alguns alunos do regime semiaberto cursam o Ensino Profissionalizante ou o curso Superior em organizações de ensino profissionalizante ou de ensino superior da cidade de Maringá. Essa multiplicidade de movimentação e de utilização dos diferentes

espaços envolvem suportes logísticos e um trabalho permanente e consciente de todos os participantes dentro do sistema prisional da cidade.

Na imagem que segue está demonstrada a rede de Centros Estaduais de Educação Básica para Jovens e Adultos que atendem a população carcerária paranaense.

Figura 1- Mapa do atendimento da EJA no sistema prisional paranaense



Fonte: DEPEN/PR (BRASIL, 2019).

Com o compromisso de ofertar escolarização ao público inserido no sistema prisional paranaense. O Estado do Paraná opta pela modalidade de Educação Básica para Jovens e Adultos EJA (conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos) uma categoria organizacional presente na estrutura da educação básica nacional, com finalidades e funções próprias: reparadora, equalizadora e qualificadora.

Jamil Cury, relator do PARECER CNE/CNB 11/2000, nas páginas 7 a 9 é bastante enfático no que diz respeito às três funções de EJA: reparadora, equalizadora e qualificadora. Segundo o autor, a Função Reparadora da EJA não se refere apenas à entrada dos jovens e adultos no âmbito dos direitos civis. Passa também pela restauração de um direito a eles negado, ou seja, o direito a uma escola de qualidade e ao reconhecimento da igualdade de todo e qualquer ser humano ter acesso a um bem real, social e simbolicamente importante (FERREIRA, 2008, p. 7).

Ao abordar as três funções da EJA nos cadernos temáticos do Programa de

Desenvolvimento Educacional PDE do Estado Paraná, Ferreira (2008) reafirma que a função reparadora da Educação para Jovens e Adultos busca restaurar a educação enquanto um direito que, por fatores diversos, foi negado ao sujeito. A autora argumenta que a função reparadora não se limita, nem se restringe apenas à entrada das pessoas no âmbito dos direitos civis, pela restauração de um direito a eles negado. O direito a uma escolarização de qualidade e também ao reconhecimento da igualdade ontológica de todo e qualquer pessoa em ter acesso a um bem real e social simbolicamente imprescindível à construção, elaboração e posse da cultura enquanto um bem social. No sistema prisional a função reparadora resgata direitos civis.

Na EJA a função reparadora acaba permitindo a entrada da pessoa privada de liberdade no circuito dos direitos civis pela restauração de um direito negado, o direito a uma escola de qualidade e o reconhecimento da igualdade ontológica entre todo e qualquer ser humano (PARANÁ, 2014, p. 3).

Porém, não se deve confundir o entendimento de reparação com o de suplência. É importante a construção de um referencial educacional com estratégias didático/pedagógicas que reportem um processo dialógico apropriado para atender às necessidades de aprendizagem específicas dos estudantes jovens e adultos. A função equalizadora busca possibilitar, igualdade de oportunidade e inserção da pessoa ao mundo do trabalho.

Equalizadora: reinserindo os encarcerados no sistema educacional, seja porque tiveram uma interrupção forçada pela repetência, pela evasão, pelas desiguais oportunidades de permanência ou outras condições adversas. Esta ação da EJA deve ser vista como reparações corretivas, ainda que tardia, de estruturas arcaicas, possibilitando aos indivíduos, em situação de cárcere, novas inserções no mundo do trabalho, na vida social, nos espaços da estética e na abertura dos canais de participação, quando em liberdade (PARANÁ, 2014, p. 4).

Já a função qualificadora confere ao sujeito formação de caráter permanente. É aquela que segue ao longo da vida com base na compreensão de incompletude do ser humano, cujo potencial de desenvolvimento e de adequação pode se atualizar em espaços distintos de aprendizagens escolares ou não escolares. Mais que uma função, envolve processos formativos e é o próprio sentido da educação de jovens e adultos (FERREIRA, 2008, p. 7).

Porém, ao se considerar o século XXI a Era do Conhecimento, da transformação e inovação tecnológica, período esse de grandes incertezas e insegurança, Chilante pondera e entende que cabe refletir.

Entende-se que as competências que a EJA pode desenvolver nos jovens e nos adultos não se vinculam a uma atividade profissional específica, mas ao desenvolvimento de competências mais gerais, visando à constituição de pessoas aptas a assimilar mudanças. Busca-se o desenvolvimento de pessoas com capacidade de enfrentar no-

vos desafios e escolhas, para suportar esse período (século XXI) de incertezas e imprevisibilidade (CHILANTE, 2005, p. 178).

No entanto, essa tarefa de enxergar educação como ferramenta de natureza exclusivamente humana e um produto da cultura, envolve romper limites e barreiras impregnadas no jogo do poder e conflitos sociais. Nesse sentido

É ilusão pensar que a educação por si só vá produzir essa equidade, mas com certeza sem a educação crítica essa equidade é totalmente impraticável. Trata-se, assim, de restabelecer uma trajetória escolar que busque readquirir as possibilidades e oportunidades no jogo de poder e conflitos da sociedade tentando amenizar a falta de igualdade de oportunidades (GARUTTI, 2009, p. 70).

Com a perspectiva de se construir aprendizagem e disseminação do conhecimento o Referencial Curricular do Estado do Paraná: Princípios, Direitos e Orientações (2018), válidos para todo o sistema Estadual de Educação Básica do estado. O documento esclarece que o direito de aprendizagem interrelaciona e se desdobra como desafio no tratamento didático-pedagógico das etapas da Educação Básica, enquanto instrumento de democratização do saber. Assim

Os direitos e objetivos de aprendizagem, o repensar do currículo constitui-se em um grande desafio para os sistemas de ensino, tendo em vista, a compreensão de que a educação venha a ser uma das possibilidades de transformação social, e a escola um espaço de diálogo, mudanças e contradições, sendo esses os elementos para a construção de uma sociedade democrática (PARANÁ, 2018, p. 13).

A educação é compreendida enquanto um direito fundamental do homem e uma ferramenta de mediação e inserção social. No mundo globalizado e letrado da sociedade atual, o domínio da leitura e da escrita são formas do sujeito usufruir da cultura. Especialmente, nas práticas desenvolvidas em sala de aula onde a ação pedagógica de produção, organização e elaboração do pensamento é ancorada na concepção de práticas que envolvem interação entre o leitor e o objeto e interação entre as pessoas para a construção de narrativa, como na prática da leitura e da escrita que contêm atividades interativas de expressão que implicam em manifestação verbal das ideias. Em especial, entre as pessoas que participam da modalidade de Educação Básica para Jovens e Adultos no ambiente educativo do sistema prisional, a execução das práticas com foco na narrativa para o encaminhamento sistematizado do fazer didático pedagógico de aprendizagem vem ao encontro da tão esperada instrumentalização que exercita a formulação das ideias. A elaboração de narrativas, no contexto de sala de aula, envolve:

Informações, intenções, crenças ou dos sentimentos que queremos partilhar com alguém para interagir com ele. A visão interacionista da escrita supõe envolvimento

entre sujeitos para que aconteça a comunhão das ideias, das informações e das intenções pretendidas. Interagir em vista de algum objetivo (ANTUNES, 2003). Ter o que dizer é uma condição prévia para o êxito da atividade de escrever. Caso faltem as ideias, automaticamente faltarão as palavras (SILVA; CORSI, 2009, p. 4).

Ainda a autora complementa ser a aprendizagem “um processo de internalização de signos e práticas sociais que permitem a materialização do pensamento, por meio da linguagem, ao indivíduo, havendo então um diálogo que provoca transformações” e que resulta em conhecimento (SILVA; CORSI, 2009, p. 5).

Pelizaro (2012) complementa que é no exercício de aproximação da complexidade dos limites concentrados no interior do sistema prisional que a prática educativa, bem como, a prática de gestão do conhecimento pede enfrentamento focado no ato de estudar, na capacidade de aprender e no agir didático pedagógico de todos os agentes que estão comprometidos com o processo educativo. Dessa forma, a autora destaca que.

Apesar de todos os desafios e dificuldades enfrentados, a educação ofertada pelo CEEBJA da Penitenciária de Maringá, busca atender aos objetivos dessa oferta ao “entender a apropriação do saber como um ato civilizatório, como um instrumento de humanização: esse é o princípio que baliza as ações de educação para os privados de liberdade” (PARANÁ, 2011, p. 81). E é, também, o fio condutor de toda ação pedagógica que se desenvolve neste espaço educacional (PELIZARO, 2012, p. 7).

E assim, compreende-se que a educação sozinha não muda a realidade, mas, que integrada ao trabalho e a outras formas de mediação da cultura, pode alterar a realidade social. Os cadernos do departamento penitenciário do Paraná escola penitenciária, que traduz as práticas de tratamento penal nas unidades penais para os sistemas prisionais do Paraná DEPEN - Curitiba, 2011 registram que,

Acredita-se que a formação escolar é a chave principal que poderá abrir-lhe as portas do processo de reintegração social. Em sala de aula, portanto, o preso é aluno e, nessa qualidade, poderá continuar seus estudos numa escola da comunidade, quando do cumprimento de sua pena. Mas é preciso reconhecê-lo como um indivíduo portador de experiências de vida, respeitando as suas diferenças (PARANÁ, 2012).

Santos (2001), nesse mesmo documento afirmam que,

A educação de adultos exige uma inclusão que tome por base o reconhecimento do jovem adulto como sujeito; coloca-nos o desafio de pautar o processo educativo pela compreensão e pelo respeito do diferente e da diversidade: ter o direito a ser igual quando a diferença nos inferioriza e o de ser diferente quando a igualdade nos descaracteriza. Ao pensar no desafio de construirmos princípios que regem a educação de adultos, há de buscar-se uma educação qualitativamente diferente, que tem como perspectiva uma sociedade tolerante e igualitária, que a reconhece ao longo da vida como direito inalienável de todos.

A ação educativa é uma atividade humana, historicamente situada para garantir aos

homens as mesmas condições de mobilidade social. Ela tem condicionantes sociais, políticos e econômicos que a limitam, mas que podem ser transformados pela ação estratégica das pessoas. Como na operacionalização da logística para a assistência educacional processada pelo sistema prisional para o âmbito do CEEBJA Tomires, DEPEN/PR.

Quadro 3 - Atendimento Educacional no CEEBJA Tomires de Maringá – PR

Paraná Total de matriculados - 4 992 - 23,32% números do DEPEN/PR - 21 410									
ATENDIMENTO EDUCACIONAL DO SISTEMA PRISIONAL – MARINGÁ, out. / 2019. CEEBJA – TOMIRES MATRICULAS: 491 - 24,64%									
PESSOAS NO SISTEMA PRISIONAL DE MARINGÁ 1993	FASE I	FASE II Combinado - EAD				ENSINO MÉDIO Combinado - EAD			
	100%	100%	75%	50%	20%	100%	75%	50%	20%
	Presencial	Presencial				Presencial			
PEM 456	28	00	00	94	02	00	00	53	00
CCM 1187	00	64	11	00	00	31	04	00	00
CPIM 350	25	04	00	103	05	13	00	41	13
MATRÍCULAS	53	68	11	197	07	44	04	94	13

Fonte: DEPEN/PR. Organizado pela autora (2019).

Conforme os registros do DEPEN/PR (BRASIL, 2019), informações da Secretaria de Estado da Segurança Pública Departamento Penitenciário do Paraná Divisão de Educação e Produção, no mês de outubro de dois mil e dezenove, (21 410 - vinte e um mil quatrocentos e dez pessoas estavam sob a custódia do sistema prisional paranaense). Desse número 4 992 pessoas, estavam matriculadas nos CEEBJAs do sistema prisional, quer dizer, 23,32% estudavam.

No sistema prisional do município de Maringá, das 1993 pessoas do sistema, (491 pessoas estavam matriculadas na escola, em outubro de dois mil e dezenove), quer dizer, 24,64% estudavam no âmbito do CEEBJA Tomires. As informações contidas no quadro revelam que no sistema prisional do Estado do Paraná há um trabalho com procedimentos que demandam o emprego das práticas de gestão do conhecimento. Procedimentos esses que influenciam nos resultados do trabalho educacional do sistema prisional, como demonstra as informações sobre as conclusões de cursos do CEEBJA Tomires nos últimos anos, organizadas na tabela a seguir.

Tabela1 – Número de conclusões de cursos no CEEBJA Tomires de Maringá - PR

CEEBJA TOMIRES - MARINGÁ-PR	Número de Conclusões de Cursos			
	2016	2017	2018	2019
Curso / Anos				
Ensino Fundamental - Fase I	-	-	34	10
Ensino Fundamental - Fase II	24	36	30	57
Ensino Médio	08	18	15	25
Total	32	54	79	92

Fonte: DEPEN – PR. Organizada pela autora em dezembro de 2019.

Os dados coletados informam que em dois mil e dezesseis, trinta e dois alunos concluíram algumas das etapas da modalidade de ensino EJA prisional, em dois mil e dezessete, cinquenta e quatro alunos conseguiram êxito nos estudos. Já em dois mil e dezoito, o número subiu para setenta e nove conclusões. Em dois mil e dezenove, os números coletados durante o percurso dessa investigação sobre quais as práticas de gestão do conhecimento que permeiam o contexto educacional no CEEBJA Tomires do sistema prisional da cidade de Maringá-PR sugerem que as tomadas de decisões mais assertivas dentro de uma organização complexa como o ambiente educacional inserido no sistema prisional direcionam a resultados mais desejáveis. Os números de dois mil e dezenove, registram um total de noventa e duas conclusões de cursos no CEEBJA Tomires de Maringá.

Dessa maneira, ao refletir sobre a realidade e as dinâmicas das diversas ações pertinentes ao contexto escolar, representado por todos os que nele participam, esse estudo busca investigar quais as práticas de gestão do conhecimento que permeiam o contexto educacional do Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos - CEEBJA Tomires, inserido no Sistema Prisional de Maringá - Paraná. A finalidade do próximo capítulo é apresentar a metodologia adotada para a pesquisa, a coleta e a análise dos dados obtidos junto à comunidade escolar.

4 METODOLOGIA

Para Hermann (2002) por meio da filosofia Hermenêutica a Educação dialoga com a realidade e lhe dá nova interpretação. “A Educação é, por excelência, o lugar do diálogo. Portanto, o lugar da palavra, da reflexão, que ultrapassa a apropriação dos conhecimentos para nos conduzir a formação pessoal” (HERMANN, 2002, p. 95). O objeto não se separa objetivamente do pesquisador. Este tem o domínio do contexto investigado e chega à verdade pelo caminho da subjetividade, da compreensão dos fatos. A pesquisa toma como base estudos e processos de análise e compreensão dos conteúdos que apontam o gerenciamento do conhecimento e dos processos organizacionais enquanto instrumentos que contribuem para com a cultura organizacional da organização. No contexto das discussões sobre os limites da ciência contemporânea, o procedimento da hermenêutica como método empírico de investigação requer,

Reflexão sobre os conhecimentos empregados na análise, uma vez que a construção de possibilidades objetivas de interpretação exige o domínio de conhecimentos teóricos e do contexto social do entrevistado. [...] As fontes teóricas assim como informações obtidas da observação participante ou de outras formas de interação no meio social ao qual pertence o entrevistado serão levadas em consideração somente em um segundo momento da análise (WELLER, 2011. p.12).

Entende-se como Batista (2012), que procedimentos com foco nos resultados, no desempenho do pessoal e no alcance de objetivos estratégicos contribuem para com a melhoria e o desempenho funcional da administração de organizações do setor público.

4.1 COLETA E ANÁLISE DOS DADOS JUNTO A COMUNIDADE ESCOLAR

A elaboração dessa produção dissertativa emergiu das intervenções teóricas que sedimentam a relevância da gestão do conhecimento na contemporaneidade em estudos subsidiados por conteúdos programáticos das disciplinas do Programa de Pós-Graduação em Gestão do Conhecimento nas Organizações-Linha de pesquisa-Educação e Conhecimento.

Inicialmente, o processo metodológico de estudos e investigação ocorreu por meio de levantamento bibliográfico em artigos científicos, livros e periódicos disponíveis em base de dados científicos e de acervo de bibliotecas. Buscou-se uma aproximação do problema a ser investigado e, por constatar ser importante o estudo, a investigação prosseguiu. Trata-se de um estudo descritivo, com metodologia de caráter qualitativa com o objetivo de investigar quais práticas de gestão do conhecimento que estão presentes no contexto educacional em uma organização escolar do setor público, inserida no sistema prisional da cidade de Maringá

localizada no norte do Estado do Paraná. A comunidade escolar respondente é composta de professores, agentes educacionais, de pedagogas e da diretora do CEEBJA Tomires Moreira de Carvalho da Penitenciária Estadual de Maringá.

A busca segue por meio de entrevista semiestruturada. A abordagem metodológica da entrevista semiestruturada consiste em ampliar a compreensão sobre o objeto a ser detalhado e explicitado. Procedimento esse, que para Triviños (1987, p. 152) “contribui não somente com o detalhamento dos acontecimentos e fatos sociais, como favorece também a análise, o entendimento e a compreensão da realidade [...] serve também para manter a presença consciente e atuante do pesquisador junto ao processo de coleta dos dados necessários para a elucidação do problema investigado”.

Ao analisar esse tipo de abordagem Gil (2008), informa que o objetivo da *pesquisa exploratória* é familiarizar-se com um assunto ainda pouco conhecido ou explorado. Por sua vez, Manzini (1991, p. 154), explica que “a entrevista semiestruturada projeta direcionamento sobre o problema ou assunto sobre o problema a ser investigado”. E, sobre o qual se elaboram uma sequência de perguntas com questões principais, subsidiadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista. Ainda, segundo o autor, esse formato de intervenção e questionamentos pode contribuir para com o surgimento de conteúdos de maneira mais espontânea e “as contribuições dos respondentes não estão vinculadas ao padrão do tipo de questões com alternativas”.

O questionário formalizado para o percurso da investigação via entrevista semiestruturada, conta com nove questões sobre práticas de gestão do conhecimento relacionadas aos processos organizacionais na dimensão que envolve pessoas, processos e sistemas. Dos trinta e dois profissionais que atuam no CEEBJA Tomires, dezenove responderam os questionários da pesquisa. Os entrevistados descreveram sua compreensão sobre quais as práticas de gestão do conhecimento que permeiam o contexto educacional do Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos do sistema prisional de Maringá - PR.

Em outra etapa ocorreu o procedimento de análise de conteúdo das informações coletadas, numa perspectiva dialética, estabelecendo parâmetros entre os fundamentos sobre as práticas de gestão do conhecimento na dimensão relacionada a pessoas, processos e sistemas, em uma organização do setor do setor público. As informações foram analisadas à luz dos fundamentos conceituais e teóricos sobre as práticas de gestão do conhecimento na contemporaneidade.

4.2 COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Para iniciar o processo de pesquisa foi necessário obter autorização para realização dos procedimentos dessa investigação em todas as instâncias responsáveis pelo desenvolvimento da ação educativa do CEEBJA Tomires Moreira de Carvalho, assim como a autorização do Núcleo Regional de Educação (NRE), por meio da Resolução nº 406/18 GS/SEED e a concordância da direção do Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos. Organizações essas vinculadas à Secretaria de Estado e Educação que fornecem os subsídios pedagógicos e administrativos, bem como mantém o quadro de profissionais da educação.

Participaram efetivamente dessa pesquisa dezenove (19) funcionários que pertencem ao quadro de profissionais como professores do Quadro Próprio do Magistério (QPM) e profissionais do Quadro de Funcionários da Educação Básica (QFEB) em uma parceria junto ao Ministério da Justiça e o Departamento Penitenciário Nacional, o DEPEN/PR que viabilizam a movimentação do pessoal no espaço do sistema prisional do Estado do Paraná, que zelam pela segurança intra e extramuro e que acompanham todas as ações assistenciais, dentre elas as educativas relacionadas ao sistema prisional paranaense. O departamento DEPEN/PR também emitiu parecer favorável à realização das entrevistas no âmbito educacional do sistema prisional, conforme Despacho nº 1382/2019, por intermédio da Secretaria de Estado da Segurança Pública coordenação Regional do DEPEN da Penitenciária Estadual de Maringá.

O processo de coleta de dados e de entrevistas teve início após contato e apresentação da documentação adequada à diretoria da Penitenciária Estadual de Maringá PEM, à diretoria da Colônia Penal Industrial de Maringá CPIM, à diretoria da Casa de Custódia de Maringá CCM e à direção pedagógico/administrativa do CEEBJA - Professora Tomires. Durante estudos na Semana Pedagógica escolar teve-se a oportunidade de expor os fundamentos das práticas de gestão do conhecimento na contemporaneidade e os objetivos da pesquisa em identificar quais as práticas de gestão do conhecimento que permeiam o contexto educacional do sistema prisional da cidade de Maringá/Paraná, aos profissionais da educação participantes da pesquisa. O objetivo do próximo capítulo consiste na apresentação e análise dos dados coletados sobre quais as práticas de gestão do conhecimento que permeiam o contexto educacional do Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos inserido no sistema prisional da cidade de Maringá/Paraná.

5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS SOBRE PRÁTICAS DE GESTÃO DO CONHECIMENTO EM UMA ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL DE MARINGÁ - PR

A investigação de quais as práticas de gestão do conhecimento que permeiam o contexto da Educação Básica para Jovens e Adultos, do sistema prisional da cidade de Maringá - PR é o objeto dessa pesquisa. Nesse sentido, importa compreender quais as práticas de gestão do conhecimento que estão presentes nesse espaço e, em que medida elas impactam a gestão dos procedimentos educacionais.

O estudo até aqui apresentou uma revisão de literatura sobre gestão do conhecimento na contemporaneidade compreendendo as práticas de gestão do conhecimento na dimensão que envolve pessoas, processos e sistemas, uma abordagem sobre o perfil das pessoas em privação de liberdade no Brasil e no estado do Paraná. Ainda, a apresentação do contexto educacional do Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos - Professora Tomires Moreira de Carvalho inserido no sistema prisional da cidade de Maringá - PR.

Nesse momento é apresentado o percurso da coleta e análise dos dados. Primeiramente foram pensadas questões que abarcassem a essência do objeto de pesquisa, a existência de práticas de gestão do conhecimento no contexto da educação prisional.

[...] a linguagem humana deve ser pensada como um processo vital particular e único, pelo fato de que no entendimento linguístico se torna manifesto o “mundo”. O entendimento linguístico coloca aquilo sobre o que ele ocorre diante dos olhos dos que participam nele, como se faz com um objeto de controvérsia que se coloca no meio das partes (GADAMER, 1999, p. 647).

Os entrevistados foram os profissionais da educação que atuam no sistema prisional de Maringá que responderam questões sobre quais as práticas de gestão do conhecimento que permeiam o contexto educacional da escola inserida no sistema prisional. Por questão de ética e de apresentação didática, as perguntas foram organizadas da letra (A) até a letra (I) e os respondentes foram categorizados em ENTREVISTADO A, ENTREVISTADO B e assim, sucessivamente. A cada questão é apresentado o conteúdo das respostas dos entrevistados e estabelecida à relação com a literatura que fundamenta e conceitua às práticas de gestão do conhecimento na contemporaneidade. Buscou-se nesse item apreender a gestão educacional mediada pela prática de gestão do conhecimento nas organizações, como as descritas por Batista *et al.* (2005) na dimensão que envolve pessoas, processos e sistemas.

5.1 DESCRIÇÃO GERAL DAS PERGUNTAS DA ENTREVISTA E ANÁLISE DAS RESPOSTAS OBTIDAS

Cumprir dizer que a descrição das questões da entrevista e as respostas dadas pelos entrevistados são apresentadas considerando-se aquelas mais representativas do coletivo do trabalho realizado pela escola. Desse modo, um entrevistado pode aparecer em uma questão e, em outra não; bem como, pode ocorrer de dois ou três entrevistados representarem o que pensa a maioria dos participantes da pesquisa e, para evitar repetições, optou-se por apresentar algumas dessas respostas. Segue-se a apresentação das questões norteadoras dessa investigação e os dados coletados nelas, bem como uma análise procurando estabelecer relações com os fundamentos teóricos sobre as práticas de gestão do conhecimento nas organizações na contemporaneidade.

A) Os profissionais da educação participam de debate, reflexão e discussão, em ambientes presencial/virtual de trocas de informação e de compartilhamento de conhecimento para o aperfeiçoamento das atividades educacionais na organização?

Tendo em vista que o objeto dessa pesquisa foi identificar quais as práticas de gestão do conhecimento que permeiam o contexto educacional do Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos do sistema prisional, na unidade prisional denominada de Penitenciária Estadual de Maringá, buscou-se, nessa primeira questão, ampliar a compreensão sobre as práticas de gestão do conhecimento junto aos profissionais da educação que atuam no âmbito educacional do Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos Professora-Tomires Moreira de Carvalho.

Os respondentes citaram os cursos presenciais e a distância como espaço propício para discussão e troca de experiências, a realização de hora-atividade, o compartilhamento de informações, a ocorrência de reuniões para estudos como facilitadores da ocorrência das práticas de gestão do conhecimento que possibilitam maior compreensão pelas pessoas e equipes sobre o conhecimento dos processos, das tecnologias e das atividades educacionais desenvolvidas por pessoas da organização em questão.

ENTREVISTADO A

Sim, trabalhamos em equipe. O setor administrativo/pedagógico do CEEBJA sempre busca nos envolver em estudos para o aperfeiçoamento dos conteúdos com o objetivo adequar o desenvolvimento do conhecimento educacional do aluno e a formação continuada dos professores. Há troca de informação no cotidiano da escola até nas conversas informais na sala dos professores. No ambiente virtual, ainda há pouco espaço para estudos pelo fato de que a própria SEED, SESP e DEPEN não proporcionam cursos específicos sobre a educação no sistema prisional. A plata-

forma oferece outros cursos de formação.

Os entrevistados J e L mencionaram que o ambiente virtual ainda é pouco explorado em virtude do formato da educação prisional. É uma cultura que está em construção pela SEED, SESP e DEPEN.

ENTREVISTADO L

A utilização de ambientes virtuais é uma realidade e assim, pouco a pouco educação presencial vai dividindo espaço com a chamada educação virtual. Esse tipo de educação utiliza técnicas e ferramentas que podem ajudar na agilidade de comunicação de pessoas e organizações distintas e distantes.

Alguns entrevistados citaram o portal do governo do estado como uma ferramenta de aprendizagem e interatividade organizacional.

ENTREVISTADO N

Sim, participamos de cursos presenciais e semipresenciais. O portal dia a dia educação oferece diversos cursos de formação continuada e até conteúdos para sala de aula, organizados por disciplinas. Na escola, quando nos inscrevemos nos cursos buscamos estudar em equipe nos momentos de hora atividade.

ENTREVISTADO S

Sim, participamos de cursos ofertados pela SEED. Como o trabalho no sistema é complexo sempre nos reunimos para rever as práticas mais viáveis para o desenvolvimento das ações escolares.

A capacitação continuada acontece e é ofertada para todos os envolvidos com a educação. Os fóruns/listas de discussão têm como meta homogeneizar as ações educativas. Os gestores do sistema prisional e da educação organizam formação em serviço, por meio de estudos dos informes e resoluções que direcionam as práticas educativas no cotidiano escolar:

ENTREVISTADO O

Sim, estamos sempre atualizando as informações contidas nas Resoluções. O profissional precisa estar atento às novas informações e estudos relacionados à atuação profissional. O trabalho dentro do sistema prisional do Estado do Paraná segue critérios específicos de segurança e sempre busca promover formação continuada junto aos que participam do tratamento penal nas unidades. Isso envolve os técnicos, os agentes, os educadores e todos que transitam ou tem algum contato com as pessoas custodiadas.

Os entrevistados H, P e R referiram que as iniciativas de capacitação existem por parte das secretarias. Contudo, são tímidas e geralmente, o interesse em aperfeiçoamento parte dos próprios professores:

ENTREVISTADO H

Sim, os profissionais desse CEEBJA, sempre que possível, procuram participar dos debates, reflexão e discussão em momentos presenciais, normalmente em formação e em reuniões de formação e grupos de estudos.

ENTREVISTADO P

Às vezes, de forma bastante tímida. Essas discussões sobre as especificidades do sistema prisional têm ocorrido na Semana Pedagógica e curso de aperfeiçoamento dirigido e organizado pelos próprios docentes.

ENTREVISTADO R

Sim, nós participamos em reuniões pedagógicas, cursos presenciais e virtuais, troca de informação na sala dos professores, leitura de materiais didáticos, cursos oferecidos pela SESP/SEED/DEPEN, gincanas, atividades interdisciplinares, etc.

Batista *et al.* (2005) observam que para ser eficaz e eficiente a organização pública necessita gerenciar bem seu pessoal, investir na capacitação e na formação do Capital intelectual. A equipe do CEEBJA Tomires ao investir na busca da informação para estruturação do conhecimento potencializa a ação educativa. Nas respostas obtidas é visível a preocupação das pessoas em buscar formas de aprendizagens, em se atualizar, em estruturar o trabalho, compartilhar as ideias e práticas exitosas como na participação dos fóruns, com apontamentos dos problemas em listas de discussão, debates e o exercício da aprendizagem contínua.

Os cursos ofertados pelo governo criam Comunidades práticas ou Comunidades do conhecimento. A aprendizagem em grupo deixa a equipe engajada em bem instruir os alunos. Os professores sabem que a formação contínua, o diálogo e o trabalho em equipe são chaves para o êxito organizacional da organização.

Batista *et al.* (2005) mencionaram que a gestão de pessoas é favorecida com a criação de fóruns. Neles podem ser abordados temas direcionados. A lista de discussão define o que é prioridade para resolução de questões específicas do cotidiano escolar. O aperfeiçoamento é colaborativo nos fóruns de discussão. Nele ocorre mobilização síncrona e assíncrona para discutir, transferir as informações que podem ser estudadas, avaliadas, aprimoradas e compartilhadas para a melhoria do trabalho coletivo, para o crescimento individual e para homogeneizar o trabalho institucional. As diretivas regimentais e o interesse do aluno mobilizam a criação de espaços presenciais e a distância de aprendizagem.

B) A escola conta com o apoio de especialistas para conversar, debater e refletir com os professores e estudantes sobre o processo educacional?

A presente questão tinha como objetivo identificar se o grupo pesquisado tem o *feedback* de especialistas quanto ao trabalho realizado. Os entrevistados D, K e F apontaram que a equipe pedagógico/administrativa na Semana Pedagógica costuma convidar palestrantes sobre diversos temas que buscam adequar o conteúdo e a atividade educativa frente aos desafios em

torno do conhecimento na atualidade.

ENTREVISTADO B

Sim, a equipe pedagógico-administrativa busca suporte da UEM e outras IES que, quando provocadas dão os suportes necessários para que ocorra o ensino/aprendizagem nas escolas que estão dentro das unidades prisionais no Estado do Paraná.

ENTREVISTADO D

Uma vez ou outra, especialistas são chamados para desenvolver esse trabalho. O setor da pedagogia da escola, também, dentro do possível tem colaborado.

ENTREVISTADO K

Sim, além da assistência pedagógica feita pela pedagoga da escola, acontece na Semana Pedagógica, onde os profissionais das áreas ligadas à educação fazem palestras sobre os assuntos da comunidade escolar.

ENTREVISTADO N

Sim, a educação visa o desenvolvimento integral da pessoa. Por isso, algumas vezes durante o ano, são convidados membros religiosos e outros profissionais como os profissionais da área da saúde, dos direitos humanos, da educação que tecem discussões pertinentes ao valor da educação ou questões sobre reinserção social, valor da vida, cidadania e qualidade de vida.

O trabalho junto aos alunos é realizado por professores, pela pedagoga da unidade e esporadicamente por professores das organizações de Ensino Superior da cidade, quando convidados.

ENTREVISTADO F

Isso só ocorre durante a Semana Pedagógica, somente com os professores, pois na Unidade Penal não é possível à participação, ao mesmo tempo, dos alunos e professores. A participação dos estudantes, nesse caso, é mais indiretamente. Trabalha-se mais junto aos profissionais da educação e do administrativo.

Nessa questão buscou-se identificar se a escola conta com a contribuição de especialistas parceiros visando o debate, a interação e a reflexão pela comunidade escolar, das demandas educacionais das pessoas em privação de liberdade. A partir das falas dos entrevistados pode-se inferir que há prática de revisão entre pares na escola. Existe emprego de práticas de gestão do conhecimento para o aperfeiçoamento do pessoal como a prática identificada como Educação corporativa que envolve processos contínuos de aprendizagens, o crescimento das equipes e da organização. O grupo apontou, como limite, a esporadicidade dessas ações, o que compromete o aprimoramento das práticas. Somos um grupo reduzido de profissionais para atender a escola em toda a sua abrangência.

ENTREVISTADO H

A escola às vezes promove alguns encontros e procura convidar especialistas para debater sobre temas específicos. Outras vezes, os profissionais da escola é que dão suas contribuições.

A existência do Projeto Político Pedagógico e da Proposta Pedagógica Curricular foi

apontada como importantes na gestão do conhecimento. O pedagogo escolar tem a tarefa de explicitar para a comunidade escolar as demandas e o que necessita ser feito para atendê-las.

ENTREVISTADO J

Durante o período da Semana Pedagógica há espaço para especialistas conversarem com os professores a convite da direção e equipe pedagógica. Para os estudantes esse trabalho é feito pela pedagoga da unidade. No entanto, nos últimos anos, por medida de segurança, esse trabalho tem ficado mais escasso.

ENTREVISTADO O

Quando necessário consulto outros CEEBJAs para sanar dúvidas sobre os documentos enviados pela SEED, SESP e DEPEN.

ENTREVISTADO R

Sim, não é frequente, porém, existe m diversas palestras, do tipo de formação, orientação e compreensão do PPP, além de discussão sobre a valorização da educação, enquanto motivação para a reinserção social.

A prática de gestão de pessoa *Coaching* propõe análises e reflexões das atividades junto aos profissionais com a intencionalidade de provocar alinhamento das estratégias organizacionais. Os respondentes mencionaram que isso se dá devido às restrições do ambiente prisional que não favorecem um intercâmbio maior com especialistas. Sobre a gestão de pessoas é possível afirmar que para o trabalho educacional inserido no sistema prisional o estado traz conceitos das práticas de gestão do conhecimento na contemporaneidade: eficácia, cultura organizacional, efetividade, relacionamento interpessoal e descentralização de tarefas (PALUDO, 2015, p. 56). O estado disponibiliza cursos de formação semipresencial ou à distância com a intenção de promover formação continuada aos profissionais. Os Portais corporativos são ferramentas que favorecem a prática de captura, difusão e o compartilhamento de experiências para o grupo.

C) Existem na organização escolar espaços para que os gestores e professores possam compartilhar experiências e lições relativas à educação no sistema prisional?

No segundo capítulo dessa dissertação foi apresentada como importante a prática denominada de Comunidades de práticas. Nessa perspectiva, houve o interesse em compreender se existe na ação educativa da escola a prática de compartilhamento de Lições apreendidas. Na fala de J, C e K foram possíveis identificar que os professores e os agentes de apoio utilizam as Lições apreendidas na busca de resolução dos problemas. O entrevistado C aponta a utilização do *whatsapp*, de e-mails como formas de favorecimento da comunicação, do repasse e aprimoramento das boas práticas.

ENTREVISTADO C

Sim, existe principalmente, na sala dos professores, assim como, em grupos de whatsapp, e-mail e cursos. Além disso, existe o espaço temporal para a realização de atividades de trocas de experiências nos momentos de Hora Atividade.

A equipe mencionou as reuniões pedagógicas, a abertura de canais de comunicação, eventos realizados pela SEED/SESP. O entrevistado F comenta que em virtude do horário das aulas, nem sempre é possível que dois profissionais de uma mesma área se encontrem. Contudo, a equipe busca replicar as Melhores práticas mediante a apresentação de trabalhos, discussões temáticas em eventos propícios de estudos e de formação profissional:

ENTREVISTADO G

Sim, durante os momentos de formação nas reuniões pedagógicas e em específico nos estudos coletivos com base na proposta e leitura de textos temáticos sobre o sistema prisional. Também há interação quando realizado eventos das mantenedoras SEED/SESP. Nesses, os profissionais expõem as atividades exitosas para os demais profissionais dos CEEBJAs do sistema.

Alguns dos respondentes apontaram que existe somente a sala de professores e as salas de aula para a interação da equipe, uma limitação que exige gestão.

ENTREVISTADO K

Sim, o espaço em comum é a sala dos professores/informática.

ENTREVISTADO M

Existe a sala dos professores, no entanto, nem sempre a Hora Atividade é organizada de acordo para que haja esse momento.

Contudo, outros apontaram que por se tratar de um ambiente complexo que sofre constantes mudanças, a comunicação é importantíssima para o trabalho que realizam. Eles mencionam ser necessário buscar, cada vez mais, pessoal capacitado para abordar temas relativos ao atendimento educacional nas prisões.

ENTREVISTADO H

Sim, nas formações (capacitação) e às vezes em reuniões.

ENTREVISTADO N

Sim, somos um grupo. A comunicação é fator importante, portanto buscamos sempre dialogar, manter contatos para troca de informações para, assim, entender e aprender lidar melhor com o trabalho complexo que é a educação dentro do sistema prisional.

ENTREVISTADO O

Existe. Por se tratar de uma unidade penal é fundamental seguir encaminhamentos que a priori foram definidos. As interações e as trocas de informações ocorrem no cotidiano do trabalho, até entre um cafezinho e outro. O compartilhamento das experiências exitosas e das lições aprendidas é importante, elas tornam singular o trabalho educativo promovido pelo sistema prisional do Paraná.

Na fala do entrevistado P é possível notar o valor da reflexão sobre a ação. O cotidiano

escolar é repleto de momentos de aprendizagem:

ENTREVISTADO P

Os momentos têm sido aproveitados no dia a dia. Na rotina de trabalho, nos intervalos, e sempre que possível. Há momentos de paradas para isso, como por exemplo, reuniões pedagógicas e Semana Pedagógica. Entretanto é no dia a dia que isso ocorre com mais significância, seria o processo dialético da educação. A práxis acontecendo.

E, os respondentes A e J reafirmaram a importância do trabalho numa perspectiva democrática. A partilha de conhecimento traz valor ao trabalho, agrega os novos colaboradores, a educação prisional ganha visibilidade e é validada.

ENTREVISTADO A

Sim, o compartilhamento de experiências e as trocas de informações fazem parte da rotina dos professores, gestores e demais profissionais porque o ambiente exige sincronia na realização do trabalho. Para nós é uma forma democrática de avaliar e de validar as práticas que obtiveram êxito e para aperfeiçoar e reaplicá-las em benefício do ensino e da aprendizagem de todos dentro do sistema prisional.

ENTREVISTADO J

O compartilhamento de experiências, exitosas ou não, é bastante comum entre os professores e para os gestores. Para nós é uma forma democrática de validar e aperfeiçoá-las. Com isso trilhamos caminhos mais seguros e assertivos.

Ao analisar as respostas obtidas nota-se que essa prática está presente como técnica de revisão dos trabalhos internos e externos, fonte de atualização, de uso e reuso das boas práticas. As narrativas apontam relatos de experiências vivenciadas que contribuem para com a projeção dos passos a seguir e assim atingir o objetivo de disseminar aprendizagens na organização. Wenger e Snyder (2001) apontam que Comunidade de práticas ou Comunidade de conhecimento é um meio eficaz de fazer a gestão de pessoas. Isto porque elas se caracterizam por debater um tema de interesse comum e serem compostas por especialistas. O objetivo é disseminar experiências de sucesso e levar outras pessoas a replicarem essas práticas com as devidas adaptações que cada organização requer. Esse meio de aprendizagem foi apontado pelo grupo como positivo porque promove o crescimento do pessoal.

D) Existem espaços virtuais, como fóruns de discussão, com a finalidade de se debater sobre problemas no processo educativo no sistema prisional?

O questionamento acima objetivou captar a existência de ferramentas de base tecnológica e funcional aliadas ao processo de ensino e de aprendizagem. Os professores demonstraram certo descompasso de conhecimento da existência das ferramentas de bases tecnológicas na unidade. Parte do grupo apontou que o governo disponibiliza a plataforma portal dia a dia da educação e outros demonstraram ter pouco acesso a ela:

ENTREVISTADO B

Essas bases tecnológicas são otimizadas para e quando tem necessidade de capacitação que as requerem não sendo, portanto uma oferta perene.

ENTREVISTADO G

Sim, os espaços coletivos de informações como e-mails, sítios da mantenedora, grupos de Whatsapp, os cursos oferecidos por meio dos Grupos de Trabalhos em Redes, ainda nas formações que o professor busca nas IES ou cursos de pós-graduações, cursos livres, oferta on-line etc.

ENTREVISTADO S

Sim, alguns cursos acontecem no ambiente virtual e semipresencial. A SEED disponibiliza instruções na plataforma, assim como o portal do DEPEN que apresenta dados estatísticos. O estado tem investido na informatização, por exemplo, o sistema SEJA é bem completo eficiente e eficaz. Comunicamo-nos por e mail, por grupo de watsapp, mas ainda existe a necessidade de melhorias nessa área. Estamos em processo de aprendizagem.

Os entrevistados C e N disseram que:

ENTREVISTADO C

Sim, existe espaço para troca de informação virtual para as discussões sobre o processo educativo. Especialmente o grupo de Whatsapp, mas também por e-mail.

ENTREVISTADO L

O nosso espaço virtual é limitado, uma vez que estamos dentro de uma Unidade Penal e o acesso à internet é limitado. É uma pena, uma vez que os ambientes virtuais de aprendizagem servem como ferramentas de apoio em cursos presenciais e a distância.

Outros entrevistados (H, P e M) referiram não saber se existem fóruns de aprendizagem virtual. Outros mencionaram que existem, mas que são poucos. Um desses espaços de processos organizacionais é o sistema SEJA como menciona o entrevistado O:

ENTREVISTADO O

Existe. Como o SEJA um sistema que comporta os dados e encaminhamentos que possibilitam uniformidade aos registros da vida escolar do aluno. O portal do DEPEN é um exemplo de meios de comunicação e de organização dos trabalhos dentro do sistema prisional, ele informa dados estatísticos. As resoluções, os encaminhamentos que são possíveis e permitidos em cada unidade prisional. No interior do CEEBJA nós contamos com salas de estudos e espaços para realização da hora atividade. Nesses momentos encontramos meios para organizar, em conjunto, práticas com ênfase em atividades interdisciplinares.

Por sua vez, o entrevistado A afirmou o seguinte:

ENTREVISTADO A

Sim, como exemplo o portal da educação. A SEED que disponibiliza materiais para acesso, estudos e conteúdos para aplicação em sala de aula. Porém, cada profissional é que deve realizar as buscas conforme suas necessidades, tanto para a utilização em sala de aula quanto para aprofundar sua pesquisa e aprimorar seu conhecimento. Já o DEPEN traz dados estatísticos do INFOPEN com as ações e as resoluções inerentes ao sistema prisional, como por exemplo, os Cadernos de Tratamento Penal que orienta as práticas de segurança e movimentações no interior do sis-

tema prisional.

A utilização da tecnologia da informação embora restrita em virtude do ambiente complexo da prisão aos poucos vai ganhando espaço. A informatização das informações, a criação de banco de dados e o planejamento são alguns dos exemplos de utilização das TICs na organização. Compreende-se que é necessário organizar um repositório de informações sobre a educação prisional a fim de orientar o trabalho nas unidades prisionais e investir na presença de especialistas no ambiente prisional está se configurando uma demanda organizacional.

O registro de matrícula do aluno, o acompanhamento da trajetória acadêmica do aluno, o monitoramento de material produzido pelas equipes podem configurar um diferencial no atendimento educacional. Percebe-se com as respostas obtidas que recolher informações, armazená-las e distribuí-las para serem reutilizadas é uma demanda em processo no contexto educacional do sistema prisional. No sistema prisional para quatro dias estudados o aluno é contemplado com um dia de remissão da pena.

E) Há na organização momentos em que grupos, informais e constituídos por áreas diferentes, discutem e compartilham as dificuldades em relação à educação para jovens no sistema prisional?

Os entrevistados apontaram nessa questão como encontram os espaços para as práticas de aprendizagens contínuas sobre a educação prisional e a gestão de seu trabalho na organização. Os entrevistados B e N referiram-se ao momento do café como o ambiente para a aprendizagem informal e o diálogo em momentos da hora-atividade como elemento de reflexão sobre o cotidiano escolar.

ENTREVISTADO B

Há também oportunidade nas horas-atividade, informalmente com colegas de área ou interdisciplinarmente, até no momento de cafezinho.

ENTREVISTADO N

Sim, O trabalho educacional no interior de uma penitenciária pede diálogo constante entre escola e demais setores, sem essa integração nada flui. Na sala dos professores, até mesmo no cafezinho estamos sempre pensando, discutindo e refletindo sobre nossas estratégias de ação e aprendendo sempre.

ENTREVISTADO S

Sim, O trabalho educacional no interior da penitenciária pede um diálogo constante entre escola e demais setores para promover interação e sucesso no trabalho. Na sala dos professores, até mesmo no cafezinho buscamos sempre trocar informações, pensar, analisar e assim, refletindo aprendemos sempre. Temos cursos como o de Formação em Ação onde participamos dos grupos de estudos sobre o trabalho da EJA.

A inovação é uma competência que é incentivada mediante estudos na Semana Pedagógica, nos cursos ofertados pelas Secretarias, nos fóruns e até mesmo em momentos de informalidade como conversações durante as pausas para o café. Professores e demais profissionais compreendem a complexidade existente no ambiente prisional e sobre ele atuam. O aluno compreende suas restrições, suas possibilidades e contam com a escola para concluir seus estudos. Segundo a equipe, um bom planejamento requer a interação entre os atores, a discussão de temas e dos conteúdos expressos no Projeto Político Pedagógico e o estudo das Diretrizes para nortear a ação educativa.

ENTREVISTADO F

Sim, na Semana Pedagógica e nos cursos de formação ocorrem compartilhamentos de informações e na elaboração do Plano de Trabalho Docente.

ENTREVISTADO A

Sim, a equipe pedagógica/técnico/administrativa traz palestrantes e documentos para subsidiar debate e reflexão nos cursos de formação e na Semana Pedagógica. Então, os grupos se organizam para discutir questões referentes à educação no sistema prisional, bem como, para elaboração do Plano de Trabalho Docente e planejar as práticas do cotidiano escolar. O diálogo sempre contribui para elucidar a dinâmica da ação educativa e o Estado do Paraná investe na promoção educacional dentro do sistema.

O entrevistado D mencionou que esses momentos deveriam ser em número maior em virtude de sua importância na resolução de problemas. Por sua vez, os entrevistados J e K apontam que:

ENTREVISTADO J

Vale lembrar que as discussões não vêm organizadas para a educação prisional. A modalidade de ensino EJA é formação para todos os jovens. É a equipe pedagógica que traz palestrantes e documentos para subsidiar o debate mais específico sobre educação no sistema prisional.

ENTREVISTADO K

Sim, na semana da capacitação de professores, nas reuniões pedagógicas e em seminários promovidos pelo DEPEN/SEED nos reunimos em determinada região do Estado do Paraná para estudos mais específicos.

Um obstáculo sobre a prática que envolve a mobilização das equipes para estudos específicos consiste na dificuldade em reunir as pessoas. Contudo, segundo M: “*Existem momentos em que as áreas afins se reúnem para trocar experiências*” a Semana Pedagógica é percebida como uma instância de adesão às aprendizagens ativas e contínuas.

ENTREVISTADO E

Há momentos sim, existe a Semana Pedagógica e no dia a dia de acordo com o surgimento dos problemas que necessitam consenso e tomadas de decisão em grupo.

ENTREVISTADO P

Os momentos são as reuniões e a Semana Pedagógica, porém com as áreas do co-

nhcimento escolar. Agente I e Agente II. Outros profissionais como psicólogo, assistente social, divisão de ocupação, agentes penitenciários e outros não têm participação, tão direta, desses momentos.

ENTREVISTADO O

Se necessário, a escola conta com o Conselho Escolar que pode deliberar ações conjuntas em prol da qualidade do ensino. Sempre os profissionais que possuem trabalhos acadêmicos relevantes e direcionados ao sistema prisional, são solicitados a compartilhar os experimentos positivos com seus pares para fortalecer o grupo de trabalho.

Comunidade de prática envolve a unidade das pessoas em torno de um interesse comum. É possível observar que os professores e o pessoal de apoio estão sempre refletindo sobre essa prática e buscando meios de enriquecê-la. As dificuldades cotidianas, os desafios como a rotatividade dos alunos e o conhecimento da dinâmica do trabalho prisional exigem de todos, olhares perspicazes e a vontade constante em aprender.

É possível dizer que o planejamento do que vai ser feito minimiza erros, potencializa o tempo e dinamiza as ações educativas. As pessoas agem a partir de metas a serem alcançadas. No CEEBJA Tomires, o foco é a aprendizagem do aluno em privação de liberdade. Desse modo, as ações dos gestores e demais atores em todos os níveis hierárquicos precisam ser assertivas e dialogadas. O serviço oferecido ao aluno (a educação) requer qualidade e intencionalidade. Quando o aluno aprende por meio da educação, a escola cumpriu a sua missão de democratização do saber.

F) Os profissionais da educação têm oportunidade de expor atividades escolares bem-sucedidas como meio de realimentação e organização do processo de ensino e de aprendizagem?

A oportunidade de compartilhar, realizar narrativas e socializar o trabalho foi o foco nessa questão. Nela foram descritas as experiências de produção de artigos científicos, de trabalhos escolares, a compreensão da proposta de estudos no Combinado EAD, a exposição de atividades bem sucedidas e outros. Quanto a isso os entrevistados disseram o que segue.

ENTREVISTADO B

Sim, esses espaços são ofertados formalmente quando de nossas capacitações onde sempre há períodos para colegas que estão desenvolvendo pesquisas acadêmicas ou profissionais possam apresentá-las ao grupo para discussão, análises e debates.

ENTREVISTADO E

Sim, quando eles podem expor seus trabalhos por meio de fóruns, ou até mesmo quando os professores são convidados para falar do trabalho educativo realizado dentro do sistema, para alunos de graduação de organizações da região. Recentemente se iniciou a proposta do Combinado EAD, muita troca de informação ocorreu porque o grupo entendeu o quanto era necessário aprender e compartilhar o conhecimento em torno desse assunto para obter sucesso no processo de ensino e de

aprendizagem.

ENTREVISTADO J

Há momentos em que as atividades bem-sucedidas são compartilhadas com o grupo, discutidas, aperfeiçoadas e desenvolvidas por outros pares, com abordagens sobre os processos ensino-aprendizagem.

ENTREVISTADO Q

Sim. Entre nós mesmos e quando tem fóruns regionais, como os eventos que aconteceram em Curitiba e Foz do Iguaçu.

Os respondentes afirmam que o trabalho é realizado de forma interdisciplinar visando o foco primordial da educação que é a aprendizagem dos alunos. Nesse sentido, os atores sociais são incentivados a produzir material e a compartilhá-lo no CEEBJA ou em fóruns regionais, no estado e em outras organizações como forma de promoção e visibilidade ao trabalho desenvolvido pelos profissionais da educação prisional na cidade de Maringá.

ENTREVISTADO F

Sim, atividades bem sucedidas são compartilhadas por grupos e, às vezes, estas ocorrem, simultaneamente, em outras áreas de conhecimento, tornando-se uma atividade interdisciplinar.

ENTREVISTADO K

Sim. Em seminário promovido pelo DEPEN/SESP em diferentes regiões do estado (anual) em EJA nas prisões, onde os professores podem apresentar os seus trabalhos.

ENTREVISTADO M

Sim. É comum compartilhar as experiências inovadoras.

Houve quem apontasse as principais atividades desenvolvidas que necessitam ações de característica interdisciplinar: saraus, projetos interdisciplinares, semana de jogos, análise de conteúdos dos filmes e documentários.

ENTREVISTADO O

Sim, nossa escola oferece interação entre os alunos por meio de atividades interdisciplinares. Ele se coloca como protagonista em atividades como: gincana, semana de jogos, nos estudos e debates sobre conteúdos de filmes e documentários, (tv, vídeos, notbook, data-show).

As respostas indicam a importância de dar voz aqueles que fazem o processo de ensino/aprendizagem acontecer e oportunizar que mais pessoas se comprometam com os resultados almejados. A ação educativa/EJA é um momento de dialogar com os pares, de fortalecer os vínculos entre professor e aluno, professor/professor e escola e comunidade. A expressão via múltiplas linguagens, provoca novos sentidos e justifica o ato de estudar e de aprender.

Na exposição dos respondentes compreende-se que o CEEBJA Tomires busca consolidar uma cultura organizacional sistematizada sobre o princípio de educar como direito de todo cidadão. A autonomia didático/pedagógica do agente público é importante para que ele

projete conteúdos que sejam válidos aos alunos e validados pela sociedade. As divulgações dos eventos pedagógicos dentro e fora da organização dão protagonismo aos profissionais e o incentivam a buscar melhorar sua atuação cada vez mais.

G) No cotidiano escolar existe um profissional que você costuma recorrer, com maior frequência, para sanar dúvidas e ajudar nas dificuldades?

Nessa questão a intenção foi identificar se há entre a equipe de trabalho um profissional que guia o grupo, um *mentoring*. Os respondentes demonstraram que sim, existe um professor que está sempre disposto a ajudar. No geral, cada profissional tem alguém mais próximo. Contudo, o professor de Ciências ganha relevância na fala dos entrevistados:

ENTREVISTADO A

Sim, contamos com o professor de Ciências que tem maior facilidade em estabelecer comunicação entre as áreas e conduzir etapas dos projetos interdisciplinares. Ele se dispõe a colaborar e sanar dúvidas que permeiam as práticas educativas de um ou outro colega dentro do sistema. Alguns profissionais são mais focados em seus próprios interesses, mas quase todos estão abertos para contribuir uns com os outros, como por exemplos temos os professores de Filosofia e o de Matemática que são mais comprometidos com a pesquisa científica e que sempre se dispõe a ler o que um colega escreve, e faz intervenções.

A gestão de pessoas possibilita a criação e a transferência da informação, isto porque o ser humano é criativo e único. Batista e Quandt (2015) esclarecem que o “Mentoring é uma modalidade de gestão do desempenho na qual um expert participante (mentor) modela as competências de um indivíduo ou grupo, observa e analisa o desempenho, e retroalimenta a execução das atividades do indivíduo ou grupo”. Conforme a pessoa aprende a gerenciar sua formação, se conhece e se torna mais proativo nas tarefas dentro da organização. Na organização escolar isso também acontece, os profissionais retêm o conhecimento, assimilam e partilham-no entre si para bem realizar o trabalho. O conhecimento de um auxilia o do outro e vice-versa.

ENTREVISTADO S

Sim, temos projetos encaminhados pelo professor de Ciências. O projeto de linguagens com “Sarau Literário”, pelas áreas de Língua portuguesa e Filosofia onde participam todos da escola. A atuação da equipe pedagógico/administrativa da unidade e da escola que conduzem o processo de ensino e de aprendizagem escolar.

Os parceiros de profissão, em especial os mais experientes ou que conheçam o problema em resolução são os mais requisitados pelos professores. A direção e a equipe pedagógica dão o norte do trabalho.

ENTREVISTADO D

Sim, dependendo do assunto há até colegas de profissão que estão sempre dispostos a auxiliar e ajudar nas dificuldades, compartilhando informações para que o trabalho ocorra em harmonia.

ENTREVISTADO F

Geralmente ocorre entre profissionais da mesma área, porém na Fase I-do ensino Fundamental, às vezes, eu recorro aos conhecimentos de profissionais de outras áreas e os colegas se dispõem a explicar dúvidas específicas.

ENTREVISTADO I

Sim. Os colegas que possuem maior titulação e tempo de casa são pessoas que oferecem boas ideias. Quando há dúvidas, eles mostram as possibilidades mais adequadas para a realização das tarefas educativas.

As áreas convergem na execução do trabalho. Cada professor coloca seu talento a serviço da organização.

ENTREVISTADO G

Sim, principalmente na esfera administrativa, no qual dependemos de orientação no registro diário de notas e conteúdos, bem como, o controle de frequência e carga horária e o posicionamento do aluno ao ser matriculado na EJA às séries correspondentes.

ENTREVISTADO Q

Sim. A direção ou pedagoga tanto da escola ou da unidade, mas recorro mais a direção por estar mais próxima.

A pessoa de destaque na fala dos professores e funcionários é a pedagoga do CEEBJA Tomires. A ela cabe monitorar o trabalho, acompanhar o planejamento das atividades, discutir a legislação, estabelecer o elo entre a escola e a comunidade. Outros colegas de profissão foram citados pela importância quanto aos encaminhamentos de proposta de trabalho interdisciplinares e estudos científicos.

ENTREVISTADO H

Sim, a pedagoga do CEEBJA Tomires.

ENTREVISTADO O

Existe sim, uma equipe técnica pedagógica que acompanha a trajetória ensino e aprendizagem do aluno. Ela também busca sanar as dúvidas para que o professor possa superar as dificuldades que surgem. Contamos com o professor da disciplina de Matemática que é um estudioso e que tem facilidade em orientar os colegas. O professor da área de Ciências é nosso referencial quando se trata da proposta de trabalho interdisciplinar e os professores da área da Filosofia que atuam como orientadores no desenvolvimento de projetos internos e no acompanhamento dos estudos científicos dos colegas de profissão.

ENTREVISTADO R

Sim, sempre que necessário recorro à equipe pedagógico/administrativa. Representada pela direção, a pedagoga da unidade e da escola.

Pelo conteúdo dos comentários dos respondentes é possível dizer que no CEEBJA prisional a atividade de *mentoring* é necessária uma vez que a dinâmica do trabalho no interior do sistema envolve aprendizagem que favoreçam o crescimento da equipe como um

todo. A visão do *mentoring* contribui para com a modelagem das competências individuais ou do grupo. Nota-se que a pedagoga da escola é percebida pelo grupo de trabalho como um *mentoring*, aquele que faz leitura global do ambiente educativo e sabe extrair da equipe o conhecimento acumulado, tem boa comunicação, dá abertura às pessoas, observa e participa das discussões e valoriza as ideias dos profissionais dentro da organização.

H) As mantenedoras (SEED, SESP, DEPEN, CEEBJA) promovem estudos presenciais ou à distância, para dar uniformidade à rotina do trabalho administrativo, técnico e pedagógico institucional? Quais? Comente.

O objetivo desse questionamento foi identificar quais tipos de aprendizagem são incentivadas. Quanto a isso, os entrevistados se posicionaram da seguinte forma:

ENTREVISTADO B

A SESP e DEPEN focam principalmente a segurança, sem a qual o ambiente da aprendizagem não existiria nesses espaços de restrição de liberdade.

ENTREVISTADO C

Sim, as mantenedoras oferecem cursos presenciais e à distância. Oferecem cursos sobre direitos humanos, educação à distância, leitura, educação das relações étnico-raciais, dentre outros, são ótimos cursos.

ENTREVISTADO E

Sim, com estudos presenciais ou semipresenciais e durante a Semana Pedagógica ou em Cursos de Formação com encontros promovidos numa ação conjunta entre as mantenedoras SEED, SESP, DEPEN e CEEBJA. Tem encontros que ocorrem em Curitiba ou em polos regionais. Ainda contamos com orientações dos Cadernos de Tratamento Penal e oportunidades de estudos e de buscas no portal dia a dia educação que contém todas as resoluções e diretrizes educacionais do Paraná.

ENTREVISTADO I

Acho que o CEEBJA e SEED. Semana pedagógica; como FAD- Professor conexão. A SESP e o DEPEN são maios raros.

ENTREVISTADO K

Sim, tem-se a Semana Pedagógica, encontros regionais para estudos e apresentações, demonstrações de trabalhos realizados por professores das diversas disciplinas.

ENTREVISTADO M

Às vezes, uma vez que durante o ano, algum seminário presencial.

ENTREVISTADO N

Estudamos de forma continuada os documentos e as resoluções. Os materiais ficam disponíveis nas plataformas da SEED, SESP, DEPEN, CEEBJA como, por exemplo, as instruções dos Cadernos do Tratamento Penal, as Diretrizes Curriculares e demais Resoluções que justificam, definem garantem a existência da escolaridade dentro do sistema prisional do Paraná.

Os respondentes demonstraram que no contexto atual as mantenedoras SEED, SESP e DEPEN restringiram a capacitação. Os encontros circunscrevem-se a ocasiões pontuais em

calendário anual:

ENTREVISTADO H

Sim, normalmente o CEEBJA promove momentos presenciais nos dias de formação e Semana Pedagógica.

ENTREVISTADO Q

Somente o CEEBJA e a SEED. Semana pedagógica; - FAD. Professor Conexão. Nunca participei de cursos ofertados pela SESP/DEPEN.

ENTREVISTADO R

Devido ao nosso local de trabalho ser no interior do sistema prisional sempre há alguma limitação. Alguns cursos são oferecidos no formato EAD e alguns presenciais, por exemplo, Formação em Ação.

Nas respostas obtidas percebe-se a existência da prática de gestão do conhecimento conhecida como Educação corporativa que consiste em estudos e procedimentos que oportunizam a formação continuada dos profissionais que atuam na organização com o objetivo de atualização do pessoal de maneira uniforme em todos os setores. Bem como, a prática Universidade corporativa que determina processos formais de aprendizagens ativas e contínuas das equipes visando o desenvolvimento tanto de comportamentos, como de atitudes e conhecimentos mais amplos como habilidades mais específicas (BATISTA *et al.*, 2005, p. 59).

I) Como você avalia os trabalhos realizados nos ambientes de estudos e trocas de informação como sala de reuniões, estudo no contexto da educação básica no sistema prisional?

A meta desta questão foi apreender as percepções da equipe sobre o compartilhamento de conhecimento, com o desenvolvimento de práticas definidas como Comunidades de Práticas ou de Compartilhamento do conhecimento que buscam o aprimoramento e a afinidade do trabalho em conjunto.

ENTREVISTADO A

Sim, avalio como positiva os trabalhos realizados nos ambientes de estudos e de trocas de informação nos ambientes do sistema prisional. As ações educativas contribuem de forma positiva para com a conclusão das etapas de estudos. No contexto educacional o professor é sempre um aprendiz.

ENTREVISTADO B

Eu diria que é um espaço muito rico para aprendizagem do professor que é aquele que “ensina enquanto aprende e aprende enquanto ensina”. Sem esses espaços haveria uma estagnação na prática de ensino/aprendizagem por parte do professor. Para o professor a formação é continuada e se dá em espaços contraditórios, de disputas políticas, nos debates com iguais ou diferentes.

ENTREVISTADO S

Avalio como positiva nossa interação enquanto profissionais comprometidos com a formação integral do cidadão. Percebo que sempre que um colega esta desenvolvendo um estudo específico aparece um parceiro para pensarem juntos o conteúdo,

os processos e os encaminhamentos.

O *feedback* do outro foi assinalado pelo entrevistado G como importante na organização e sistematização do conhecimento. A necessidade de reflexão em grupo é vista como algo positivo. A interdisciplinaridade também foi elencada.

ENTREVISTADO G

Além do trabalho realizado individualmente pelo professor em sua área, as informações sobre os conteúdos da Educação Básica, são compartilhadas espontaneamente, pelos professores e alunos durante as aulas com outras áreas. Também, os trabalhos realizados a partir de oficinas, olimpíadas etc. Levar novas discussões para o âmbito coletivo. Ainda, as particularidades e decisões pedagógicas decididas em reuniões pelos professores, visando adequações próprias aos alunos da EJA no sistema prisional, frente à realidade em que estão inseridos.

ENTREVISTADO I

Eu considero positivo, pois o trabalho coletivo ajuda a balizar (equalizar) o trabalho individual, mantendo a proposta essencial da escola, oferecendo um ensino de qualidade e gratuito como expressa a Constituição Federal.

Por sua vez, o entrevistado J aponta que:

ENTREVISTADO J

Todos os profissionais trazem para os momentos de estudos as experiências vivenciadas em sua realidade, as quais servem de base para discussão e debate, sendo muitas vezes, ponto de partida para tomada de decisões para o enfrentamento de um problema específico. Outras vezes, esses momentos suscitam reflexão e ideias para serem compartilhadas com outras áreas. Um ponto nevrálgico do trabalho pedagógico na PEM, especificamente, é o espaço físico, uma vez que temos de enfrentar uma barreira pedagógica que é a grade entre professor e aluno. Ao mesmo tempo em que ela nos protege, nos impede de avanços pedagógicos por limitar a nossa ação no atendimento direto ao aluno. Além disso, concorremos com um número excessivo de alunos no mesmo espaço, barulho de grades que são abertas e fechadas, constantemente, conversas excedentes de alunos que encontram na escola liberdade para conversarem e trocarem informações de interesses deles e, também, a sensação térmica, que ora é fria e ora é quente. Mesmo nesse cenário, o processo ensino-aprendizagem é bastante profícuo, dado ao perfil dos muitos alunos que buscam conhecimento e superam toda forma de adversidade. A escola, para eles, é o espaço democrático de vivência social.

A melhoria do espaço físico para reuniões e capacitações foi apontada pelos entrevistados F, K como importante na qualidade do trabalho realizado. A educação prisional é relativamente nova e, requer também a estruturação física da escola.

ENTREVISTADO F

Sempre há troca de experiências nas disciplinas afins ou não, avaliando e reavaliando o ensino que está sendo ofertado aos detentos. Discute-se o que podemos melhorar mediante o espaço e ambiente prisional disponibilizado. Digo que o espaço escolar é bastante precário e necessita de uma adequação para que o trabalho pedagógico e didático ocorra de forma a privilegiar o conhecimento e favoreça o ensino.

ENTREVISTADO K

Embora falte um espaço adequado para a realização de atividade e uma internet de

melhor qualidade, essa troca de informações acontece dentro do espaço existente dentro do ambiente escolar, pois os profissionais que trabalham no CEEBJAA mostram-se comprometidos com a proposta de atendimento ao educar jovens e adultos em situação de privação da liberdade.

A formação integral do aluno inserido no sistema prisional requer gestão adequada com foco em pessoas, processos e sistemas. A instrução do aluno para a convivência fora da prisão é preocupação recorrente dos entrevistados. Envolve direcionamentos pautados na eficiência e efetividade da ação educativa.

ENTREVISTADO E

Muito positiva, pois são por meio desses trabalhos que são contextualizados os temas em debate.

ENTREVISTADO H

Penso que poderia ser mais produtivo e com maior participação dos profissionais do CEEBJA.

ENTREVISTADO O

O sucesso do trabalho no interior do sistema prisional só é passível de êxito se as pessoas que nele atuam tiverem como meta a promoção de uma educação de qualidade. Particularmente, considero muito positiva, pois por meio desses trabalhos que é contextualizado os temas em debate. O ambiente escolar é dinâmico e no sistema ele é complexo e precisa dar resposta positivas para a sociedade.

De modo geral os profissionais avaliam como positivo o estabelecimento de espaço para a troca de informação e consolidação do conhecimento dentro da organização. Eles comentam que a temática educação prisional, por ser recente e pouco discutida, exige entendimento dos processos organizacionais até mesmo para se evitar procedimentos inadequados que possam interferir na ação educativa dentro do sistema.

Existe também a ocorrência da aprendizagem na ação coletiva de troca de experiência entre os profissionais para o desenvolvimento do trabalho interdisciplinar. Isso demonstra que há comunicação entre eles com o objetivo de proporcionar a efetivação da aprendizagem do aluno. Outra questão diz respeito ao trabalho sistematizado que pode contribuir enquanto referencial apropriado para as demais organizações que também desenvolvem ações educativas com pessoas em privação de liberdade. Porém, dentro do sistema prisional o suporte tecnológico que depende da internet ainda está bastante deficitário, principalmente na sala de estudos dos professores, muitas vezes, os profissionais buscam formalizar e concluir seus trabalhos e estudos fora da escola.

Ao refletir sobre o trabalho cotidiano dos profissionais da educação é possível identificar algumas práticas de gestão do conhecimento na dimensão que envolve pessoas, processos e sistemas. As práticas de gestão do conhecimento identificadas foram:

Quadro 4 - Demonstrativo das práticas de gestão do conhecimento com foco em pessoas como exponencial

CLASSIFICAÇÃO	DIMENSAO	REFERENCIAL DE PRÁTICAS E FERRAMENTAS
Aquisição	Pessoas	Comunicação institucional, Comunidades de prática Educação corporativa.
	Processos	Comunicação institucional, <i>Benchmarking</i> interno e externo.
Compartilhamento	Tecnologia	Ferramentas de colaboração (portais), Data Warehouse (manipulação de dados), Comunicação e tecnologia colaborativa, Ferramentas de TI.
	Pessoas	Comunicação institucional, Melhores práticas, Fóruns (presenciais e virtuais), Comunidade de prática, Educação corporativa.
	Processo	Comunicação institucional, Ferramentas de colaboração (portais), Banco de competência organizacional, Groupware (software que dá suporte ao trabalho em grupo).
Desenvolvimento	Tecnologia	Comunicação e tecnologia colaborativa, Data Warehouse, (manipulação de dados).
	Pessoas	Comunicação e tecnologia colaborativa, Comunidades de prática, Fóruns (presenciais e virtuais).
	Processo	Banco de competências organizacionais, Mapeamento de processos.
Identificação	Tecnologia	Banco competências organizacionais.
	Pessoas	Banco de competências individuais, melhores práticas, Sistema de gestão por competência.
	Processos	Banco de competências organizacionais, Indicadores de desempenho, <i>Benchmarking</i> interno e externo, Mapeamento de processos, Normalização e padronização, Sistema de inteligência organizacional.
Retenção	Tecnologia	Gestão eletrônica de documentos.
	Processo	Normalização e padronização, Sistema de inteligência organizacional.
Utilização	Tecnologia	Banco competências organizacionais, Ferramentas de TI, Ferramentas de colaboração (portal).
	Processo	Banco de competências organizacionais, Ferramentas de colaboração (portal).

Fonte: Organizado pela autora (2019).

Na sistematização dos dados foi possível inferir que os profissionais do CEEBJA Tomires realizam práticas de gestão do conhecimento relativas à dimensão que envolve pessoas, processos e sistemas. Com aprendizagens que passam por etapas que vão desde a aquisição, compartilhamento, desenvolvimento, identificação, retenção e utilização de práticas que resultam em benefícios para a organização. As práticas de gestão do conhecimento relacionadas à gestão de pessoas que foram elencadas pelos respondentes foram: Fóruns (presenciais e virtuais); Lista de discussão; Comunidades de prática ou Comunidades de Conhecimento; Educação Corporativa; práticas que determinam aprendizagens contínuas e a busca de resolução dos problemas com a reflexão e práticas que de maneira didática e pedagógica, respaldadas pela aprendizagem individual ou coletiva formalizam o trabalho na organização, quer dizer, empregam dinâmicas mais assertivas subsidiadas nos conhecimentos adquiridos.

Existe o emprego da prática denominada Universidade Corporativa que envolve a-

prendizagens para manter a equipe atualizada e assim construir estratégias de uniformização do conhecimento que favorece a organização. Percebe-se a Narrativa que tem como desafio a prática de estudar e solucionar questões complexas de difícil resolução e as práticas do *Mentoring* (agente interno) ou *Coaching* (agente externo) que demandam olhares e observações criteriosas para o desenvolvimento das ações, tanto do pessoal, quanto da organização com a intencionalidade de promover o alinhamento do trabalho a ser operacionalizado, a formação e a qualificação profissional do grupo.

Em relação às práticas vinculadas ao gerenciamento de processos na organização foi possível identificar que na escola há compartilhamento das Melhores Práticas (*Best Practices*), a equipe realiza o *Benchmarking* interno e externo, recorrem a Memória Organizacional e Lições aprendidas. As práticas referentes ao Banco de Conhecimentos, Sistemas de Inteligência Organizacional, Banco de Competências Organizacionais, Sistema de Gestão por Competências, Banco de Competências Individuais e Gestão do Capital Intelectual ou Gestão dos Ativos Intangíveis são empregadas, mas ainda necessitam melhorar o entendimento e a formulação para se estruturar enquanto Banco de informação e de busca no cotidiano da organização.

Na escola, houve quem apontasse que as práticas que envolvem processos aparecem no formato mais abrangente dentro do portal da SEED e são utilizadas pela organização escolar para realizar diferentes buscas de informações, por exemplo, programar etapas de estudos presenciais e ou semipresenciais. No cotidiano da organização, os profissionais recorrem aos processos organizacionais básicos para organizarem informações e buscas simples como encontrar uma avaliação que fora formatada, construir material com referencial interdisciplinar, encontrar uma proposta de trabalho elaborada pela equipe ou uma atividade de EAD; procedimentos que facilitam o trabalho educacional em sala de aula.

Na mesma perspectiva, as principais práticas relacionadas à base tecnológica e funcional de suporte à gestão do conhecimento identificadas nessa pesquisa foram: Ferramentas de colaboração como portais. A SEED disponibiliza o portal dia a dia educação em um formato bem completo para subsidiar tanto os profissionais, quanto a comunidade escolar. A Gestão Eletrônica de Documentos (GED) está presente nos procedimentos que visam o acompanhamento do histórico escolar do aluno, as informações sistematizadas dos processos escolares como número de matrículas, os formulários, número de conclusões e outros. Os multimeios e os sistemas de *workflow* facilitam o fluxo da informação e o trâmite de documentos, das resoluções, dos decretos e informes e os memorandos disponíveis nos portais oficiais, mas dependem das pessoas para que haja efetivação do entendimento, da utilização, do uso e de seu reu-

so.

O contexto escolar das últimas décadas experimenta a democratização da gestão e conta com a participação da comunidade escolar nas suas demandas. Os gestores agregam o conhecimento do outro para o sucesso da organização escolar. Cabe dizer que o homem, o ser pensante e criativo, com suas ações impregnam sentidos às práticas de gestão do conhecimento na contemporaneidade. O modelo teórico-conceitual proposto por Machado (2017) considera o emprego das práticas de gestão do conhecimento enquanto suporte de aprendizagens contínuas dos processos organizacionais que acontecem no contexto escolar. Para o pesquisador o ambiente escolar é propício para as práticas de gestão do conhecimento uma vez que as atividades escolares exigem a ação humana, a utilização de tecnologias e a criação de processos organizacionais e operacionais para a efetivação da aprendizagem.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo dessa abordagem de pesquisa consistiu em investigar quais as práticas de gestão do conhecimento que permeiam o contexto educacional do Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos em uma organização pública inserida no sistema prisional de Maringá - PR. Buscou-se apreender as interferências das práticas de gestão do conhecimento nas organizações na contemporaneidade na dimensão que envolve pessoas, processos e sistemas.

Historicamente, a modalidade de Educação Básica para Jovens e Adultos tem em si, um compromisso com o processo de ensino e de aprendizagem. Cabe a ela a responsabilidade de equacionar o problema do analfabetismo no Brasil. A Educação de Jovens e Adultos EJA contribui com a formação de pessoas mais conscientes dos seus direitos e deveres, assim, sua ação educativa colabora com a aquisição de valores e de saberes culturais, desenvolvendo habilidades e competências fundamentais ao exercício da cidadania. O ambiente educacional compõe e reflete a realidade do universo social em toda a complexidade e contradições que o momento exige. No âmbito educacional do setor público do sistema prisional, como é o caso da escola que foi objeto desse estudo, permeiam as contradições inerentes aos condicionantes econômicos, culturais, políticos, sociais e outros. O espaço escolar é um ambiente complexo e dinâmico que comporta a presença de práticas de gestão do conhecimento como fator preponderante para a efetivação didático/pedagógica e administrativa dos processos de ensino e de aprendizagem, tanto aos profissionais que nela atuam, quanto ao aluno que na ação educativa é o agente principal. Nesse entendimento, as práticas de gestão do conhecimento promovem o fortalecimento geral da organização, criam referenciais para o enfrentamento dos obstáculos do cotidiano, permitem visualizar os percursos trilhados, possibilita o agir didático pedagógico e administrativo enquanto elementos em construção e contribuem com a projeção do futuro da própria organização.

Esse estudo revelou que os profissionais têm ciência de que as tomadas de decisões influenciam os processos organizacionais e operacionais da escola. Processos esses que se fundamentam em conhecimentos construídos, produtos dos diálogos, reflexões e etapas planejadas, avaliadas pelo grupo e respaldadas pela trajetória histórica da organização. Eles demonstraram que compreendem a singularidade e a complexidade do trabalho que desempenham no contexto do sistema prisional.

Esse estudo concluiu que as pessoas buscam o aperfeiçoamento profissional, realizam debates mediante Fóruns de discussões, compartilham informação e empregam as práticas que

foram bem sucedidas (Lições aprendidas). Elas se comunicam via e-mails. Ficou evidente o desenvolvimento das competências por meios das práticas de estudos individuais e coletivos e o reconhecimento de que é possível sistematizar um Banco de Competências haja vista a multiplicidade de disciplinas, o trabalho interdisciplinar que acontece na organização e em razão do envolvimento entre eles. Sobre os principais processos de gestão do conhecimento que medeiam o trabalho na organização destaca-se o *Benchmarking* interno e externo por meio do qual o profissional tanto se envolve em processos de estudos e aprendizagens, quanto recorre aos suportes externos para garimpar conteúdos para melhorar o desenvolvimento do trabalho educacional. Com a pesquisa foi possível verificar que na organização há emprego de práticas como as denominadas Comunidades de Práticas ou Comunidade do Conhecimento ao se organizarem para estudar e solucionar, coletivamente, os problemas internos. Os profissionais recorrem aos suportes que organizam os processos organizacionais e operacionais, utilizam Lições aprendidas e entendem como importante a aprendizagem contínua para o êxito pessoal, para a aprendizagem dos alunos e o avanço da organização.

Em relação à gestão do conhecimento vinculada à tecnologia, a utilização da internet é limitada. A escola possui ferramentas de TI e computadores. Os profissionais contam com a atuação direta da equipe técnica/pedagógico/administrativa, para efetuar os registros das avaliações e os pareceres sobre a Educação a Distância, utilizam planilhas Excel com dados sobre os alunos (Ficha individual) e, mesmo com as limitações diante das práticas que envolvem a dimensão tecnológica na organização, os profissionais utilizam os terminais de internet como fonte de pesquisa e de formulação das atividades didático pedagógicas das disciplinas. Buscam outros meios que colaboram e subsidiam a ação educativa e a aquisição dos conteúdos escolares pelos alunos, como a utilização de multimeios em sala de aula, a formulação de material impresso para EAD. Recorrem aos suportes de base tecnológica de comunicação institucional via portais da SEED para obterem informações referentes aos processos educativos e para formação pessoal.

Como trabalhos futuros sugere-se outros estudos e investigações com abordagens das práticas de gestão do conhecimento que possam dar sequência aos apontamentos evidenciados até aqui ou possam acrescentar outros pareceres que contribuam para com o fortalecimento das práticas de gestão do conhecimento e o desenvolvimento dos processos organizacionais e operacionais do trabalho didático/pedagógico e administrativo da educação no sistema prisional. Sugere-se também, pesquisa que busque aprofundamentos para explicitar a limitação da prática referente à dimensão dos sistemas de base tecnológica e inovação que os profissionais apontaram como uma prática necessária que ainda requer investimento em sua estruturação

dentro do ambiente escolar, ou ainda realizar pesquisa com bases estatísticas das práticas de gestão do conhecimento na abrangência do Sistema Prisional do Estado do Paraná que fortaleça a compreensão de educação enquanto um direito fundamental inalienável como a justificativa expressa na Constituição Federal de 1988 e subsidiar a proposição de democratização do conhecimento para todos os brasileiros, inclusive para as pessoas que, temporariamente estão em privação de liberdade.

REFERÊNCIAS

ALARCON, Dafne Fonseca. **Diretrizes para Práticas de Gestão do Conhecimento na Educação à Distância**. 2015. 213 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós-graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, Florianópolis, 2015.

BATISTA, Fábio Ferreira *et al.* **Gestão do Conhecimento na Administração Pública**. Brasília, DF: IPEA, 2005. (Texto para Discussão, n. 1095). Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/892/1/TD%201095.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2014.

BATISTA, Fábio Ferreira. **Modelo de Gestão do Conhecimento para a Administração Pública brasileira: como implementar gestão do conhecimento para produzir resultados em benefício do cidadão**. Brasília, DF: IPEA, 2012. 132p.

BATISTA, Fábio Ferreira. **O Desafio da Gestão do Conhecimento nas áreas de Administração e Planejamento das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES)**. Brasília, DF: IPEA, 2006. (Texto para Discussão, n. 1181). Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1181.pdf. Acesso em: 09 nov. 2018.

BATISTA, Fábio Ferreira; QUANDT, Carlos O. **Gestão do Conhecimento na Administração Pública: resultados da pesquisa IPEA 2014: práticas de gestão do conhecimento**. Brasília; Rio de Janeiro: Ipea, agosto 2015. (Texto para Discussão, 2120).

BOIAGO, Daiane Letícia, NOMA, Amélia Kimiko Políticas Públicas para Educação Prisional no Estado do Paraná Pós 1990. *In: SEMINÁRIO DE PESQUISA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO*, 12, 2013, Maringá. **Anais [...]**. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2013.

BRASIL. [Constituição (1998)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 12, agosto, 2019.

BRASIL. Decreto nº 7.626, de 24 de novembro de 2011. Institui o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional. **Diário Oficial da União**, 25 de novembro de 2011.

BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN. **Levantamento Nacional de informações penitenciárias**. Brasília, DF: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2019. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorios->

sinteticos/infopen-jun-2017-rev-12072019-0721.pdf. Acesso em: 12 de fev.2018.

BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Anuário - SPF 2014**. Brasília, DF: Depen, 2014. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/>. Acesso em: 07 de maio 2018.

BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Anuário - SPF 2016**. Brasília, DF: Depen, 2016. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/>. Acesso em: 09 jun. 2018.

BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Anuário SPF – 2017**. Brasília, DF: Depen, 2017. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/>. Acesso em: 09 jun. 2018.

BRASIL. **Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 13 de julho de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm. Acesso em: set. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 09 jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **INEP. ENCCEJA**. Disponível em: <http://enccejanacional.inep.gov.br/encceja>> Acesso em: 06 ago. 2018.

BRASIL. **Resolução CEB/CNE nº 2 de 19/05/2010**. Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais. Diário Oficial, 20 maio 2010. Disponível em: http://www.normasbrasil.com.br/norma/resolucao-2-2010_113466. Acesso em: 19 de maio 2018.

CARMO, Beatriz. A pobreza Brasileira tem cor. **Nexo**, 18 de novembro de 2017. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2017/A-pobreza-brasileira-tem-cor-e-%C3%A9-preta>. Acesso em: 09 jan. 2020.

CARREIRA, Denise; CARNEIRO, Suelaine. **Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação: educação nas prisões brasileiras**. São Paulo: Plataforma DHESCA Brasil, 2009. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/eja_prisao/relatorianacional.pdf. Acesso em: 09 jan. 2020.

CARVALHEIRO, Marcos Segale. **Políticas públicas educacionais da EJA aplicada nas unidades prisionais: Pós 1995**. 2010. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/2010/Pedagogia/apolpubeja.pdf. Acesso em: 09 jan. 2020.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. 4. ed. São Paulo: Saraiva: 2014. (Edição Compacta).

CHILANTE, Edinéia Fátima Navarro. **A Educação de Jovens e Adultos no Brasil pós-1990: reparação, equalização e qualificação**. 2005. 213 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação em Educação, Maringá, PR, 2005.

DALKIR, Kimiz. **Knowledge Management in Theory and Practice**. Boston: Elsevier, 2005.

DAVENPORT, Thomas H.; PRUSAK, Laurence. **Conhecimento empresarial: como as organizações gerenciam o seu capital intelectual**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

EBOLI, Marisa. **Educação Corporativa no Brasil: mitos e verdades**. São Paulo: Gente, 2004.

FERREIRA, Daisy de Carvalho. **Caderno Temático currículo da EJA-Paraná: e os saberes necessários aos docentes de EJA**. Curitiba: PDE/PR, 2008.

FERREIRA, Paula. Brasil ainda tem 11,8 milhões de analfabetos, segundo IBGE. **O Globo, Educação**, Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/brasil-ainda-tem-118-milhoes-de-analfabetos-segundo-ibge-22211755>. Acesso em: 09 jan. 2020.

GADAMER, Hans-Georg, **Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica**. Tradução de Flávio Paulo Meurer. Revisão da tradução de Ênio Paulo Giachini. 3. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1999. 730p.

GARUTTI, Selson. Discutindo as Diretrizes curriculares nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. **Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educaional**, v. 5, n. 9, p. 56-74, 2009. Disponível em: http://universidadetuiuti.utp.br/Cadernos_de_Pesquisa/pdfs/cad_pesq9/4_discutindo_diretrizes_cp9.pdf. Acesso em: 25 jul. 2019.

GARUTTI, Selson; LARA, Taiz de Faria. A remição da pena pela literatura na Penitenciária Estadual de Maringá. **Estação Científica (UNIFAP)**, Macapá, v. 8, n. 2, p. 34, maio/ago. 2018. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/estacao/article/view/4390>. Acesso em: 25 jul. 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
HERMANN, Nadja. **Hermenêutica e Educação**. Rio de Janeiro: DP&A. 2002.

INFOPEN. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias: Junho de 2014**. Brasília, DF: Ministério da Justiça e Segurança Pública; Departamento Penitenciário Nacional, 2014. 148 p. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/news/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2020.

INFOPEN. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias: Junho de 2016**. Brasília, DF: Ministério da Justiça e Segurança Pública; Departamento Penitenciário Nacional, 2017. 65 p. Disponível em: http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias-2016/relatorio_2016_22111.pdf. Acesso em: 09 jan. 2020.

INFOPEN. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias: atualização Junho de 2017**. Brasília, DF: Ministério da Justiça e Segurança Pública; Departamento Penitenciário Nacional, 2019. 74 p. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorios-sinteticos/infopen-jun-2017-rev-12072019-0721.pdf/view>. Acesso em: 09 jan. 2020.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. Escola da ou na Prisão? **Cadernos Cebes**, Campinas, v. 36, n. 98, p. 25-42, jan./abr. 2016.

LACOMBE, Francisco. **Dicionário de Administração**. São Paulo: Saraiva 2004.

LAURINDO, Alisson Marcelo. **Gestão estratégica do conhecimento: investigação das Práticas de Gestão do Conhecimento nas ações de planejamento de indústrias paranaenses**. 2013. 251 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Engenharia de Produção do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Curitiba, 2013.

MACHADO, Caio Pisconti. **Práticas de Gestão do conhecimento de processos organizacionais no contexto escolar: proposta de um modelo teórico-conceitual**. 2017. 184 f. Dissertação (mestrado) – Centro Universitário de Maringá - UNICESUMAR, Programa de Pós-Graduação em Gestão do Conhecimento nas Organizações, 2017.

MAIA, Clarissa Nunes. et al. (org.). **História das prisões no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 2009. v 1.

MANZINI, Eduardo J. A entrevista na pesquisa social. **Didática**, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

MAXIMIANO, Antônio César Amaru. **Teoria Geral da Administração: da revolução urbana à revolução digital**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MEISTER, Jeanne C. **Educação corporativa**. São Paulo: Makron Books, 1999.

MELLO, Paulo E. D. Programas de materiais didáticos para a EJA no BRASIL (1996- 2014): **Trajétoria e Contradições**, Blumenau, v. 10, n. 1, p. 80-99, jan./abr. 2015.

MUNDIM, Ana Paula Freitas. **Desenvolvimento de produtos e educação corporativa**. São Paulo: Atlas, 2002.

NILAKANTA, Sree; MILLER, Leslie L.; ZHU, Dan. Organizational memory management: technological and research issues. **Journal of Database Management**, Hershey, v. 17, n. 1, jan./mar. 2006. Disponível em: <https://www.google.com.br/>. Acesso em: nov. 2018.

NONAKA, Ikujiro, TAKEUCHI, Hirotaka Criação e dialética do conhecimento. *In*: TAKEUCHI, Hirotaka; NONAKA, Ikujiro. **Gestão do conhecimento**. Porto Alegre: Bookman, 2008, p. 17-38.

NONAKA, Ikujiro, TAKEUCHI, Hirotaka. **Criação do Conhecimento na empresa: como as empresas japonesas geram dinâmica da inovação**. Rio de Janeiro: Campus. 1997.

ONOFRE, Elenice M. C. Educação escolar para jovens e adultos em situação de privação de liberdade. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 5, n. 96, p. 239-255, 2014.

PAIM, Rafael; CARDOSO, Vinicius; CAULLIRAUX, Heitor; CLEMENTE, Rafael. **Gestão de processos: pensar, agir e aprender**. Rio de Janeiro: Bookman, 2009.

PALUDO, Augustinho. **Administração pública**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

PARANÁ. Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN. **Educação Básica e qualificação profissional: normativas sobre educação prisional**. Curitiba: DEPEN, 2016. Disponível em: <http://www.depen.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=231>. Acesso em: 20 de maio 2019.

PARANÁ. Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN. **Práticas de Gestão e Procedimentos Administrativos nas Unidades Penais do Paraná**. Curitiba, PR: Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, 2011. 120 p. (Cadernos do Departamento Penitenciário do Paraná).

PARANÁ. Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN. **Práticas de tratamento penal nas unidades penais do Paraná**. Curitiba, PR: Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, 2011. 132 p. (Cadernos do Departamento Penitenciário do Paraná).

PARANÁ. **Histórico da educação em prisões no estado do Paraná (1909 a 2014)**. Curitiba, 2005. Disponível em:
http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/eja_prisao/historico_prisoas_pr.pdf.
 Acesso em: 20 de maio 2019.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. **Plano Estadual de Educação Sistema Prisional do Paraná**. Curitiba, PR: SEED; Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, 2012. Disponível em:
<http://www.depen.pr.gov.br/arquivos/File/EducacaoeTrabalho/planoedu.pdf>. Acesso em junho 2019.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. **Ações Norteadoras sobre o Regimento Escolar Prisional do Estado do Paraná**. Curitiba, PR: SEED, 2014.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. **Referencial Curricular do Paraná: princípios, direitos e orientações**. Curitiba, PR: SEED, 2018.

PELIZARO, Maria Helena dos Santos. **A escrita do gênero narrativa autobiográfica: uma intervenção pedagógica com alunos da educação de Jovens e Adultos em situação de reclusão**. 2012. 169 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Maringá, 2012. Disponível em: <http://www.ple.uem.br/defesas/pdf/mhspelizaro.pdf>. Acesso em: ago. 2019.

PEREIRA, José Aparecido. **Conhecimento, Gestão e Organizações: uma reflexão sob a luz do pensamento utilitarista**. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2018.

PEREIRA, Marcos Antônio. **Educação Corporativa: a utilização das novas tecnologias em busca da qualidade profissional**. 2010. 39 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Projeto de Pesquisa em Administração e Supervisão Escolar) - Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro, 2010.

PRUSAK, Laurence. **Wheredid knowledge Management came from?** IBM Systems Journal, v. 40, n. 4, p. 1002-1007, 2001

RODRIGUES, Vanessa Elisabete Raue; OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva. **A educação nas prisões: revisão de literatura.** In: EDUCERE – CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 13., 2017, Ponta Grossa, 2017. **Anais [...].** Curitiba: PUC/PR, 2017. Disponível em: <https://educere.pucpr.br>. Acesso em: 02 set. 2018.

SANTOS, Antonio. Raimundo. *et al.* **Gestão do Conhecimento: uma experiência para o sucesso empresarial.** Curitiba: Champagnat, 2001.

SILVA, Gizelli de Jesus da; AGOSTINO, Ícaro Romolo Sousa; SOUSA, Saymon Ricardo de Oliveira; RONCHI, Carlos César; DAHER, Ricardo Oliveira. **Educação corporativa: uma reflexão sobre a absorção, criação, disseminação e retenção de conhecimentos nas organizações.** **Revista Espacios**, v. 38, n. 20, 2017. p. 36. Disponível em: <https://www.revistaespacios.com/a17v38n20/a17v38n20p36.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2020.

SILVA, José Afonso. **O princípio da dignidade humana e sua efetivação no sistema prisional brasileiro.** 2001. Disponível em: <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/direito/princIpio-dignidade-humana-sua-efetivacao-sistema-prisional-brasileiro.htm>. Acesso em: 27 fev. 2020.

SILVA; Maria do Carmo Batista; CORSI, Margarida da Silveira. **Gêneros do discurso: a fábula e outros enunciados.** PDE. UEM. Maringá-PR, 2009. Disponível em <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/940-4.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2020.

SILVEIRA, Sthephanie Kalinka Rocha; SCHONORRENBURGER, Darci; GASPARETTO, Valdirene; LUNKES, Rogério João. Abordagens de avaliação de ativos intangíveis: uma revisão da literatura. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, Florianópolis, SC, v. 16 n. 47, p. 9-25, 2017. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/>. Acesso em 02 set. 2018.

SINARA, Lucia Barboza; SINVALES, Roberto Souza. Capital intelectual e humano nas organizações contemporâneas. **Revista Observatório de La Economía Latino Americana**, Brasil, 2017. Disponível em: <http://eumed.net/>. Acesso em: 08 set. 2018.

STRAUHS, Faimara do Rocio *et al.* **Gestão do Conhecimento nas Organizações.** Curitiba: Aymarã Educação, 2012.

TORRES, Ana Isabel P. L. Pereira; FERRAZ, Silvana dos Santos; RODRIGUES, Helena; MATOS, Florinda. Os processos de gestão do conhecimento influentes na inovação organizacional. **IJKEM INT. J. KNOWL. ENG. MANAGES**, Florianópolis, v. 5, n. 12, p. 1-28, out. 2016.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

URPIA, Arthur Gualberto Bacelar da Cruz. *et al.* A gestão do conhecimento nas escolas da Amusep. *In: MENEGASSI, C. H. M. et al. (org.) Gestão do conhecimento nas organizações: inovação, educação, tecnologias e gestão*. São Paulo: Gregory, 2016. Cap. 3.

VIEIRA, R. **Gestão do Conhecimento: introdução e áreas afins**. Rio de Janeiro: Interciência, 2014.

VILLAS BÔAS, Bruno. IBGE: Brasil tem 11,8 milhões de analfabetos; metade está no Nordeste. **Valor Econômico**, Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 2017. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2017/12/21/ibge-brasil-tem-118-milhoes-de-analfabetos-metade-esta-no-nordeste.ghtml>. Acesso 14 de março de 2020.

WELLER, Wivian. A Hermenêutica como método empírico de investigação. *In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED*, 30., Caxambu, MG. **Anais [...]**. Rio de Janeiro, RJ: ANPED, 2011. Tema: GT 17: Filosofia da Educação. Disponível em: <http://www.30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT17-3288--Int.pdf>. Acesso em: 16 set. 2019.

WENGER, E. C.; SNYDER, W.M. Comunidades de prática: a fronteira organizacional. *In: HARVARD Business Review* (org.). **Aprendizagem organizacional**. Tradução de Cásia Maria Nasser. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

APÊNDICES

APÊNCICE A - INSTRUMENTO DE COLETA

APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURA

OBJETIVO GERAL: Investigar quais as de práticas de Gestão do Conhecimento permeiam o contexto da Educação Básica de Jovens e Adultos do Sistema Prisional de Maringá.

1. Os profissionais da educação participam de debate, reflexão e discussão, em ambientes presencial/virtual de trocas de informação e de compartilhamento de conhecimento para o aperfeiçoamento das atividades educacionais na organização? (Fóruns virtual/presencial)
2. A escola conta com o apoio de especialistas para conversar, debater e refletir com os professores e estudantes sobre o processo educacional? (Revisão pares)
3. Existem, na organização espaços para que os gestores e professores possam compartilhar experiências e lições relativas à educação no sistema prisional? (Comunidade de Práticas)
- 4- Existem espaços virtuais, como fóruns de discussão, com a finalidade de se debater sobre problemas no processo educativo no sistema prisional? (Base tecnológica e funcional)
- 5- Há na escola momentos em que grupos, informais e constituídos por áreas diferentes, discutem compartilham as dificuldades em relação à educação para jovens no sistema prisional? (Comunidades de prática)
- 6- Os profissionais da educação têm oportunidade de expor atividades escolares bem sucedidas como meio de realimentação e organização do processo de ensino e de aprendizagem? (Narrativa)
- 7- No cotidiano escolar, existe um profissional que você costuma recorrer, com maior frequência, para sanar dúvidas e ajudar nas dificuldades? (Mentoring)
- 8- As mantenedoras (SEED, SESP, DEPEN, CEEBJA) promovem estudos presenciais ou a distância, para dar uniformidade à rotina do trabalho administrativo, técnico e pedagógico institucional? Quais? Comente. (Educação corporativa/Univ. corporativa).
- 9- Como você avalia os trabalhos realizados nos ambientes de estudos e trocas de informação como sala de reuniões, estudo no contexto da educação básica no sistema prisional? (Comunidades de práticas ou de compartilhamento de conhecimento).

ANEXOS

ANEXO A - DOCUMENTO DO DEPEN/PR

Maringá, 02 de junho de 2019.

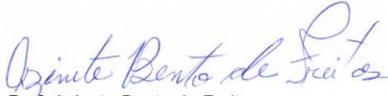
Ilmo. Sr.
Dr. Francisco Alberto Caricati.
DIRETOR GERAL: DEPEN/PR

Utilizo-me deste para encaminhar à V. Sa, o projeto de pesquisa, sob a minha responsabilidade, intitulado "**Práticas de Gestão do Conhecimento no contexto da Educação Básica para Jovens e Adultos do Sistema Prisional de Maringá-Paraná**" solicitando, deste departamento, a autorização para realização de entrevista semiestruturada, que será restrita aos profissionais vinculados a **SESP/SEED** que atuam em âmbito educacional do CEEBJA Tomires Moreira de Carvalho Ensino Fundamental e Médio, localizado na Penitenciária Estadual de Maringá-PEM. Informo que o projeto já obteve ciência dos diretores locais: PEM, CPIM e CCM, parecer favorável da SEED, conforme RESOLUÇÃO N°406/2018-GS/SEED. Apreciação e validação da Plataforma Brasil/Comitê de Ética CAAE: 14548819.2.0000.5539-CESUMAR/Mgá. Aproveito para informá-lo que os conteúdos descritos no *corpus* da pesquisa podem ser utilizados no processo de avaliação da mesma e que a produção acadêmica será disponibilizada para ser utilizada pelo DEPEN como instrumento de promoção e divulgação de práticas de gestão do conhecimento no contexto educacional do Sistema Prisional do Paraná. Maiores informações entrar em contato com a direção da escola Vilma Biadola e Márcia Hiroko Kwamoto, (44) 32666472,

mgaceebjatomiresmcarvalho@pr.gov.br; ou com a pesquisadora, professora Azinete Bento de Freitas, (44) 991021214, azinegebento@gmail.com.

Nestes termos aguardo deferimento.

Atentamente,


Prof. Azinete Bento de Freitas
CPF 700733179-34



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO - DEPEN
COORDENAÇÃO REGIONAL DO DEPEN EM MARINGÁ
PENITENCIÁRIA ESTADUAL DE MARINGÁ
DIREÇÃO

Entrada Velha Maringá - Paquetão s/nº - C.A. Postal 831 - CEP 87.061-970 - Maringá - Paraná
Fone (44) 3293-9200 - Fax (44) 3293-9201/3293-9235 - e-mail: pen@depen.pr.gov.br

DESPACHO Nº 044/2019

Maringá, 28 de agosto de 2019

À Sra. AZINETE BENTO DE FREITAS

Assunto: Solicita autorização para realização de pesquisa acadêmica junto aos profissionais que atuam no CEEBJA Profa. Tomires Moreira de Carvalho

I. Recebido nesta data;

II. Trata-se de protocolo no qual a Sra. Azinete Bento de Freitas solicita autorização para realização de entrevista semiestruturada, que será restrita aos profissionais vinculados a SESP/SEED/DEPEN que atuam em âmbito educacional do CEEBJA Tomires Moreira de Carvalho Ensino Fundamental e Médio, localizado na Penitenciária Estadual de Maringá;

III. Considerando que a documentação apresentada encontra-se em conformidade com as normas estabelecidas;

IV. Considerando parecer favorável da Direção do DEPEN-PR, por meio do Despacho 1382/2019 (fls. 32)

V. A Direção da PEM manifesta-se favorável à realização do trabalho acadêmico proposto, devendo-se observar as determinações contidas no Despacho acima mencionado.

VI. Ciência à interessada, após retorne-se à esta Direção

Atenciosamente,

Sérgio Donizete da Silva
Diretor
Penitenciária Estadual de Maringá

02/09/2019

 ESTADO DO PARANÁ		 ePROTOCOLO		Folha 1
Órgão Cadastro:	DEP/PEM		Protocolo:	Vol.:
Em:	01/08/2019 16:09		15.940.297-5	1
CPF Interessado 1:	700.733.179-34			
Interessado 1:	AZINETE BENTO DE FREITAS			
Interessado 2:	-			
Assunto:	RECURSOS HUMANOS	Cidade:	MARINGÁ / PR	
Palavras chaves:	AUTORIZACAO	Origem:	SERVIDOR	
Nº/Ano Documento:	-			
Complemento:	SOLICITA AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM OS PROFISSIONAIS DO CEEBJA PROFA. TOMIRES MOREIRA DE CARVALHO.			
Código TTD:	-			

Para informações acesse: www.eprotocolo.pr.gov.br/consultapublica

ANEXO B – DECLARAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO LOCAL



UNICESUMAR – Centro Universitário de Maringá
Diretoria de Pesquisa

DECLARAÇÃO de AUTORIZAÇÃO da INSTITUIÇÃO LOCAL

Maringá - Paraná 25 / 04 /2019

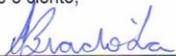
Ilma Sr^a.
Prof^a Dr^a Sonia Maria Marques Gomes Bertolini
Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa – (CEP-UniCesumar)
UniCesumar- Centro Universitário CESUMAR - Maringá

Prezada Coordenadora

Eu, Vilma Biadola, declaro a fim de viabilizar a execução do projeto de pesquisa intitulado “**Práticas de Gestão do Conhecimento relacionadas a Pessoas no contexto da Educação Básica de Jovens e Adultos do Sistema Prisional do Paraná**”, sob a responsabilidade dos pesquisadores **Dr. José Aparecido Pereira** (orientador) e **Azinete Bento de Freitas** (orientanda) que a entrevista semi-estruturada será realizada junto aos profissionais da educação que atuam no CEEBJA Professora Tomires Moreira de Carvalho Ensino Fundamental e Médio, conforme as Resoluções CNS/MS 466/12, assume a responsabilidade de fazer cumprir os Termos da Resolução nº 406/18 - GS/SEED, da Secretaria de Estado da Educação, em concordância com o Decreto Estadual n.º 10.285/2014, e o Decreto n.º 7.037, de 2009 e as Resoluções n.º 466/2012 e n.º 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde e demais resoluções complementares à mesma, viabilizando a produção de dados da pesquisa citada, para que se cumpram os objetivos do projeto apresentado.

Esperamos, outrossim, que os resultados produzidos possam ser informados a esta instituição por meio de Relatório anual enviado ao CEP ou por outros meios de praxe.

De acordo e ciente,


Diretora do Ceebja: **Ms. Vilma Biadola**
CPF 570 742 249 87

ANEXO C - TERMO DE PROTEÇÃO DE RISCO

UNICESUMAR – Centro Universitário de Maringá
Diretoria de Pesquisa

TERMO DE PROTEÇÃO DE RISCO E CONFIDENCIALIDADE

Declaro que, ao ser facultado o acesso às informações sobre exames, observações de dados pessoais de indivíduo oriundos de documentos relativos a prontuários, julgamentos expressos em questionários, resultados de exames clínicos e laboratoriais e demais instrumentos de natureza documental, pertencentes aos arquivos do CEEBJA Professora Tomires Moreira de Carvalho Ensino Fundamental e Médio, pertencentes aos arquivos da escola inserida na Penitenciária Estadual de Maringá - PEM, Casa de Custódia de Maringá - CCM, e na Colônia Industrial Penal – CPIM, com a finalidade específica de coleta de informações para o desenvolvimento do protocolo de pesquisa intitulado Práticas de Gestão do Conhecimento no contexto da Educação Básica para Jovens e Adultos do Sistema Prisional de Maringá- PR, de autoria do Prof. Dr. José Aparecido Pereira (orientador) e de Azinete Bento de Freitas (orientanda), discente do Programa de Pós Graduação em Gestão do Conhecimento nas Organizações – Linha da Educação, no Centro Universitário de Maringá - UniCesumar, será preservada a privacidade e a confidencialidade de tais documentos e dos seus sujeitos.

Declaro, também, que o procedimento proposto, na pesquisa assegura a confidencialidade dos dados e garante a privacidade dos sujeitos, bem como a proteção da sua imagem, impedindo o estigma e a utilização das informações em prejuízo de terceiros e da comunidade. Preservando, ainda, a auto-estima e o prestígio dos envolvidos, tudo utilizando, apenas, para os fins propostos no protocolo de pesquisa.

Todo o referido é verdade.

Maringá-Paraná 30/04/2019.

Prof. Dr. José Aparecido Pereira
CPF: 804380599-72

Comitê de Ética em Pesquisas (CEP-UniCesumar)

Centro Universitário de Maringá – CESUMAR. Bloco 10.
Av. Guedner, 1610
Maringá - PR
CEP: 87.050-900
Maringá-Paraná.

Av. Guedner, 1 610 – CEP 87050-900 – Maringá- Paraná – Brasil. Diretoria de Pesquisa- Bloco 11 – 5º andar www.unicesumar.edu.br - pesquisa@unicesumar.edu.br

ANEXO D - OFÍCIO PARA O ENCAMINHAMENTO DO PROJETO DE PESQUISA À
COORDENACAO DO CEP

UNICESUMAR – Centro Universitário de Maringá
Diretoria de Pesquisa

OFÍCIO PARA O ENCAMINHAMENTO DO PROJETO DE PESQUISA A
COORDENAÇÃO DO CEP

Maringá, 30/04/2019

Ilma Sr^a.

Prof^aDr^a Sonia Maria Marques Gomes Bertolini

Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa – (CEP - UniCesumar)
UniCesumar- Centro Universitário de Maringá

Prezada Coordenadora,

Utilizo-me desta para encaminhar a V.Sa. o projeto de pesquisa intitulado “**Práticas de Gestão do Conhecimento no contexto da Educação Básica para Jovens e Adultos do Sistema Prisional de Maringá - PR**” sob a minha responsabilidade solicitando, deste comitê, a apreciação do mesmo. Aproveito para informá-la que os conteúdos descritos no *corpus* do projeto podem ser utilizados no processo de avaliação do mesmo, e que:

- (a) Estou ciente das minhas responsabilidades frente à pesquisa conforme a Resolução 466/12 CNS-MSe, que a partir da submissão do projeto ao CEP, será estabelecido diálogo formal entre o CEP e o pesquisador;
- (b) Declaro que a coleta de dados não foi iniciada, aguardando o parecer deste CEP para iniciar a pesquisa.
- (c) Estou ciente que devo acompanhar a tramitação do meu protocolo de pesquisa, por minha própria conta, junto a Plataforma Brasil.
- (d) Estou ciente de que as avaliações, possivelmente, desfavoráveis deverão ser por mim, retomadas para correções e alterações;
- (e) Estou ciente de que os relatores, a coordenação do CEP e, eventualmente a CONEP terão acesso a este protocolo em sua versão original e que este acesso será utilizado exclusivamente para a avaliação ética.

Sem mais para o momento aproveito para enviar a V.sa as melhores saudações.

Atentamente,

Prof. Dr. José Aparecido Pereira
CPF: 804380599-72

Av. Guedner, 1 610 – CEP 87050-900 – Maringá- Paraná – Brasil. Diretoria de Pesquisa- Bloco
11 – 5º andar WWW.unicesumar.edu.br - pesquisa@unicesumar.edu

ANEXO E- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE

UNICESUMAR – Centro Universitário de Maringá
Diretoria de Pesquisa

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Nº do CAAE 14548819.2.0000.5539

Título do Projeto: PRÁTICAS DE GESTÃO DO CONHECIMENTO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA PARA JOVENS E ADULTOS DO SISTEMA PRISIONAL DE MÁRINGÁ- PARANÁ

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa cujo objetivo é investigar quais as práticas de gestão do conhecimento que permeiam o contexto da Educação Básica para Jovens e Adultos (EJA) do sistema prisional de Maringá- Paraná. Esta pesquisa está sendo realizada pelo Programa de Mestrado Stricto Sensu - Pós Graduação em Gestão do Conhecimento nas Organizações - Linha de pesquisa: Educação e Conhecimento. Com Azinete Bento de Freitas como pesquisador responsável e o prof. Dr. José Aparecido Pereira como orientador. Se você aceitar participar da pesquisa, os procedimentos envolvidos em sua participação envolvem perguntas sobre práticas de gestão do conhecimento relacionadas ao ambiente educacional da Penitenciária Estadual de Maringá (PEM-PR). Não há riscos previsíveis na participação da pesquisa. Porém, os profissionais que atuam no Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos (CEEBJA - Tomires), com sede na PEM, também prestam atendimento educacional na Colônia Penal Industrial - CPIM, na Casa de Custódia de Maringá – CCM. Nesse caso, para se realizar a entrevista poderá ocorrer certo desconforto associado ao tempo, o que exigirá da pesquisadora observância do calendário escolar e a disponibilidade das pessoas a serem entrevistadas.

Os possíveis benefícios decorrentes da participação na pesquisa estão na coleta de dados sobre as práticas de gestão do conhecimento. Em contribuir com a sistematização do tema pesquisado. Você estará colaborando com o melhor entendimento e aprendizagem de práticas de gestão, compartilhamento e troca de informação em uma organização do setor público.

Rubrica do participante _____ Rubrica do pesquisador _____ Página 1 de 2.

Sua participação na pesquisa é totalmente voluntária, ou seja, não é obrigatória. Caso você decida não participar, ou ainda, desistir de participar e retirar seu consentimento, não haverá nenhum prejuízo ao vínculo institucional ou avaliação curricular, que você recebe ou possa vir a receber na organização. Não está previsto nenhum tipo de pagamento pela sua participação na pesquisa e você não terá nenhum custo com respeito aos procedimentos envolvidos. Caso ocorra alguma intercorrência ou dano, resultante de sua participação na pesquisa você receberá todo o atendimento necessário, sem nenhum custo pessoal. Os dados coletados durante a pesquisa serão sempre tratados confidencialmente. Os resultados serão apresentados de forma conjunta, sem a identificação dos participantes, ou seja, o seu nome não aparecerá na publicação dos resultados.

Caso você tenha dúvidas, poderá entrar em contato com o pesquisador responsável Azinete Bento de Freitas, no endereço: azinetebento@gmail.com; ou pelo telefone (44) 991021214, Para qualquer outra informação, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com o professor orientador José Aparecido Pereira, no endereço: Jose.aparecido@unicesumar.edu.br; telefone (44) 30276360, ou com o Comitê de Ética em Pesquisa da Unicesumar pelo telefone (44) 30276360 ramal 1345, ou no 5º andar do Bloco Administrativo, de segunda à sexta, das 8h às 17h.

Esse termo é assinado em duas vias, sendo uma para o participante e outra para os pesquisadores.

Nome do participante da pesquisa.

Assinatura.

Nome do pesquisador que aplicou o Termo.

Assinatura.

Maringá, / /2019

Rubrica do participante_____Rubrica do pesquisador_____ Página 2 de 2.

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE
MARINGÁ - UNICESUMAR



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: PRÁTICAS DE GESTÃO DO CONHECIMENTO RELACIONADAS A PESSOAS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA DE JOVENS E ADULTOS DO SISTEMA PRISIONAL DO PARANÁ

Pesquisador: AZINETE BENTO DE FREITAS

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 14548819.2.0000.5539

Instituição Proponente: Centro Universitário de Maringá - CESUMAR

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.373.235

Apresentação do Projeto:

O procedimento metodológico adotado será o estudo de caso que acontecerá com os profissionais que atuam no contexto educacional da modalidade de ensino EJA prisional. Serão investigadas as práticas de Gestão do Conhecimento relacionadas a pessoas e o trabalho educacional desenvolvido no Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos - CEEBJA, situado no sistema prisional da cidade de Maringá.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Geral

Investigar a existência de práticas de Gestão do Conhecimento relacionadas a pessoas no contexto da Educação de Jovens e Adultos do sistema prisional do Paraná.

Objetivos Específicos

Descrever gestão do conhecimento nas organizações.

Explicitar as práticas de gestão do conhecimento relacionadas a pessoas.

Caracterizar o ambiente educacional da Penitenciária Estadual de Maringá.

Caracterizar o Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos do sistema prisional do Paraná.

Endereço: Avenida Guedner, 1610 - Bloco 11 - 5º piso

Bairro: Jardim Aclimação

CEP: 87.050-390

UF: PR

Município: MARINGÁ

Telefone: (44)3027-6360

E-mail: cep@unicesumar.edu.br

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE
MARINGÁ - UNICESUMAR**

Continuação do Parecer: 3.373.235

Diagnosticar as práticas de Gestão do Conhecimento relacionadas a pessoas no contexto educacional do sistema prisional de Maringá/Paraná.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:**Possíveis riscos**

Não há riscos previsíveis na participação da pesquisa. Porém, os profissionais que atuam no Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos (CEEBJA - Tomires), com sede na PEM, também prestam atendimento educacional na Colônia Penal Industrial - CPIM, na Casa de Custódia de Maringá – CCM, e, apenas com remição pela leitura, na ala feminina da Nona Subdivisão de Maringá. Nesse caso, para se realizar a entrevista poderá ocorrer certo desconforto associado ao tempo, o que exigirá da pesquisadora observância do calendário escolar e a disponibilidade das pessoas a serem entrevistadas.

Os possíveis benefícios decorrentes da participação na pesquisa estão na coleta de dados sobre as práticas de gestão do conhecimento. Em contribuir com a sistematização do tema pesquisado. Você estará colaborando com o melhor entendimento e aprendizagem de práticas de gestão, compartilhamento e troca de informação em uma instituição do setor público

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa trará maior visibilidade sobre o trabalho educacional desenvolvido pelo sistema prisional do Paraná e subsidiar novos estudos no ambiente educacional da prisão. As instrumentos de coleta de dados. Aplicação de entrevista semiestruturada aos vinte e três membros da comunidade escolar compostas por (professores, diretores, equipe pedagógica, agentes operacionais). As perguntas versarão sobre a existência de práticas de Gestão do Conhecimento relacionadas a pessoas, na instituição e serão aplicados aos profissionais da instituição do sistema prisional de Maringá/PR.

Análise diagnóstica e de conteúdo sobre os dados coletados, numa perspectiva dialética.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os documentos apresentados estão adequados.

Endereço: Avenida Guedner, 1610 - Bloco 11 - 5º piso**Bairro:** Jardim Aclimação**CEP:** 87.050-390**UF:** PR**Município:** MARINGÁ**Telefone:** (44)3027-6360**E-mail:** cep@unicesumar.edu.br

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE
MARINGÁ - UNICESUMAR



Continuação do Parecer: 3.373.235

Recomendações:

Nada a recomendar.

Após a conclusão enviar o relatório final para o CEP.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto não apresenta pendências e está em condições de aprovação.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1350672.pdf	22/05/2019 11:00:10		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoDetalhadoBrochuraInvestigador.pdf	17/05/2019 01:15:33	AZINETE BENTO DE FREITAS	Aceito
Folha de Rosto	Folhaderosto.pdf	17/05/2019 01:08:53	AZINETE BENTO DE FREITAS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_LivreEsclarecido.pdf	17/05/2019 01:05:57	AZINETE BENTO DE FREITAS	Aceito
Cronograma	Cronograma.pdf	17/05/2019 01:02:23	AZINETE BENTO DE FREITAS	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	TermoProtconfiabilidade.pdf	06/05/2019 19:28:20	AZINETE BENTO DE FREITAS	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Oficencminhprojeto.pdf	06/05/2019 19:24:20	AZINETE BENTO DE FREITAS	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Declaautorizlocal.pdf	06/05/2019 19:16:43	AZINETE BENTO DE FREITAS	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Avenida Guedner, 1610 - Bloco 11 - 5º piso

Bairro: Jardim Aclimação

CEP: 87.050-390

UF: PR

Município: MARINGÁ

Telefone: (44)3027-6360

E-mail: cep@unicesumar.edu.br

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE
MARINGÁ - UNICESUMAR



Continuação do Parecer: 3.373.235

MARINGÁ, 05 de Junho de 2019

Assinado por:
Sonia Maria Marques Gomes Bertolini
(Coordenador(a))

Endereço: Avenida Guedner, 1610 - Bloco 11 - 5º piso

Bairro: Jardim Aclimação

CEP: 87.050-390

UF: PR

Município: MARINGÁ

Telefone: (44)3027-6360

E-mail: cep@unicesumar.edu.br

ANEXOS DE I A VII - DOCUMENTOS DO NRE – Maringá – SEED - Paraná

ANEXO I da RESOLUÇÃO N.º 406/2018 – GS/SEED
CHECK LIST - ANÁLISE DE SOLICITAÇÃO PARA PESQUISA CIENTÍFICA
 (documento utilizado pelo NRE e CAA)

IDENTIFICAÇÃO		
Nº do processo		Data Abertura
Data Entrada no NRE/CAA		Data Encerramento
Nome ou tema do projeto de pesquisa	PRÁTICAS DE GESTÃO DO CONHECIMENTO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA PARA JOVENS E ADULTOS DO SISTEMA PRISIONAL DE MARINGÁ – PR.	
Interessada	AZINETE BENTO DE FREITAS	
Orientador	Dr. JOSÉ APARECIDO PEREIRA (orientador) Dr. ARTHUR G. BACELLAR DA CRUZ URPIA. (coorientador)	
Natureza da solicitação	Autorização de Pesquisa (semiestruturada)	
Telefones de contato	44 991 021214 ou (UNICESUMAR ou CEEBJA Tomires 44 32 66 6472)	
E-mails de contato	azinetebento@gmail.com;	
Cidade	MARINGÁ	NRE MARINGÁ
Instituição de Ensino Superior	UNICESUMAR	Linha de pesquisa: EDUCAÇÃO
Pesquisa	<input type="checkbox"/> Graduação <input type="checkbox"/> Especialização <input checked="" type="checkbox"/> Mestrado	
	<input type="checkbox"/> Doutorado <input type="checkbox"/> Pós-doutorado <input type="checkbox"/> Outras. _____	
A pesquisa envolve seres humanos?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	

Procedimento Metodológico	<p>A pesquisa toma como base os estudos e processos de mensuração organizados por Batista (2005). Ela será efetivada a partir de questões (a serem elaboradas e acrescentadas em apêndice). Os sujeitos que responderão os questionamentos compõem a comunidade escolar (professores, agentes operacionais, pedagogos e diretores) que descreverão sobre as práticas de Gestão do Conhecimento no contexto da Educação Básica para Jovens e Adultos do sistema prisional Maringá - PR.</p> <p>Compreenderá a aplicação de entrevista, semiestruturada, aos membros da comunidade escolar (professores, diretores, equipe pedagógica, agentes operacionais). Versará sobre quais as práticas de Gestão do Conhecimento permeiam o contexto educacional do sistema prisional de Maringá/PR.</p>
Objetivo	Objetivo Geral: Investigar quais práticas de gestão do conhecimento que permeiam no contexto da Educação Básica para Jovens e Adultos do sistema prisional do Maringá - PR.
Sujeitos Envolvidos	Profissionais da educação que atuam no CEEBJA Professora Tomires Moreira do Carvalho - Ensino Fundamental. Maringá, Pr.
Local onde será realizada a pesquisa	<p>CEEBJA Profª Tomires Moreira de Carvalho - Ensino Fundamental e Médio, que oferta escolarização básica na:</p> <p>Penitenciária Estadual de Maringá (PEM) Colônia Penal Industrial de Maringá (CPIM) Casa de Custódia de Maringá (CCM)</p>

DOCUMENTAÇÃO/ELEMENTOS DA PESQUISA

	Sim	Não	Não se Aplica
Requerimento para autorização de realização da pesquisa (anexo II)	x		
Termo de Compromisso da pesquisa científica (anexo III)	x		
Termo de Autorização Individual, modelos de Termos de Consentimento e Assentimento Livre e Esclarecido (seres humanos)	x		
Carta de apresentação da IES, assinada pelo orientador.	x		
Comprovante de matrícula (se docente, comprovante de vínculo)	x		
Autorização da CAPES (Plataforma Sucupira - se não for conhecida).			
Projeto de pesquisa e Roteiro para submissão do Projeto à Seed (anexo IV)	x		

Termo de cessão gratuita de direitos de publicação do resultado	x		
Parecer do Comitê de Ética – preliminar (seres humanos) - Plataforma Brasil			
Parecer do Comitê de Ética – substanciado (seres humanos) - Plataforma Brasil			
Instrumento(s) de coleta de dados (quando aplicável - caso não esteja no projeto)			
Concordância da instituição coparticipante (anexo V)	x		
Observações	<input type="checkbox"/> Aguardando documento(s) <input type="checkbox"/> Projeto final - data prevista, 20-02-2020 <input type="checkbox"/> Versão definitiva - data prevista, 20-03-2020 <input type="checkbox"/> Outros _____		

Deferido. Deferido com ressalvas. Indeferido.

Assinatura do Responsável Técnico pela análise

Observações

A autorização para a pesquisa se dará mediante entrega de todos os documentos citados nesta resolução, especialmente o parecer definitivo do comitê de ética da universidade.

ANEXO II da RESOLUÇÃO N. ° 406/2018 – GS/SEED

REQUERIMENTO PARA AUTORIZAÇÃO DE REALIZAÇÃO DA PESQUISA CIENTÍFICA

Eu, **Azinete Bento de Freitas**, RG n.º 3.291.646-5, acadêmico do Programa de Pós Graduação em Gestão do Conhecimento nas Organizações – Linha Educação, turma 2018, em UNICESUMAR-Maringá-PR, Matrícula n. ° 18.43.159-8, venho por meio desse requerer autorização para realizar pesquisa nos estabelecimentos vinculados a esta Pasta conforme quadro abaixo.

CONCEDENTE	
Órgão	Secretaria de Estado da Educação
CNPJ	76.416.965/0001-21
Endereço	Avenida Água Verde, 2140 Vila Santa Isabel
Município	Curitiba
CEP	80.240-900
Telefone	(41) 3340-1500
Sítio	www.educacao.pr.gov.br
Representada por	Nome Superintendente ou Chefia NRE
Cargo/Função	Superintendência ou Chefia do NRE

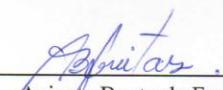
CEDENTE	
Instituição de Ensino responsável pela pesquisa	CEEBJA Prof ^a Tomires Moreira de Carvalho Ensino Fundamental e Médio.
CNPJ	
Endereço	Estrada Velha para Paiçandu, s/n
Município	Maringá
CEP	87 001 970
Telefone	44 3266 6472 ou 44 991021214Azinete
e-mail	mgaceebjatomireshmcarvalho@seed.cpr.gov.br ; azinetebento@gmail.com
Representada por	Ms. Vilma Biadola
Cargo/Função	Diretora

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED



PESQUISADORA	
Nome	Azinete Bento de Freitas
RG	3 291 646 5
CPF	700 733 179 34
Endereço	Rua Campos Sales, 226.
Município	Maringá- PR
CEP	87 020 080
Telefone (com DDD)	(44) 32666472 rec. CEEBJA Tomires.
Celular (com DDD)	(44) 991 02 1214
e-mail	azinetebento@gmail.com ; mgaceebjatomiresmcarvalho@seed.pr.gov.br ;

Maringá, 25 de abril de 2019.



Azinete Bento de Freitas
Pesquisadora

ANEXO III DA RESOLUÇÃO N.º 406/2018 – GS/SEED

TERMO DE COMPROMISSO DA PESQUISA CIENTÍFICA

Eu, Azinete Bento de Freitas. RG n.º 3.291,646-5, acadêmica do Programa de Pós Graduação em Gestão do Conhecimento nas Organizações- Linha Educação, turma 2018, Matrícula n.º 18431598, UNICESUMAR, venho me comprometer com a realização de pesquisa nos estabelecimentos vinculados à Secretaria de Estado de Educação ou aos Núcleos Regionais de Educação, conforme cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA 1ª – O Termo de Compromisso de Pesquisa formaliza as condições básicas para a realização de pesquisa da CEDENTE junto ao Órgão CONCEDENTE, sendo obrigatória a apresentação do Projeto de Pesquisa, o qual passa a ser parte integrante deste Termo, devidamente aprovado pela Instituição de ensino superior, na qual o pesquisador esteja matriculado. O Projeto de Pesquisa deverá explicitar com clareza a justificativa, os objetivos, a metodologia e o cronograma.

CLÁUSULA 2ª – O presente Termo de Compromisso de Pesquisa firmado entre CONCEDENTE e PESQUISADOR (a), não cria vínculo empregatício entre as partes.

- I. Sendo CONCEDENTE a Secretaria de Estado de Educação quando a pesquisa for realizada na SEED e suas unidades, a saber: diretorias, departamentos e coordenações e; o Núcleo Regional de Educação-NRE quando a pesquisa for realizada em unidades educacionais públicas estaduais.

CLÁUSULA 3ª – Ficam estabelecidas entre as partes as seguintes condições básicas para a realização da pesquisa:

- I. Este Termo de Compromisso de Pesquisa terá vigência de acordo com o período estabelecido no cronograma apresentado no projeto de pesquisa (CLÁUSULA 1ª), podendo ser renunciado a qualquer momento, unilateralmente, mediante comunicação escrita com justificativa;
- II. A pesquisa será realizada em horário compatível com a Unidade da SEED ou NRE, de acordo com escala previamente elaborada pelo Gestor da Unidade.

CLÁUSULA 4ª – No desenvolvimento da pesquisa caberá:

- I. **À Concedente**

- a) autorizar o (a) PESQUISADOR (a) a realizar sua pesquisa na Unidade, mediante parecer técnico/pedagógico do Departamento/Unidade vinculado ao Objeto da Pesquisa, da Secretaria de Estado da Educação ou NRE.

II. Ao (À) Pesquisador (a)

- a) cumprir, com empenho e interesse, a programação estabelecida para sua pesquisa;
- b) elaborar e entregar à Secretaria de Estado da Educação a redação final de sua pesquisa, assim como demais publicações originadas da pesquisa;
- c) observar e obedecer às normas internas da CONCEDENTE e do Serviço Público Estadual, bem como outras eventuais recomendações emanadas pelo Gestor da Unidade;
- d) primar pelo comportamento ético e moral dentro da Unidade;
- e) Apresentar-se à Unidade com vestuário apropriado, bem como em condições devidas de asseio corporal.
- f) preencher o Anexo VII, referente ao Termo para autorização de Uso do material produzido.
- g) cumprir com o prazo estabelecido em cronograma próprio.

III. À Pesquisa

- a) Conter fundamentos teóricos e éticos, os quais deverão dar sustentação ao tipo de pesquisa a ser realizada;

CLÁUSULA 5ª – A pesquisa se dará dentro das normas éticas vigentes, de acordo com os Direitos Humanos, Resolução n.º 466/2012 e 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde, Decreto n.º 7037, de 21 de dezembro de 2009, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e complementares.

- I. Os dados coletados serão de uso específico para o desenvolvimento da pesquisa em questão, conforme as normas vigentes. Caso os dados coletados sirvam para uma outra pesquisa, o pesquisador deverá encaminhar novo projeto para análise da Secretaria de Estado da Educação ou NRE, bem como autorização.
- II. Qualquer alteração, exclusão ou inclusão na pesquisa será comunicada e, se necessário, solicitada a mudança ao Órgão CONCEDENTE.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED



CLÁUSULA 6ª – Constituem motivos para o cancelamento automático da vigência do presente Termo de Compromisso:

- I. depois da entrega do resultado aos envolvidos, ao término da pesquisa;
- II. a qualquer tempo, por interesse do Órgão CONCEDENTE ou da Unidade, mediante comunicação escrita com justificativa;
- III. a pedido da PESQUISADORA, mediante comunicação escrita com justificativa;
- IV. o descumprimento de qualquer compromisso assumido na oportunidade da assinatura do Termo de Compromisso da Pesquisa.

CLÁUSULA 7ª – Fica eleito o foro da comarca mais próxima do Núcleo Regional de Educação, o qual está jurisdicionada a unidade educacional em que será aplicada a pesquisa, para dirimir qualquer dúvida ou litígio que se origine da execução deste Termo, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de comum acordo com as condições deste Termo de Compromisso de Pesquisa, as partes assinam.

Maringá, 25 de abril de 2019.

Azinete Bento de Freitas.
(pesquisadora)

NRE Maringá – (concedente)

Prof. Dr. José Aparecido Pereira (orientador)
UniCesumar – (cedente)

ANEXO IV DA RESOLUÇÃO N.º 406/2018 – GS/SEED

ROTEIRO PARA SUBMISSÃO DE PROJETOS À SEED

Roteiro para submissão de projetos à SEED	
	<p>Projeto - Pesquisa</p> <p>Título: “Práticas de Gestão do Conhecimento no contexto da Educação Básica para Jovens e Adultos do Sistema Prisional de Maringá- Paraná”.</p>
	<p>Resumo</p> <p>Trata-se de uma investigação sobre quais as práticas de gestão do conhecimento que permeiamno contexto Educação Básica para Jovens e Adultos (EJA), do Sistema Prisional de Maringá estado do Paraná.</p>
	<p>Justificativa</p> <p>No contexto do sistema prisional brasileiro há um índice significativo de pessoas que sequer concluiu a Educação Básica que compreende Ensino Fundamental Fase I, Fase II e Ensino Médio, mais de 60%, conforme dados do Ministério da Justiça (MJ 2016). A ação educativa adequada, sistematizada e estrategicamente planejada colabora com a superação de vulnerabilidade social destes indivíduos. O tema da pesquisa é relevante porque traz para a esfera da reflexão uma questão complexa que, de modo geral, afeta a sociedade: o sujeito adulto que cumpre sentença penal e deve ser ressocializado. Para isso, todo o trabalho no sistema prisional deve contribuir positivamente numa perspectiva corretivo-educativa. Historicamente, o Paraná desenvolve escolarização nos espaços prisionais utilizando critérios que considera a especificidade do público em questão. A investigação sobre quais as práticas de gestão do conhecimento que permeiam o contexto educacional do Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos CEEBJA Tomires, no sistema prisional de Maringá no Estado do Paraná pode servir de subsídio documental, tanto para o estado do Paraná que possui como meta aprimorar a assistência educacional, quanto para outras Unidades Federativas que buscam formalizar também, os processos educativos em seus sistemas prisionais.</p>
	<p>Objetivos</p> <p>Objetivo Geral – Investigar quais as práticas de Gestão do Conhecimento que permeiam no contexto da Educação Básica para Jovens e Adultos do sistema prisional de Maringá no estado do Paraná.</p> <p>Objetivos Específicos</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Descrever gestão do conhecimento nas organizações na contemporaneidade. ➤ Apresentar as práticas de gestão do conhecimento relacionadas a processos organizacionais, pessoas e sistemas. ➤ Contextualizar o Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos do sistema prisional de Maringá - Paraná. ➤ Analisar os dados coletados sobre as práticas de Gestão do Conhecimento no contexto educacional do sistema prisional de Maringá/Paraná.

Revisão da literatura científica

A gestão do conhecimento, nas últimas três décadas, é compreendida no âmbito das organizações como um importante instrumento de eficácia organizacional, de transferência de informação e um desafio para a administração do conhecimento (TORRES et al, 2016). Sobre ela incide o gerenciamento ativo dos processos organizacionais e do patrimônio intelectual das organizações, seja na configuração do conhecimento explícito ou na configuração do conhecimento tácito possuído e/ou desenvolvido por apenas uma pessoa ou por uma comunidade. Contudo, uma organização por si mesma não produz e nem pode criar conhecimento sem a iniciativa do indivíduo e a interação que envolve a equipe operacional.

Ao problematizar as relações humanas, os processos produtivos e os sistemas de comunicação, a gestão do conhecimento transforma a cultura organizacional tornando a organização mais competitiva. A dimensão que envolve processos abrange ações planejadas e organizadas, realizadas com a finalidade de produzir produto ou serviço com intencionalidade de agregar valor. Os processos utilizam os recursos da organização para gerar resultados concretos. A dimensão relacionada às pessoas confere potencialidade, conhecimento, habilidade e experiência individual em uma organização para realizar tarefas: representam uma fonte de inovação e renovação.

A dimensão que envolve sistemas comporta uma combinação que apoia pessoas, procedimentos, dados/informação e componentes de tecnologias da informação - TICs, (meios, informática, bases e comunicações). Ela engloba processos organizacionais com suportes e repositórios de registros dos documentos, históricos dos estudantes, das organizações e do próprio sistema, as legislações e resoluções. No suporte recolhe, armazena e distribui informação de modo que esta possa ser preservada e reutilizada gerando novos processos.

Em todas as áreas das ciências, quando bem gerenciado o conhecimento agrega valor a bens e serviços (CHIAVENATO, 2014). Organizações privadas e públicas buscam meios de validar o conhecimento produzido e torná-lo ilimitado e insubstituível. Na educação, ele é reutilizado de maneira interdisciplinar como o resultado da ação coletiva de sujeitos engajados em formar o homem. Compreende-se que as práticas de gestão do conhecimento podem constituir-se em uma ferramenta organizacional dos processos no âmbito das organizações educacionais, pois elas comportam meios para elaboração e estruturação da informação em conhecimento. Defende-se que o ambiente escolar é constituído de estrutura organizacional e operacional, de alunos e profissionais envolvidos com o processo de elaboração de aprendizagens e processos de efetivação do conhecimento científico.

No ambiente escolar as pessoas realizam ações que, por meio da aquisição do conhecimento, impulsionam a transformação intelectual e social. A dinâmica do trabalho escolar requer um constante pensar e repensar sobre suas práticas, um ambiente propício a instrumentalizar práticas de gestão do conhecimento. Os gestores aprendem que gerir pessoas, processos e sistemas facilitam o trabalho e, tornam as organizações mais ágeis, menos burocráticas, mais flexíveis e proativas.

Na realidade brasileira, a gestão do conhecimento adentrou o universo educacional a

	<p>partir da década de 1990 com a Reforma do Estado. A educação adotou o modelo gerencial e foi reestruturada mediante a elaboração de Planos educacionais e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394/96. Os estados reorganizaram seus sistemas educacionais para atender todos os níveis, dentre eles, a Educação Básica com a Educação de Jovens e Adultos – EJA, ofertada em diferentes espaços.</p> <p>O Decreto Presidencial n. 7626/2011, instituiu o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional (PEESP), que visa ampliar as matrículas e qualificar a educação nas prisões, com o objetivo de garantir educação enquanto direito fundamental de todos os brasileiros. A oferta vem sendo ampliada mediante diferentes modalidades educacionais. Uma destas é a Educação de Jovens e Adultos no espaço prisional.</p> <p>Esta pesquisa busca abordar especificamente a gestão do conhecimento nas organizações na contemporaneidade e as práticas de gestão do conhecimento no contexto educacional do Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos do sistema prisional de Maringá - Paraná. Observa-se que, mediante a escolarização, milhares de sujeitos podem exercer melhor a cidadania, dentre eles, os sujeitos que temporariamente passam por privação de liberdade. Isto porque o conhecimento é um bem intangível que agrega valor para todo aquele que o possui.</p> <p>Entende-se que a perspectiva educacional da Educação de Jovens e Adultos EJA tem caráter formativo, visa educar para a autonomia, emancipar o homem e transformar sua realidade. O sujeito em privação de liberdade tem na educação na prisão, a possibilidade de reinscrever sua trajetória de vida e planejar o futuro. Os professores e toda a equipe de profissionais que atua neste espaço planejam o trabalho de modo que o conhecimento seja disseminado e contribua na formação daquele que cumpre determinada sentença judicial.</p> <p>As práticas organizacionais da Educação de Jovens e Adultos no sistema prisional estão pautadas no direito à educação e na inclusão social, pois, a Educação de Jovens e Adultos tem a característica de atender sujeitos que historicamente são/estão marcados pela exclusão e pelo descrédito social. Julião (2016). No Brasil, mais de 60% da população encarcerada sequer concluiu o ensino fundamental. Cada unidade da federação busca atender as exigências legais que vêm sendo estruturados nos últimos quinze anos, com a intenção de estabelecer políticas comuns no âmbito educacional e na perspectiva de modificar os índices (negativos) do analfabetismo nacional.</p>
	<p>Método ou Encaminhamento Metodológico</p> <p>A pesquisa será uma descrição de base teórica-conceitual e documental sobre práticas de gestão de conhecimento nas organizações com a explicitação das práticas de gestão do conhecimento no contexto da Educação Básica formal do sistema prisional de Maringá - Paraná. Quanto à natureza, esta pesquisa caracteriza-se como uma abordagem qualitativa. Serão investigadas quais as práticas de Gestão do Conhecimento relacionadas ao contexto educacional desenvolvido no Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos - CEEBJA, situado no sistema prisional da cidade de Maringá/PR.</p> <p>O procedimento metodológico adotado será o estudo de caso que permite detalhamento do problema a ser explorado. Ela abordará a existência de quais as práticas de Gestão do Conhecimento que permeiam o contexto educacional da modalidade de ensino: Educação</p>

Pesquisa bibliográfica e documental.		x	x						
Revisão sistemática.			x	x					
Entrevista.				x	x	x			
Estruturação dos dados coletados.						x			
Defesa da dissertação.						x			
Revisão do texto.							x	x	
Entrega da dissertação.									x

REFERÊNCIAS

ALARCON, Dafne Fonseca. **Diretrizes para Práticas de Gestão do Conhecimento na Educação à Distância**. 2015. 213 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós-graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, Florianópolis, 2015.

BATISTA, Fábio Ferreira *et al.* **Casos reais de implantação do modelo de gestão do conhecimento para a administração pública brasileira**. 2014.

BATISTA, Fábio Ferreira *et al.* **Gestão do Conhecimento na administração pública**. Brasília: IPEA (Texto para discussão n. 1095), 2005. Disponível em: www.ipea.gov.br. Acesso em: 13 jun. 2014.

BATISTA, Fábio Ferreira *et al.* **TD 1181. O Desafio da Gestão do Conhecimento nas Áreas de Administração e Planejamento das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES)*** Brasília, maio de 2006. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=Ipea. Acesso em: 09 Nov. 2018.

BATISTA, Fábio Ferreira. **Modelo de gestão do conhecimento para a administração pública brasileira**: como programar a gestão do conhecimento para produzir resultados em benefício do cidadão. Brasília: IPEA, 2012.

BRASIL, DEPEN. **Anuário/anuário- spf-** 2016, Brasília-DF 70.713-020. Disponível em: http://depen.gov.br/DEPEN/dispf/spf_anuario/anuario-spf-2016.pdf. Acesso em: 09 Jun.2018.

BRASIL. **Resolução, CEB/CNE nº 2 de 19/05/2010**. Dispõe sobre as Diretrizes Nacio-

nais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais. Disponível em:
http://www.normasbrasil.com.br/norma/resolucao-2-2010_113466. Acesso em: 19 maio 2018.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. INEP. ENCCEJA. Disponível em:
<http://enccejanacional.inep.gov.br/encceja>. Acesso em: 06 Ago. 2018.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. Edição Compacta. 4ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2014.

DALKIR, K. **Knowledge Management in Theory and Practice**. Boston: Elsevier, 2005.

IBGE. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/brasil-ainda-tem-118-milhoes-de-analfabetos-segundo-ibge-22211755>. Acesso em: 07 nov. 2018

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. Escola da ou na Prisão? In: **Cadernos Cedes**. Campinas, v. 36, n. 98, jan.-abr., 2016. p. 25-42.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes; ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. Educação nas prisões. In: **Revista & Realidade**. Vol. 38. Nº 1. Porto Alegre. 2013. P.11-14.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório publicações e trabalhos científicos**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MAXIMIANO, Antônio César Amaru. **Teoria Geral da Administração: da revolução urbana à revolução digital**. 7ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

NILAKANTA, Sree; MILLER, Leslie L.; ZHU, Dan. **Organizational memory management: technological and research issues**. Journal of Database Management. Hershey, v. 17, n. 1, jan./mar. 2006. Disponível em:
<https://www.google.com.br/> Acessado em: Nov. 2018.

NONAKA, I. ; TAKEUCHI, H. **Criação do Conhecimento na empresa: como as empresas japonesas geram dinâmica da inovação**. Rio de Janeiro: Campus. 1997.

ONOFRE, Elenice M. C. Educação escolar para jovens e adultos em situação de privação de liberdade. In: **Cad. Cedes**. Vol. 5, nº 96. Campinas, 2015.p. 239-255.

	<p>PARANÁ. Plano Estadual de Educação Sistema Prisional do Paraná. Curitiba. 2012.</p> <p>PARANÁ, SEED Ações Norteadoras sobre o Regimento Escolar Prisional do Estado do Paraná. Curitiba, 2014.</p> <p>RODRIGUES, Vanessa Elisabete Raue; OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva. A educação nas prisões: revisão de literatura. <i>In: EDUCERE</i>. Ponta Grossa, 2017. Disponível em: < educare.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/23314_11806.pdf> Acesso em 02. set. 2018.</p> <p>SILVEIRA, SthephanieKalinka Rocha et al. Abordagens de avaliação de ativos intangíveis: uma revisão da literatura. Revista Catarinense da Ciência Contábil, Florianópolis, SC, v. 16 (47), 9–25, 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/317056027_INTANGIBLE_ASSET_EVALUATION_APPROACHES_A_LITERATURE_REVIEW Acesso em: 02 set. 2018.</p> <p>SINARA Lucia Barboza; SINVALES Roberto Souza. Capital intelectual e humano nas organizações contemporâneas. Revista Observatório de LaEconomíaLatinoamericana. Brasil, 2017. Disponível em: <http://eumed.net/cursecon/ecolat/br/17/pessoas.html> Acesso em: 08. set. 2018.</p> <p>STRAUHS, Faimara do Rocio. Gestão do Conhecimento nas Organizações / Faimara do Rocio Strauhs ... [et al.]. — Curitiba: Aymarâ Educação, 2012.</p> <p>TORRES, et al. Os processos de gestão do conhecimento influentes na inovação organizacional. <i>In: IJKEM, INT. J. KNOWL. ENG. MANAGE</i>, v.5, n.12 • FLORIANÓPOLIS, SC • JUL/OUT. 2016. P.1-28.</p> <p>VIEIRA, R. Gestão do Conhecimento: introdução e áreas afins. Rio de Janeiro: Editora Interciência, 2014.</p>
	<p>Anexos</p> <p>Ver em apêndices</p>
<p>S E E D</p>	<p>Atribuições da SEED</p> <p>Discorrer sobre os itens que necessitam de contrapartida da SEED, quando necessário.</p>

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED



ANEXO V da RESOLUÇÃO N.º 406/2018 – GS/SEED

CONCORDÂNCIA DA INSTITUIÇÃO COPARTICIPANTE

Declaramos para os devidos fins que a realização da pesquisa intitulada **“Práticas de Gestão do Conhecimento Relacionadas a Pessoas no Contexto da Educação Básica para Jovens e Adultos do Sistema Prisional do Paraná”**, realizada por Azinete Bento de Freitas, RG 3 291 646 5, nas dependências do CEEBJA Tomires Moreira de Carvalho Ensino Fundamental e Médio está autorizada mediante entrega de Parecer do Comitê de Ética CAAE: 14548819.2.0000.5539 UNICESUMAR.

Maringá, 03 de junho de 2019.

Sérgio Donizete da Silva
Diretor da PEM

Claudinei Ayala Brenha
Diretor Assistente

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED



ANEXO V da RESOLUÇÃO N.º 406/2018 – GS/SEED

CONCORDÂNCIA DA INSTITUIÇÃO COPARTICIPANTE

Declaramos para os devidos fins que a realização da pesquisa intitulada “Práticas de Gestão do Conhecimento Relacionadas a Pessoas no Contexto da Educação Básica para Jovens e Adultos do Sistema Prisional do Paraná”, realizada por Azinete Bento de Freitas, RG 3 291 646 5, nas dependências do CEEBJA Tomires Moreira de Carvalho Ensino Fundamental e Médio está autorizada mediante entrega de Parecer do Comitê de Ética CAAE: 14548819.2.0000.5539 UNICESUMAR.

Maringá, 03 de junho de 2019.

Osvaldo Messias Machado
Diretor da CPIM

Julio Cesar Vicente Franco
VICE-DIRETOR CPIM
Diretor Assistente

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED



ANEXO V da RESOLUÇÃO N.º 406/2018 – GS/SEED

CONCORDÂNCIA DA INSTITUIÇÃO COPARTICIPANTE

Declaramos para os devidos fins que a realização da pesquisa intitulada PRÁTICAS DE GESTÃO DO CONHECIMENTO RELACIONADAS A PESSOAS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA PARA JOVENS E ADULTOS DO SISTEMA PRISIONAL DO PARANÁ, realizada por Azinete Bento de Freitas, RG 3 291 646 5, nas dependências do CEEBJA Professora Tomires Moreira de Carvalho Ensino Fundamental e Médio está autorizada mediante entrega de Parecer do Comitê de Ética CAAE: 14548819.2.0000.5539 UNICESUMAR.

Maringá, 03 de junho de 2019.


João Victor Toshiaki
Ferreira Fujimoto
Diretor/CCM

João Victor Toshiaki Ferreira Fujimoto
Diretor da CCM


Rafael A. Kawanishi Martins
Vice-Diretor - CCM

Rafael Alberto Kawanishi Martins
Diretor Assistente

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED**ANEXO V da RESOLUÇÃO N.º 406/2018 – GS/SEED****CONCORDÂNCIA DA INSTITUIÇÃO COPARTICIPANTE**

Declaramos para os devidos fins que a realização da pesquisa intitulada **“Práticas de Gestão do Conhecimento Relacionadas a Pessoas no Contexto da Educação Básica de Jovens e Adultos do Sistema Prisional do Paraná”**, realizada por Azinete Bento de Freitas, sob o RG 3 291 646 5, nas dependências do CEEBJA Tomires Moreira de Carvalho Ensino Fundamental e Médio está autorizada mediante entrega de Parecer do Comitê de Ética da UNICESUMAR/ Maringá.

Maringá, 03 de maio de 2019.

Ms. Vilma Biadola
Diretora do Ceebja Tomires

Obs: a declaração deverá estar em papel timbrado ou carimbado pelo declarante.

ANEXO VI DA RESOLUÇÃO N.º 406/2018 – GS/SEED

TERMO DE CONCORDÂNCIA DO NRE PARA A UNIDADE CEDENTE

Maringá, 30 de março de 2019.



Governo do Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Educação
Núcleo Regional de Educação de Maringá



Maringá

DECLARAÇÃO

Senhor (a) Coordenador (a),

Declaramos que este Núcleo Regional de Educação de Maringá está de acordo com a condução do projeto de pesquisa em nível de mestrado, intitulado: “Práticas de Gestão do Conhecimento relacionadas a pessoas no contexto da Educação

Básica de Jovens e Adultos do Sistema Prisional do Paraná”, a ser realizado pela pesquisadora **Azinete Bento de Freitas** no Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos - CEEBJA, situado no sistema prisional da cidade de Maringá/PR, jurisdicionado a este Núcleo.

Estamos cientes que os participantes da pesquisa serão os professores, diretores, equipe pedagógica e agentes de execução, através de uma pesquisa semi estruturada, pertencentes à Rede Pública de Ensino do Estado do Paraná, bem como de que o presente trabalho deverá seguir a Resolução 466/2012 (CNS) e o Decreto nº 7037, de 2009.

Luciano Pereira dos Santos
Chefe do NRE de Maringá
Decreto nº 0111//2019

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED**ANEXO VII da RESOLUÇÃO N.º 406/2018 – GS/SEED
TERMO PARA AUTORIZAÇÃO DE USO DA PESQUISA****1. Identificação do autor**

Nome: Azinete Bento de Freitas. CPF: 700 733 179 34

e-mail: azinegebento@gmail.com;

Titulação: Mestre.

2. Identificação da Obra

Projeto de Pesquisa-Título da Obra: **“Práticas de Gestão do Conhecimento relacionadas a Pessoas no contexto da Educação Básica de Jovens e Adultos do Sistema Prisional do Paraná”**

Curso: Programa de Pós-Graduação em Gestão do Conhecimento nas Organizações-Linha Educação. Regularmente matriculada em 2019.

IES vinculada à pesquisa: UniCesumar. Maringá – PR.

Área do conhecimento: Educação.

Orientador: Prof. Dr. José Aparecido Pereira. CPF: 804 380 599 72

Data de conclusão: 20 / 08 / 2019.

Previsão de data para conclusão do produto final: 20 / 11 / 2019

3. Termo de autorização

Autorizo a Secretaria de Estado da Educação (SEED) publicizar o documento de minha autoria, acima identificado, no Portal Dia a Dia Educação, para fins específicos, educativos, técnicos e culturais, nos termos da Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998 e da Constituição Federal de 1988.

Essa autorização é uma licença não exclusiva, concedida à SEED a título gratuito, por prazo indeterminado, válida para a obra em seu formato original.

Declaro possuir a titularidade dos direitos autorais sobre a obra e assumo total responsabilidade civil e penal quanto ao conteúdo, citação, referências e outros elementos que fazem parte da obra. Estou ciente de que todos os que de alguma forma colaboraram com a elaboração das partes ou da obra como um todo tiveram seus nomes devidamente citados e/ou referenciados, e que não há qualquer impedimento, restrição ou limitação para a plena validade, vigência e eficácia da autorização concedida.

Maringá, 03 de maio de 2019.


Azinete Bento de Freitas. CPF: 700 733 179 34
(pesquisadora)